



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO DE HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**LUCAS AYRES CARDOSO**



**O LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS BENJAMIN CONSTANT E A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NO ALVORECER REPUBLICANO NO PARÁ (1891 – 1897)**

**BELÉM**

**2020**

**LUCAS AYRES CARDOSO**

**O LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS BENJAMIN CONSTANT E A FORMAÇÃO DE  
TRABALHADORES NO ALVORECER REPUBLICANO NO PARÁ (1891 – 1897)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de Título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. William Gaia Farias (PPHIST/UFPA).

**BELÉM-PA**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA AMAZÔNIA**  
**LINHA DE CIDADE, FLORESTA E SERTÃO: CULTURA, TRABALHO E PODER**

**O LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS BENJAMIN CONSTANT E A FORMAÇÃO DE  
TRABALHADORES NO ALVORECER REPUBLICANO NO PARÁ (1891 – 1897)**

**Lucas Ayres Cardoso**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de Título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. William Gaia Farias (PPHIST/UFPA).

Defesa de Dissertação em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Professor Doutor William Gaia Farias (Orientador – UFPA)

---

Professora Doutora Franciane Gama Lacerda (Avaliadora Interna – PPHIST - UFPA)

---

Professora Doutora Sueny Diana Oliveira de Souza (Avaliadora Externa – Ananindeua – UFPA)

**BELÉM-PA**

**2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo  
com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

C2681 Cardoso, Lucas Ayres  
O LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS BENJAMIN CONSTANT  
E A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES NO ALVORECER  
REPUBLICANO NO PARÁ (1891 – 1897) / Lucas Ayres Cardoso.  
— 2020.  
121 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. William Gaia Farias Farias Dissertação  
(Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade  
Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Sociedade Propagadora de Ensino. Lyceu de Artes e Ofícios  
Benjamin Constant.. I. Título.

CDD 306.432098115

---

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus de Amor: Onisciente, Onipotente e Onipresente, que deu a vida para morrer por todos os nossos pecados e sem nenhum pecado para restabelecer a vida eterna. Além disso, permitiu-me finalizar esta dissertação de mestrado em História Social da Amazônia.

Ao meu chefe, amigo e orientador William Gaia Farias, que não tenho como expressar as minhas estimas e considerações por ele, por tudo que está sendo realizado em minha vida. Com tudo, penso, em seguir a mesma concepção, profissionalismo e trajetória educacional, oportunizando a todos os que queiram, independente de classe social, lutar por suas conquistas em um mundo imperfeito e cruel, mas que nos ensina, que podemos ser quem nós quisermos, basta abdicarmos e seguirmos o nosso planejamento de vida com o Deus de Amor.

Ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Amazônia, que aderiu ao Programa de Apoio à Qualificação aos Docentes e Técnicos (PADT) desta instituição.

Aos meus pais: Luiz Gonzaga Cardoso (In Memória) e Maria Raimunda Ayres Cardoso, que mesmo sem condição financeira, e de família humilde, sempre me incentivaram a lutar por meus sonhos.

A minha querida Patroa (esposa) Andréa Santos de Sousa, que sempre nos momentos difíceis soube ser paciente e soube compreender os meus objetivos da minha trajetória de formação profissional no mestrado em História.

Às professoras Franciane Gama Lacerda e Sueny Diana Oliveira de Souza, por suas colaborações no trabalho na minha qualificação, permitindo ter a oportunidade de defesa. Além disso, por suas indicações de leituras para o trabalho final.

Aos meus filhos: Tayná Joyce Sousa Cardoso, Lucas Junior Sousa Cardoso e Diana Santos de Sousa, mostrando a eles que podemos ser quem nós quisermos, entretanto, seguindo a Deus naquele que diz: “tudo posso naquele que me fortalece”.

À minha irmã Leonete do Socorro Ayres Cardoso (Lica – In memória) e também ao meu irmão José Flávio Menezes Guimarães (In memória), que sempre me incentivaram para nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus amigos Admarino Junior, Tiago Caubói, por suas colaborações de pesquisa, ao Dayvi por suas muitas colaborações; à Nirce que muito tem contribuído para eu está na

pesquisa; à Sara, que muito tem contribuído na colocação de algumas figuras ao Professor Pablo Nunes, o qual contribuiu bastante para minha formação; ao Felipe Saul que contribuiu em minha pesquisa e a todos os estagiários do Centro de Memória que me ajudaram também de alguma forma na pesquisa.

Ao Reitor da Universidade Federal do Pará, Emmanuel Zagury Tourinho, que vem contribuindo por meio de um programa de gestão democrática e plural, oportunizando a formação e a capacitação de técnicos, por meio do Programa de Qualificação de Apoio aos Docentes e Técnicos (PADT).

## RESUMO

Objetivou-se com esta pesquisa compreender a atuação do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e a formação de trabalhadores no alvorecer da República no Pará no período de 1891 a 1897, e investigar a atuação da Sociedade Propagadora de Ensino, criada para tentar a melhoria de educação pública e formação, e tendo como uma de suas principais medidas a criação do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, instituição voltada à formação de trabalhadores jovens e adultos no estado do Pará. A Sociedade Propagadora de Ensino foi fundada pelo governador do estado que também era oficial do Exército brasileiro, Lauro Nina Sodré, formado em Engenharia Militar e Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro, nos anos finais da Monarquia. Portanto, a Sociedade implantou um sistema de formação através de um currículo, cujo foco era o engendramento de uma mão de obra qualificada e o Lyceu Benjamin Constant teria que atender à demanda definida pela Sociedade. Neste sentido, a dissertação procura entender a relevância dos tipos de formações direcionadas a esta escola, analisando os currículos, perfis e atuação dos professores e alunos dentre outras questões importantes à compreensão acerca das ações e propostas dirigidas pela SPE. Na perspectiva de responder a esses questionamentos, utilizou-se o método prosopográfico, a partir da análise e do cruzamento de informações, obtidas com a documentação pesquisada, como, por exemplo, as obras raras e os periódicos de acervos da Fundação Tancredo Neves, e de legislação, currículos e outros documentos do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará, e também das obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará.

Palavras-chave: Sociedade Propagadora de Ensino. Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.

## ABSTRACT

The objective of this research was to understand the performance of Lyceu of Arts and Crafts Benjamin Constant and the training of workers at the dawn of the Republic in Pará in the period from 1891 to 1897 and to investigate the performance of the Teaching Propagating Society, created as an attempt to improve public education and training, and having as one of its main measures the creation of the Lyceu of Arts and Crafts Benjamin Constant, institution aimed at training young and adult workers in the state of Pará. The Teaching Propagation Society was founded by the state governor who was also an official of the Brazilian Army Lauro Nina Sodré, graduated in military engineering and a bachelor's degree in physical and mathematical sciences from the Military School of Praia Vermelha in Rio de Janeiro in the final years of the Monarchy. Therefore, the Society implemented a training system through a curriculum, whose focus was to engender a qualified workforce and Lyceu Benjamin Constant would have to meet the demand defined by the Society. In this sense, the dissertation seeks to understand the relevance of the types of training directed to this school by analyzing the curricula, profile and performance of teachers and students among other important questions to understand about the actions and proposals directed by SPE. In order to answer these questions, I used the prosopographic method from the analysis and crossing of the information obtained in the researched documentation such as the rare and periodical works of collections of the Foundation Tancredo Neves and legislation, resumes and other documents of the Archive of the Public Archive of the State of Pará, and also of rare works from the Central Library of the Federal University of Pará.

Keywords: Teaching Propagation Society. Lyceu of Arts and Crafts Benjamin Constant.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	6
<b>ABSTRACT</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>Capítulo I - A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ</b> .....	16
1.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO PARÁ FINAL DO SÉCULO XIX.....	30
<b>Capítulo II - A REPÚBLICA NO PARÁ E QUESTOES SOBRE A EDUCAÇÃO</b> .....	34
2.1 . A AURORA REPUBLICANA .....	38
2.2. AS REFORMAS EDUCACIONAIS (1889 A 1897) .....	55
<b>Capítulo III - O LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS BENJAMIN CONSTANT</b> .....	60
3.1. PROFESSORES E ALUNOS: ENSINO/APRENDIZAGEM E EXPOSIÇÃO.....	69
3.2. O QUE ENSINAR? DISCIPLINAS, CONTEÚDOS E MATERIAIS.....	73
3.3. A SOCIEDADE PROPAGADORA DE ENSINO: CRIAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ATUAÇÃO.....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	109
<b>FONTES PESQUISADAS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	115
<b>ANEXO: A BIOGRAFIA DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ</b> .....	121

## INTRODUÇÃO

*A imprensa é um lugar privilegiado de manifestação de diferentes vozes: ela é, provavelmente, o local que permite um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto de problemas dessa área.<sup>1</sup>*

Os trabalhos pioneiros, destinado aos estudos da educação profissional no Brasil<sup>2</sup>, geralmente difundem a ideia de que pouco se fez nesta área e que este pouco foi marcado de fracassos e escolhas equivocadas. Na perspectiva de trilhar novos caminhos sobre a história da educação pública no Brasil, esta pesquisa se volta à Sociedade Propagadora do Ensino, ao Lyceu Paraense e ao Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant. Este último foi criado pela Sociedade para ensinar operários na diretriz de uma formação. Este ensino destinado à formação da força de trabalho de jovens e adultos, como política educacional de diversos governos no Império e na República, é um tema que *“tem sido quase ignorado nos estudos sobre a gênese e as transformações da educação brasileira.”*<sup>3</sup> Neste sentido, o tema representa uma alternativa de colocar ao público algumas questões do processo histórico do governo de Lauro Nina Sodré, uma vez que é definido na omissão do próprio conhecimento produzido a seu respeito<sup>4</sup> em relação a muitas profissões no século XIX.

Ronaldo Marcos de Lima Araújo, ao abordar a história educação no Pará, analisa que o ensino profissional foi implantado para o processo de industrialização da nação brasileira, e afirma que o mesmo foi marcado pelo fracasso de iniciativas que surgiram no período do Império brasileiro, pois em sua visão, na maioria das províncias não havia desenvolvimento industrial. A obra é pioneira em tornar visível iniciativas dos governos direcionados ao ensino profissional, sendo referência básica para aqueles que se lançarem a estudar sobre o tema<sup>5</sup> e certamente me possibilitou também considerar questões desta relação entre a formação

---

<sup>1</sup>NÓVOA, A. A Imprensa de Educação e Ensino: Concepção e Organização do Repertório Português. In CATANI, D. B. BASTOS, M. H. C. (Org.). Educação em Revistas: A Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002. P. 131.

<sup>2</sup>FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. O Ensino de Ofícios Manufatureiros dirigido aos Menores Abandonados: Brasil 1870-1930. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – PUC-SP. FONSECA, Celso Sukow. História do Ensino Industrial no Brasil. Vol 1, 2, 3. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. CUNHA, Luiz Antonio. O Ensino de Ofícios Manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus. Forum Educacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 3-47, jul./set. 1979. \_\_\_\_\_. As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira. Revista da Faculdade de Educação, Niterói, ano 10, n. 1-2, p. 3-47, jan./dez. 1983.

<sup>3</sup>IDEM. O Ensino industrial Manufatureiro no Brasil. P.01. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14.

<sup>4</sup>IDEM. O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000b. p. 92.

<sup>5</sup>ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. A Educação Profissional no Pará. Belém: EDUFPA, 2007.

profissional e o desenvolvimento industrial mesmo considerando os cuidados com alguns pontos instigantes nesta relação.

Analiso a educação no Estado do Pará no âmbito de uma política de governo e de iniciativa do próprio estado a partir na segunda metade do século XIX<sup>6</sup>, no governo de Lauro Nina Sodré (Cf. Rizzini, 2004; Anderson Carlos Elias Barbosa, 2011 e Cesar Augusto Castro, 2015) e sua relação com o interesse de formação da mão-de-obra qualificada, no sentido de ter um operário ou trabalhador preparado para ser inserido formalmente no mercado de trabalho.

É importante analisar que as fontes, os referenciais, os jornais e os relatórios, pois foram fundamentais as biografias coletivas, com os historiadores que fazem sociologia no passado, tornando possível compreender, por meio da prosopografia “as trajetórias sociais” com as suas estratégias de carreira dos indivíduos. Portanto, este método possibilita refletir sobre os grupos sociais de cada indivíduo, neste caso dentro da instituição Benjamin Constant.

A pesquisa realizada constitui um trabalho de dissertação para refletir sobre a importância de visitar outros campos de conhecimentos de ensino e aprendizagens para dialogar com o objeto da pesquisa. Por isso, a importância por um processo contínuo de mudanças e transformações em consequências diretas, uma vez que, Romanelli adianta que no:

*Período em que “O Ensino Público” foi editado encontrava-se fortemente influenciado pelas ideias republicanas e por amplos questionamentos acerca do poder central sobre as províncias. Esta centralização política e financeira interferia significativamente no campo educacional. A instrução tinha o papel de estabelecer o domínio da classe dominante ociosa que acumulava riquezas a partir do trabalho escravo<sup>7</sup>.*

Analisou-se que no geral a educação era voltada a filhos de proprietários de empresas. No entanto o Lyceu, desde sua proposta de criação já surgia como espaço de formação, que tornaria possível aos jovens e adultos serem inseridos nas indústrias, e numa educação totalmente diversificada, uma vez que havia uma grande disparidade entre a educação primária e a secundária. Esta última apresentava um ensino que privilegiava a elite, todavia, no primário era para aqueles trabalhadores que exerciam a mão-de-obra o dia todo dentro das fábricas.

---

<sup>6</sup>RIZINNI (2004) através dos apontamentos Censo de 1872 constata o crescimento de instituições educacionais de instrução elementar e profissional na província do Pará. Este crescimento se deu principalmente a partir de 1870, período em que a cidade de Belém passou por transformações por causa da economia da borracha.

<sup>7</sup>ROMANELI, Otaíza. História da Educação Brasileira. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 37.

Conforme Azevedo<sup>8</sup>, “*A educação teria de arrastar-se através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, e incessantemente desagregada*” que separada pela elite dominante e os trabalhadores e filhos de trabalhadores que necessitavam sustentar as suas famílias, e principalmente, ficavam à margem de uma formação adequada e social, cultural e econômica. Segundo este autor a entrada da República minimizaria as desigualdades sociais por meio da educação de qualidade, uma vez que no império havia uma educação muitas vezes sem sala de aula e sem prédios próprios, e acima de tudo, sem uma formação adequada para os professores.

O ensino público no Brasil, no período do século XIX, era muito voltado “*às ideias fora do lugar*”, uma vez que, esses conhecimentos eram importados de outros países para o Brasil, além disso, essas ideias eram inadequadas à cultura imperial e escravista do povo brasileiro. Portanto, é importante refletir as palavras de Oliveira<sup>9</sup>, onde registra que o problema do país na educação estava na dependência do poder monárquico, entretanto, esta reversão se daria por meio do regime republicano e defendia que a monarquia seria responsável pelos males adquiridos de uma educação centralizada que não privilegiava as classes trabalhadoras. Portanto, no entendimento de Oliveira, o regime monárquico deprimia e arruinava tudo com uma política de opressão e afirmava que “*Conseqüentemente nada de esperanças na coroa: nada de reformas com ela. Ou a morte com ela ou a salvação com a república*”.<sup>10</sup> Desta forma, defendia a República onde o povo pudesse por meio da educação ter a oportunidade de uma educação que possibilitasse um processo de ensino mais adequado às classes menos favorecidas.

É importante pensar na educação, na medida em que os lyceus nos apresentam os currículos e a formação desses professores, pois vai nos ajudar sobre o objeto de pesquisa, pois

*O período republicano, a situação da instrução popular não era das mais alentadas. Com uma população de 14 milhões de habitantes no último ano do Império, contávamos com uma frequência de 250.000 alunos em nossas escolas primárias e o crescimento quantitativo das escolas e matrículas se fazia muito lentamente [...]. Quanto aos índices de analfabetismo, a situação do conjunto do país no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, era assustadora [...]. Verificamos, portanto, que em termos de realizações concretas pouco se fez pelo ensino elementar*

<sup>8</sup>AZEVEDO, Fernando de. A Transmissão da Cultura. 5. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 76.

<sup>9</sup>OLIVEIRA, A. de Almeida. Com a República, acreditava o autor que a educação assumiria o foco central de suas ações, notadamente aquelas dedicadas à educação infantil, por considerar a base para a formação de jovens capazes de contribuir com o desenvolvimento da nação, o fortalecimento da democracia e, principalmente, para dirimir as desigualdades sociais, dentre elas a escravidão. O Ensino Público. São Luis: s. n° 1874, p. 19.

<sup>10</sup> IDEM. O Ensino Público, 1874, p.19.

*nas primeiras décadas republicanas, embora em outras áreas – como no ensino secundário e superior, e, sobretudo, no ensino pedagógico, técnico e profissional - tenha se observado um ligeiro desenvolvimento<sup>11</sup>.*

Havia uma elitização por parte do processo de ensino no secundário e superior, todavia, mesmo com uma população de 14 milhões de habitantes no Brasil, dentro das escolas, tinha-se uma frequência de apenas 250.000 (duzentos e cinquenta mil pessoas) nas escolas primárias. Além do mais, o processo era muito lento com relação ao processo de aprendizagem.

Nesta narrativa, a princípio é importante evidenciar as dificuldades em relação ao currículo e à formação por parte dos trabalhadores jovens e adultos em relação ao objetivo implantado pela Sociedade Propagadora de Ensino, uma vez que, apresenta um currículo totalmente diferente do primário ao secundário e desde o Brasil colonial já existiam muitos Lyceus, que formavam trabalhadores das indústrias. Analisou-se o currículo do Lyceu Benjamin Constant para tentar entender as diretrizes dessa formação, no sentido de buscar, qual o objetivo daquele governo em criar uma instituição específica voltada a trabalhadores e seus filhos.

A pesquisa está dividida em três capítulos: No primeiro, sobre a Instrução Pública no Pará, pesquisou-se como se deu esta construção no Estado do Pará, a partir das pessoas jovens e adultas menos favorecidas, e a Política Educacional no Estado no Final do Século XIX, uma vez que, permite analisar o momento de reconstrução de uma política através do novo governo de Lauro Nina Sodré, onde possibilita analisar a mudança do Império para a República, e no momento da entrada das indústrias no Estado do Pará, pois, precisava de uma mão de obra qualificada. Por isso, a importância em se debruçar nos documentos da época, através dos jornais, dos relatórios, das revistas e das mensagens para historiar-se o processo histórico. No segundo capítulo, sobre a República no Pará e as Questões sobre a Educação, pois possibilita analisar as diversidades sociais e profissionais de formação no alvorecer da República, e a aurora republicana, também permite pensar a criação de uma nova educação para as pessoas menos favorecidas que estão à mercê da sociedade, e as reformas educacionais de 1889 a 1897, pois permite pensar as políticas implantadas no Estado do Pará. No terceiro capítulo, O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, analisando a sua criação e as suas metas em relação aos alunos que estudavam à noite, e aos professores no processo de ensino e aprendizagem e sobre o que ensinar por meio das disciplinas, dos conteúdos e materiais. Há importância nesse tema

---

<sup>11</sup>PAIVA, Vanilda. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Loyola, 1987, p. 83-85.

de (re) construção de uma nova educação dentro da república. Além disso, Analisar a Sociedade Propagadora de Ensino, como uma associação que criara a escola Benjamin Constant para esses trabalhadores terem oportunidades de aprendizagem em uma determinada formação no Estado do Pará.

A Educação no século XIX era muito precária, uma vez que não existia sequer sala de aula, além disso, muitos professores ministravam as suas matérias em suas próprias casas. Nesse sentido, a narração sobre as visões da educação de jovens e adultos no Brasil mostra os percalços de uma educação elitista apresentada fora do país. Por isso, são importantes as reflexões de Ribeiro, o qual afirma que:

*Quando se adotam concepções mais restritivas sobre o fenômeno educativo, entretanto, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal ou secundário, sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica. Quando, pelo contrário, a abordagem do fenômeno educativo é ampla e sistêmica, a educação de jovens e adultos é necessariamente considerada como parte integrante da história da educação em nosso país, como uma das arenas importantes aonde vêm se empreendendo esforços para a democratização do acesso ao conhecimento.<sup>12</sup>*

Eram com essas concepções que a visão de uma política educacional era voltada com relação aos jovens e adultos, uma vez que se tinha nas mentes dos nossos representantes que a educação deveria ser focada para as elites do nosso Estado. Entretanto, analisou-se, que por meio da criação da (SPE) se teve a iniciativa da criação, neste estado, de uma escola com turmas à noite, voltada àqueles trabalhadores que estavam inseridos dentro das indústrias, e que deveriam ter uma formação orientada a uma mão de obra qualificada, para permanecerem em seus trabalhos.

Também é importante se analisar a formação das crianças no século XIX, pois, o que se percebe é que muitas destas eram inseridas diretamente para uma formação específica dentro das escolas. Neste sentido, o autor conceitua que a instrução e educação pública no final do século XIX foram primordiais, uma vez que afirma:

---

<sup>12</sup>RIBEIRO, Vera Masagão. As Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cad. CEDES vol.21 no.55 Campinas Nov. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>. P. 01. Portanto, é a partir de uma concepção ampla e sistêmica da problemática educacional brasileira, procurar identificar como as práticas de educação de jovens e adultos, assim como a reflexão pedagógica em torno delas, foram traçando uma história particular, que encerra mais que a sucessão de iniciativas pontuais e provisórias, em torno das quais não se gera nenhum acúmulo. Elegendo como foco nas políticas de escolarização básica de jovens e adultos.

*A relação hoje evidente entre crianças e escolas, como qualquer relação existente na sociedade, não é natural. A afirmação da educação das crianças, primeiramente como um valor e, posteriormente, como uma necessidade e um direito, é fruto de um longo processo histórico, repleto de idas e vindas, rupturas e permanências, vitórias e derrotas. No Brasil, a gênese desse processo de constituição de um sistema público de educação e, portanto, o deflagrar da construção da relação entre crianças e escolas.<sup>13</sup>*

O processo destas crianças não foi natural, por isso, nesta análise muitas crianças no período imperial não tiveram uma formação adequada em sua construção de conhecimento, visto que a educação era voltada para uma mão de obra qualificada para estarem inseridas dentro das fábricas. Além disso, na própria escola existia uma matéria de educação física, onde daria a perceber quais as crianças que teriam os seus corpos preparados e saudáveis para construir uma ascensão social.

Portanto, a pesquisa é árdua, em relação a esses três capítulos, todavia de muito conhecimento e aprendizado científico, onde foi analisada a importância em desfrutar por esses caminhos, mesmo muitas vezes saindo de historiador e pensando como pedagogo, por meio da reflexão e da prática, conclui-se que se tem de ir em direção a outras ciências para uma melhor contribuição no trabalho de dissertação, por isso, acredita-se que este trabalho contribuirá não só para os conhecimentos do autor, mas para outros pesquisadores em se aprofundarem por caminhos do processo de ensino e aprendizagem.

---

<sup>13</sup>SCHUELER, Alessandra F. Martinez. **Crianças e Escolas na Passagem do Império para a República. Revista Brasileira de História.** Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>, Universidade Federal Fluminense. P. 01.

## CAPÍTULO I - A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ

*“... e toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.<sup>14</sup>*

No Brasil colonial havia uma divisão clara de ensino: as aulas lecionadas para os índios ocorriam em escolas improvisadas que foram construídas pelos próprios indígenas, nas chamadas missões; já os filhos dos colonos recebiam o conhecimento nos colégios, nos quais os locais eram mais estruturados por conta do investimento mais pesado, por isso, percebe-se claramente que a formação da maioria da sociedade era excluída por parte do governo português e da igreja católica.

Em Belém do Pará no ano de 1892, um periódico chamado *A Escola: Órgão dos Alunos da Escola Normal*, afirmava que: “para que um ‘programa de ensino’ seja executado com proveito, que ele preencha duas condições: *“deve acomodar-se à capacidade dos alunos e encerrar simplesmente aquilo que lhes seja frutífero, deixando de parte todas as inutilidades.”* Portanto a importância em estudar a formação desses trabalhadores ou operários no governo de Lauro Nina Sodré é relevante que *“não se deve, por exemplo, ter um programa para criança de 10 anos, contendo latim, problemas de physica, de chimica, etc; nem também um para moços compreendendo somente rudimentos ou elementos de cada matéria”*, ou seja, os programas deveriam ser adequados conforme as idades de cada aluno.<sup>15</sup>

Diante destas reflexões o processo educacional na República, segundo José Veríssimo (1906), representaria a descentralização de uma política que no novo regime seria voltada às classes populares, pois, alcançaria uma igualdade para com todos, uma vez que;

*O novo regime, que só o propósito de ser de regeneração para a nossa pátria legitimaria, havia realmente de ser de emenda e correção dos vícios e defeitos de que os seus propagandistas, entre os quais me poderia contar, levaram mais de meio século a explorar a monarquia. Ao seu ingênuo autor, desde a juventude dedicado, com ardor e estudo, às questões de educação, parecia que tanto a filosofia especulativa como a experiência da humanidade certificavam-se que o meio mais apto, mais profícuo, mais direto e mais prático de obter emenda e correção, era a educação.<sup>16</sup>*

<sup>14</sup>MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>15</sup>A ESCOLA, Revista: Órgão dos Alunos da Escola Normal, Anno I, Número 5, Pará. Belém, 1 de agosto de 1892, P. 02, Estados Unidos do Brazil.

<sup>16</sup>VERÍSSIMO, José. A Educação Nacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906. p. 5-6.

Desta forma, a educação refletiria na necessidade de buscar uma educação voltada ao Brasil que por meio de um processo de transformação política que suprimiu o regime monárquico e inaugurou a República, embora tenha sido implantado sem nenhuma participação popular expressiva, foi considerado por seus defensores como um grande evento<sup>17</sup>.

A implantação do regime republicano praticamente coincidiu com as mudanças nas relações de trabalho, haja vista que a abolição ocorrera com antecedência de pouco mais de um ano da proclamação. A transição de um longo processo do trabalho escravo ao assalariado que atuaria na produção artesanal, manufatureira e industrial criando a necessidade da implementação de novos processos educacionais, o que aliado às transformações tecnológicas da era das revoluções exigiria o desenvolvimento de um operariado familiarizado com tais transformações. Nesse sentido o ensino ganhou destaque com a ação política e ideológica dos republicanos, nos quais os valores propagavam o processo modernizador de progresso, disciplina e da ordem que formava noções presentes nos discursos positivistas. Esta era a base de sustentação do enaltecimento de ícones da República.<sup>18</sup> Evidentemente que é necessário refletir a importância do processo do ensino profissional, pois, analisou-se que muitos desses trabalhadores não tinham uma formação específica, por isso, a ideia do governador Lauro Nina Sodré em implantar uma associação que criasse uma escola voltada a uma formação profissional.

De acordo com o autor o “ensino técnico-profissional é organizado com o objetivo expresso de atender às “classes populares”, às “classes pobres”, aos “meninos desvalidos”, “órfãos”, “abandonados”, “desfavorecidos da fortuna”.<sup>19</sup> Por isso, estas reflexões fazem com que se pense na importância desta formação profissional para com essas pessoas, entretanto não existia um programa específico voltado a esta sociedade. Além disso, o objetivo era de regeneração pelo trabalho, ou seja, mais que aprendizagem de técnicas de trabalho, urgia formar hábitos de trabalho disciplinado, afastando os jovens da ociosidade ignorante, do vício do crime”. Que era a forma ideal de controlar a segurança pública dentro das províncias, todavia, também eles os (jovens) eram controlados por suas ações por meio de sua disciplina, e isso garantia um ser mais passivo e não crítico dentro dos seus saberes e do seu conhecimento de

---

<sup>17</sup>CARVALHO, 1990; FARIAS, 2005.

<sup>18</sup>COELHO, Alan Watrin. Ciência do Governar: Positivismo, Evolucionismo e Natureza em Lauro Sodré. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2006, P. 28.

<sup>19</sup>NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. P.182.

formação, que se tornaria mais um que se limitaria a dar continuidade no processo de profissionalização em sua sociedade.

Todavia, é importante refletir que nos programas de ensino;

*Por muito tempo discutiu-se na Europa o assunto relativo aos programas de ensino: Uns diziam que era conveniente formular programas especiais para cada escola, segundo a classe social a que pertencesse os alunos: para filhos de artistas, agricultores, etc, os programas deveriam apropriar-se às diferentes indústrias e profissões. Não convinha (nem convém) que n'uma aldeia habitada por lavradores se organizasse um programa de ensino onde se inscrevessem matérias de alta instrução como, por exemplo, história universal, rethórica, literatura, etc, nem ainda, que n'um meio de grande civilização viessem insertas nos programas simplesmente noções e primeiros princípios de disciplinas necessárias a alunos d'esta classe social mais adiantada e mais desenvolvida. Antes pediam eles que além do ensino primário se desenvolvesse o gosto pelas belas artes, se ensinasse princípios de sociabilidade mais desenvolvido do que os de simples moral, etc.<sup>20</sup>*

Este documento sobre os programas de ensinamentos evidencia a relação de diferenciação das classes sociais demonstrando que desde o início já se tinha a visão de excluir as pessoas, uma vez que definiria quais as disciplinas deveriam formar cada classe social no processo de formação profissional. Quanto a esta questão Ronaldo Araújo defende que este modelo de educação profissional, ainda de caráter informal, destinava-se a indivíduos de classes inferiores, objetivando a sua adequação à realidade do trabalho desde cedo. Para além disso, a mão-de-obra escrava em algumas atividades artesanais e manufatureiras fez com que essas atividades fossem objeto de preconceito, afastando delas os indivíduos livres, que não queriam ser associados aos escravos.<sup>21</sup>

Portanto, entende-se que a educação profissional seria transformada por esta República e que aos poucos passou a assumir o dever de investir na educação de todos os indivíduos da sociedade brasileira. Neste caminho de análise considero fundamental a tese defendida por Maria Teresa de Mello<sup>22</sup> na obra *A República Consentida*, compreende que:

*As questões brasileiras foram pensadas através do arsenal das ideias novas. Por meio de outros conceitos e semântica, e as informações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do Império. A linguagem*

<sup>20</sup>A ESCOLA, Revista: Órgão dos Alunos da Escola Normal, ANNO I, NÚMERO 5, PARÁ. BELÉM, I DE AGOSTO DE 1892, P. 02, E.U. BRAZIL).

<sup>21</sup>ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. *A Educação Profissional no Pará*. 2007, P. 51.

<sup>22</sup>MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. 2007, p. 11.

*cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. Entretanto, os novos discursos só obtiveram êxito porque inovaram mais nas teses e na forma do que nos temas, retirados do repertório liberal.*<sup>23</sup>

Desta forma, com a implantação da República, o que se buscou foi uma nova narrativa da nação que permitisse um novo olhar, pois, segundo a historiadora que “os grupos reformistas contestadores não tinham no parlamento no seu espaço de ação política e de repressão”<sup>24</sup>. Ou seja, a sociedade estava à mercê do poder da monarquia, todavia, acrescenta a autora que a importância que “outros exigiam por sua vez que se organizasse um programa geral de ensino para todas as classes sociais, querendo d’este modo que todos fossem igualmente instruídos, quer nobres ou não, quer pobres ou ricos: queriam, pois, nas escolas a igualdade social”<sup>25</sup>, além disso, o povo clamava por uma formação igualitária, independente de classe social.<sup>26</sup>

De acordo com Araújo, o Sistema Educacional público e gratuito era altamente excludente e a formação profissional, de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos “*humildes, pobres e desvalido*”, foi a forma encontrada para assegurar um “*disciplinamento popular*”,<sup>27</sup> no sentido de garantir a legitimação da estrutura sócio econômica do período colonial.

Entretanto, a última década da Monarquia, na ampliação do espaço público ocorreu nas associações, conferências, imprensa, livrarias, confeitarias, clubes, mobilizações populares, além disso, na rua foi ressignificada e os neetings, imagens, efeitos de retórica, formações discursivas, ilustrações e até mesmo a repressão policial foram elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, sendo, por isso, conforme a autora, que os direitos foram sendo conquistados através da ida para a rua, que resultou com a entrada da República através dos meios de comunicação: a propaganda, a literatura e a imprensa que conseguiu fazer essa sociedade do regime republicano<sup>28</sup>. E a política na rua gerou muitos conflitos, principalmente com “a conferência de Silva Jardim na Sociedade Francesa de Ginástica no dia 30 de dezembro o propagandista pretendeu responder aos “argumentos republicanos” que Joaquim Nabuco contestava no mesmo jornal”.<sup>29</sup>

<sup>23</sup> IDEM, A República Consentida. 2007. P. 30.

<sup>24</sup> IDEM, 2007, A República Consentida. P. 11.

<sup>25</sup> IDEM, 2007, A República Consentida. P. 11.

<sup>26</sup>REVISTA. A Escola: Órgão dos Alunos da Escola Normal, anno I, Número 5, Pará. Belém, 01 de agosto de 1892, P. 02, Estados Unidos do. Brasil.

<sup>27</sup>ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. A Educação Profissional no Pará. 2007, P. 52.

<sup>28</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República Consentida. 2007, P. 12.

<sup>29</sup> IDEM, A República Consentida. 2007, p. 19.

Todavia, é importante refletir que existiam pessoas que defendiam a monarquia, por isso, chama atenção a atuação da Guarda Negra, pois segundo Maria Tereza de Mello<sup>30</sup> registra que *“Essa entidade fora criada após o 13 de maio para defender a princesa Isabel e as instituições. Era composta por libertos e capoeiras e, de fato, agredia e ameaçava republicanos com atitudes provocadoras, vivendo a monarquia, dando “morras” ou perpetrando mesmo atos violentos, o que provocava constantes tumultos nas ruas”* que tentavam impedir que adentrassem o novo período que se chamaria República. Neste sentido, chama atenção o testemunho de Silva Jardim<sup>31</sup> onde enfatiza que *“Ao sairmos dessa conferência, assistida pela fina flor da sociedade fluminense, um grupo de pretos perfidamente inspirados, correu sobre mim com a intenção de agredir-me. Um punhado de valentes amigos populares impediu-os de me atingirem”*. Onde queriam a todo custo manter a ordem através dos conflitos nas ruas, impedindo muitas vezes, as conferências que se pronunciasse para uma nova República. Finaliza que *“A Guarda Negra impediria sua realização, provocaria grandes distúrbios e Silva Jardim seria assassinado no salão”*. Portanto, essa entidade fez o possível para que não houvesse essas conferências.

A educação no Brasil gerou muitas discordâncias com relação ao modo de conhecimento que cada pessoa que deveria adquiri-la, pois, a grande maioria teria muitas vezes acesso precário ao mercado de trabalho. No estado do Pará, na vigência da Monarquia, segundo José Veríssimo, não havia formação adequada nos professores, não existiam escolas e muitas vezes os próprios professores ministravam aulas dentro de suas casas. Desta forma, o que ficou claro nesse congresso foi que:

*O resultado veio a firmar-se o princípio da divisibilidade das escolas em categorias: escolas de 1ª, de 2ª, de 3ª classe. Tem por fim esta classificação tornar obrigatório somente o programa das escolas de 1ª classe, deixando facultativos os cursos das de 2ª e 3ª para os alunos que quiserem ou que tiverem tempo e meios de completar sua educação. Este é o fim que deve ter em vista o legislador que formular o programa de ensino.*<sup>32</sup>

Dentro destas reflexões é importante a narração de Eric Hobsbawm, ao enfatizar que *“o que interessava a esses historiadores era a evolução da economia, e esta, por sua vez, os interessava porque esclarecia a estrutura e as mudanças da sociedade, e J. H. Clapham afirmava que, dentre todas as variedades de história, a econômica era a mais fundamental*

<sup>30</sup>MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República Consentida. 2007, p. 20.

<sup>31</sup>IDEM. A República Consentida. Apud Jardim, 1891, p.226.

<sup>32</sup>REVISTA. A Escola: Órgão dos Alunos da Escola Normal, anno I, número 5, Pará. Belém, 01 de agosto de 1892, P. 02, Estados Unidos do Brasil.

*porque era o fundamento da sociedade*”<sup>33</sup>. Por isso, o que prevalecia era a economia, pois, era o mais importante, todavia não uma formação mais crítica, por isso que dentro do governo de Lauro Nina Sodré analisou-se a formação dentro do *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant* para com os trabalhadores jovens e adultos que estavam inseridos nas fábricas e que necessitavam desta formação profissional.

Diante destas análises, Mello<sup>34</sup> afirma que, “*o melhor protesto contra esse governo que, divorciado da opinião pelos desmandos, ameaça sustentar-se pelo abuso, pelo crime*”. Refere-se ainda ao “*cordão sanitário entre o povo e a coroa*”, moralmente culpada pelas desordens por não impedir nem punir a agressão contra o povo, por desconhecer que “*a nação não se personifica nos homens da corte*”. Portanto, o que se percebe é que a coroa queria manter a ordem de qualquer maneira para conter os direitos da sociedade. No entanto, analisou-se que muitos militares, das academias, e do positivismo demonstraram uma ressignificação na rua e na imprensa, pois segundo a autora<sup>35</sup> em sua declaração a “*Aristocracia territorial e plutocracia: riqueza e prestígio; tudo foi vencido pela Propaganda, sem outras armas além da palavra e da imprensa. Fizemo-nos empresários de espetáculos para o público a 500 réis por pessoa; varremos teatros e pregamos cartazes; éramos simultaneamente redatores, repórteres, revisores e distribuidores; leiloeiros nas quermesses; propagandistas por toda a parte, nas ruas, nos cafés, nos teatros, nas estradas de ferro e até nos cemitérios, junto aos túmulos de Paranhos, de Ferreira de Menezes, de Luís Gama e de José Bonifácio*”. Pois era uma forma de se manifestar para com os seus direitos, e a saída era ir para as ruas e divulgar as notícias na imprensa, pois permitia que todos soubessem sobre a monarquia.

Portanto, o meio de comunicação mais viável foi a imprensa de informar o povo desse governo onde mantinham a todo custo a ordem na força, por isso, esses homens descobriram que deveriam por meio da propaganda, informar o povo dos acontecimentos do governo que estava no poder. E ainda que no meio acadêmico analisou-se que “*a crônica política não deixou a imprensa, enquanto o republicanismo que ganhava mais adeptos nos meios acadêmicos e positivistas, entre artistas, literatos, e na intelligentsia em geral. Na Faculdade de Medicina, destacavam-se os nomes de Barata Ribeiro, Érico Coelho, Domingues Freire. Na Politécnica, Enes de Souza, Timóteo da Costa, Joaquim e José Murtinho*”, que iam sendo colocadas pessoas que contribuiriam com a República, especificamente dentro da educação.

---

<sup>33</sup> HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914 – 1991), P. 13.

<sup>34</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República Consentida. 2007, p. 23.

<sup>35</sup> IDEM, A República Consentida. 2007, p. 26.

No reinado de D Pedro II a grande valorização estava marcada pelas “casacas”, que eram chamadas pelos militares de os bacharéis, que desejavam o respeito por seu ofício, que era apoiada pelo governo atual, todavia, segundo Mello<sup>36</sup>:

*Na época em questão, grande parte da jovem oficialidade ingressara na Academia Militar como meio de sobrevivência e de ascensão intelectual e social. O que os traía – sendo para eles motivo de orgulho – era a possibilidade de galgar a escala social pelo mérito. Cabe desde logo diferenciar a situação do oficialato do Exército em relação ao da Marinha. Nessa, o ingresso era mais custoso, até pelo dispêndio com o enxoval, o que fez com que se mantivesse um padrão aristocrático.*

Mello defende ainda que “*embora a mentalidade cientificista tivesse ganhado as faculdades de direito e de medicina*”<sup>37</sup>, *entretanto foi na Escola Militar que a matemática e as ciências se tornaram matérias hegemônicas de um currículo mais técnico. Contudo, não significa dizer que o estilo de ensino não fosse nela também bacharelesco*”, onde recebiam o título de bacharel em matemática e ciências físicas.

Nesta perspectiva, analisou-se o período de formação de pessoas jovens como sendo apoiado pelo governo pelos bacharéis, mas o mesmo governo não apoiava a formação dos militares e dificultava a entrada, e muitos deles que estavam dentro das escolas militares eram exclusivamente pela necessidade. Neste sentido Mello<sup>38</sup> corrobora que “*o que lhe interessava era os estudos teóricos, a possibilidade de ascensão social, de integrar-se à elite pela via da instrução*”, mesmo sabendo que a maioria da sociedade era analfabeta e só 1% podia ostentar um Diploma Superior<sup>39</sup>. Além disso, tanto os militares quanto os civis queriam uma ascensão social, pois as maiorias civis, buscavam, por meio do diploma, ser comparado a um homem intelectual dentro de um governo que valorizava os estudos teóricos para a formação de bacharéis<sup>40</sup>.

Desta forma é importante adentrar na constituição de 1891, especificamente no artigo “Art 69 - São cidadãos brasileiros: 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação; 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiverem em outro país ao serviço da República, embora nela não venham

---

<sup>36</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República Consentida. 2007, p. 37.

<sup>37</sup> IDEM. A República Consentida. 2007, P. 38.

<sup>38</sup> IDEM. A República Consentida. 2007, p. 38.

<sup>39</sup> IDEM. A República Consentida, 2007. P. 39

<sup>40</sup> HOBBSBAUM, Eric J. Sobre História: tradução Cid Knipel Moreira – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P.87.

domiciliar-se; 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados. Muitos eram os critérios para se tornarem e serem considerados cidadãos brasileiros. Ainda no Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: 1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.<sup>41</sup>

O documento declara que os mendigos e os analfabetos não podem votar, significa dizer que a maioria da população não votava, pois o índice de analfabetismo era muito grande em todo o Brasil, por isso, muitos cidadãos não faziam parte para eleição em todo o país, especificamente na Província do Pará. Por isso a preocupação do Governador era implantar uma escola que desse a possibilidade de pelo menos aos analfabetos se formarem no Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, através das aulas noturnas, todos os dias úteis, pois permitiriam a inserção no mercado de trabalho dentro das indústrias.

Dentro destas reflexões é necessário analisar a obra *Memórias da Indústria Paraense* da Historiadora Leila Mourão onde compreende que “*é propósito da federação das indústrias do Estado do Pará oferecer à consideração da sociedade brasileira e das autoridades responsáveis pela formulação das políticas que deverão disciplinar e acelerar o processo de desenvolvimento regional do país*”<sup>42</sup>, ou seja, é um estudo acompanhado de indicações operacionais sobre a potencialidade da indústria em nosso estado e a sua contribuição possível para a construção do novo Brasil.

Conforme a historiadora Leila Mourão, a presença histórica da indústria no Pará data do século XVIII, por isso corrobora que essas indústrias ocorreram mesmo nos moldes artesanais.

<sup>41</sup>OFICIAL, Diário de 24 de fevereiro de 1891.

<sup>42</sup>MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*, 1987. P. 01. A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra.

Aplicou-se aqui, como no restante do Brasil a forma de colonização que teve por base a implantação da monocultura canavieira e a instalação de engenhos e engenhocas para a produção de açúcar e aguardente, paralelamente à exportação de produtos vegetais nativos de interesse comercial, que ficaram tradicionalmente conhecidos como “*drogas do sertão*”, ou seja, o importante nesse período foram que no Pará organizaram-se como estabelecimentos geradores de produção total e diretamente orientados pela e para a Corte portuguesa. Além do mais, toda a produção já tinha locais que iam ser aproveitados por sua monocultura.<sup>43</sup>

De acordo com a historiadora Leila Mourão as formas sociais, por meio das quais foram sendo executados esses empreendimentos, que envolveram os diversos setores sociais que aqui viviam: *o proprietário rural, o clero, o comerciante luso ou já o brasileiro nativo e o escravo africano, e estabeleceram relações sociais de produção correspondentes às históricas relações de produção e político-econômico existentes na sociedade brasileira*. Portanto, essas relações sociais foram fundamentais para o desenvolvimento social, além disso, muitas classes sociais se envolviam para esta produtividade no estado do Pará.<sup>44</sup>

Em meados do século XIX e XX, especificamente entre 1870 e 1920, a economia paraense foi marcada pelo extrativismo e exportação do látex para a fabricação da borracha, face às exigências da indústria internacional, uma vez que as constantes inovações tecnológicas como o uso regular da roda pneumática para bicicleta e automóveis, entre outras ocorridas na Europa e nos Estados Unidos da América, ampliaram em grande escala a demanda dessa matéria prima e obrigaram a economia extrativa do Pará a operar quase exclusivamente a seu serviço. Outros setores de atividades, em particular da agricultura de subsistência foram subestimados. Além disso, um dos fatores que permitiu *a dinamização da extração e exportação do látex foi a navegação a vapor implantada no rio Amazonas pelo Barão de Mauá*. Por isso a necessidade de produtividade desta matéria prima por esses trabalhadores de diversas classes sociais, pois beneficiaria uma mão de obra quantitativa.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup>MOURÃO. Leila. Memória da Indústria Paraense, 1987. P. 01. A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra.

<sup>44</sup>IDEM. Memória da Indústria Paraense, 1987. P. 04. A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra.

<sup>45</sup>IDEM. Memória da Indústria Paraense, 1987. P. 05. A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas

Devido à produtividade do látex, Belém do Pará se beneficiou e desenvolveu o processo de urbanização ocorrido no Pará entre o final do século XIX e início do século XX, financiado principalmente com os lucros da exportação do látex. Além disso, ocorreu uma certa orientação de aplicações de recursos (rendas e capitais) em outros setores extrativos na agricultura e em alguns ramos fabris. Evidentemente que existia outras monoculturas, todavia o látex era o principal produto econômico da província e depois do estado do Pará.

O período demonstra que o Brasil iniciou a elaboração de políticas de proteção à indústria nacional. Dentre as medidas protecionistas adotadas, destacou-se a implantação da “Tarifa Alves Branco”. De 1844, que eleva a tributação sobre os produtos importados, por isso o decreto de 12 de agosto de 1844 estabelece que 2.243 produtos a tarifa de 30% - o dobro de até então – 40% a 60% no caso de artigos com similar no Brasil ou de fabril substituição; de 2% a 25% de artigo de largo consumo e difícil produção (carvão-de-pedra, trigo em grão, borracha, certos tecidos, trigo, bacalhau, salitre, zinco, ferro), considera ao todo 2.416 artigos. Ou seja, os produtos que fossem comercializados fora do decreto sofreriam uma certa porcentagem através do decreto realizado pelo Brasil.<sup>46</sup>

Em 1862 na Província do Pará tinha 92 pequenos estabelecimentos fabris e 166 engenhos de açúcar e aguardente. As fábricas ocupavam em média dez (10) trabalhadores, mas nesta média estão incluídos os estabelecimentos que, na época ocupavam cem (100) ou mais trabalhadores como aqueles que utilizavam quase exclusivamente a força-de-trabalho familiar, em torno de seis (06) pessoas. Nesse sentido é importante a tabela abaixo, uma vez que apresenta o quantitativo de fábricas.

#### Fábricas do Pará em 1862

Sabão	Numero 24
Óleos	Número 06
Cal	Número 18
Louças de barro	Número 06
Vinho de caju	Número 01

---

prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra.

<sup>46</sup>IDEM. Memória da Indústria Paraense, 1987. P. 08. A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra.

Chocolate	Número 01
Beneficiamento de arroz	Número 03
Café	Número 01
Artefato de borracha	Número 01
Curtume	Número 03
Olarias	Número 25
Serrarias	Número 10
<b>Total</b>	<b>Número 99</b>

FONTE: Censo Econômico – 1862 – FIBGE, citado também por MOURA, 1892. p.10.

De acordo com Leila Mourão alguns estabelecimentos se destacaram principalmente pelas variedades e qualidade de produção, como a Fábrica Freitas Dias, fundada em 1861, propriedade de J. S. Freitas & Cia. Que contava naquele período com mais de quatrocentos (400) operários. Esta firma executou posteriormente importantes obras de construção civil como a construção do Matadouro Modelo, o antigo prédio do Banco do Brasil, em Belém, Hospital de Tuberculose no Maranhão, para além disto, agências bancárias e outras edificações em Recife. A fábrica produzia pregos, objetos de ferraria, carpintaria, funilaria e construção civil.<sup>47</sup>

O processo de industrialização conforme o entendimento da historiadora Leila Mourão está relacionado com o mercado consumidor e da força de trabalho livre, e também que mesmo em pequenas escalas os efeitos da política financeira, pois, é importante pensar na possibilidade de que a política implantada no século XIX tiveram efeitos nefastos, e até o final do primeiro quartel do século XX, se beneficiaram algumas iniciativas empresariais no estado do Pará. Portanto, *“a extração e a manufatura simples da borracha, cacau, madeira e juta foram as mais agraciadas com os financiamentos oficiais”*.<sup>48</sup> Ou seja, existia prioridade por parte dos governantes, uma vez que essas monoculturas tinham muitos benefícios para a economia do

<sup>47</sup>MOURÃO, Leila. Memória da Indústria Paraense, 1987. P. 12. A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra.

<sup>48</sup>IDEM. Memória da Indústria Paraense, 1987. P. 28. A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra.

país, todavia, o século XIX, tiveram muitas dificuldades em relação à formação de uma mão de obra qualificada, pois não existiam escolas para todos na sociedade.

É importante que a historiadora chame a atenção em relação à força de trabalho, pois a indústria paraense foi de baixa capacidade técnica de força-de-trabalho, utilizada de modo geral oriunda do campo e do interior, e de outros estados, na qual se praticava uma agricultura rudimentar e se utilizava fundamentalmente de instrumentos de trabalho simples que não requeriam maior especialização. Além disso, as relações de trabalho estabelecidas à época, salvo raras exceções, tinham como base preceitos e preconceitos de orientação patriarcal escravocrata, ou de transição entre esta e as orientações tipicamente capitalistas, e já estabelecidos em outros países industrializados.<sup>49</sup>

De acordo com Leila Mourão<sup>50</sup>, o surgimento do operariado em Belém do Pará, ocorreu sob os auspícios de uma sociedade escravocrata, e por quase todo o século XIX, teve suas atividades normatizadas por sua legislação escravista. Além disso, com a abolição e a institucionalização do regime republicano prevaleceu nas relações de trabalho muito da mentalidade escravista brasileiro, haja vista que a regulamentação da jornada de trabalho era de 08:00 horas diárias e o salário era mínimo, e tinha as leis de férias. Ainda existia toda uma formalização de leis que estabeleciam a carga horária de cada trabalhador dentro das fábricas no Estado do Pará. E destaca que no final do século XIX a manufatura familiar artesanal que dificultou a formação de uma mentalidade tipicamente proletária, e que o índice de analfabetismo no Brasil era muito grande, devido às relações sociais que existiam em todos os estados brasileiros.

A cidade de Belém vivia momentos de transformação quanto a sua urbanização, e a respeito desta questão, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes<sup>51</sup> enfatiza que “*o projeto de urbanização do final do século XIX e início do XX exclui a classe trabalhadora dos benefícios da modernização, causando-lhes grandes prejuízos nas condições de viver, de morar e de*

---

<sup>49</sup>IDEM. Memória da Indústria Paraense, 1987. P. 34. A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra.

<sup>50</sup>IDEM. Memória da Indústria Paraense, 1987. P. 34. A presente edição não pretende encerrar a verdade histórica da construção da indústria paraense. A História é dinâmica e se refaz e apura na medida em que as pesquisas prosseguem e permitem a descoberta de novas fontes de informação. Por isto, uma segunda edição desta obra deverá vir a público no futuro, enriquecida e, talvez, corrigida. A FIEPA e a Professora que redigiu o documento ora editado ficará feliz se receber a contribuição dos que disponham de dados, informações, fotografias ou quadros e outros elementos que possam melhorar a obra.

<sup>51</sup>NUNES, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves. Tese de doutorado defendida em 2017. P. 199.

*trabalhar, no saneamento, em transportes, saúde e abastecimentos*”. Nesse sentido, analisou-se que mesmo esses trabalhadores fazendo parte desta construção para o desenvolvimento do Estado do Pará, ficarão à mercê daquela sociedade, pois, são de classe menos favorecidas, onde não se reconhece de forma cultural o seu modo de vida.

No jornal da Província do Pará fica evidente que esta transformação na urbanização sobre as mudanças ocorridas não privilegiaram as camadas populares da sociedade de Belém. Nesse caso, a narrativa da historiadora Maria de Nazaré Sarges afirma que:

*A modernidade foi entendida como expansão de riqueza, ampliando as possibilidades, caracterizadas pelo avanço de tecnologias (revolução industrial), construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades, (em área, população e densidade), mudança de comportamento público e privado e bafejo da democracia, transformando as ruas em lugares onde as pessoas circulavam e exibiam seu poder de riqueza.*<sup>52</sup>

A sociedade menos favorecida, mesmo fazendo parte dessas inovações para com o desenvolvimento de urbanização, ficou excluída, e nem sequer teve uma formação adequada nas escolas, pois estava sempre trabalhando nas indústrias, todavia, no decorrer do tempo, percebeu-se no governo de Lauro Nina Sodré, através do seu programa de governo, a criação de uma escola de horário noturno que iria formar vários profissionais de áreas diferentes, beneficiando uma mão de obra mais qualificada no Estado do Pará.

Com as mudanças veio à tona a exclusão de muitas pessoas que contribuíram com esta inovação, além do mais, eram excluídos de muitos benefícios que ela (a cidade) se transformaria, entretanto, beneficiou um pequeno grupo da sociedade que esbanjava a sua riqueza na própria rua, como o seu poder de riqueza.<sup>53</sup>

Também é importante conceituar a Dissertação de Karol Gillet Soares sobre As Formas de Morar na Belém da Belle-Époque, no período de 1870-1910, onde narra que:

*O capital gomífero se tornou o principal agente financiador das transformações físicas da cidade, o que conseqüentemente engendrou em profundas alterações em sua paisagem urbana. Para isso, é necessário examinar como se deu o tratamento das políticas públicas nos espaços com localização periférica que, em grande parte eram destinados às classes mais baixas, por isso mesmo, locais que não mereciam grandes preocupações pelo Poder Público. Ou seja, o bem estar de todos, como em*

<sup>52</sup>SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000. P. 19.

<sup>53</sup>IDEM. Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000. P. 19.

*alguns discursos políticos, significou, na prática, o bem estar apenas das classes mais abastadas. Contudo, deve-se revelar como uma cidade que produziu a metade da borracha mundial lidou com transformações, interesses e contradições num espaço de tempo relativamente pequeno, mas que foi capaz de inserir a cidade amazônica no plano internacional, o que até os dias atuais ainda é um tema capaz de gerar tantos debates.*<sup>54</sup>

Portanto, o século XIX e início do século XX, apresenta que a borracha foi o meio de transformação da cidade de Belém, pois beneficiou a economia nos investimentos de muitos locais, entretanto, o poder público deixou de valorizar os grandes locais das periferias, no sentido de construção, e esta cidade ficou conhecida como a cidade amazônica.

---

<sup>54</sup>SOARES. Karol Gillet. Sobre As Formas de Morar na Belém da Belle-Époque, no Período de 1870-1910. P. 18.

## 1.1 – A POLÍTICA EDUCACIONAL NO PARÁ NO FINAL DO SÉCULO XIX

*[...] outra vantagem pedagógica, se de tal ordem a posso considerar, é a maior facilidade da inspeção, tão difícil, senão impossível de seriamente fazer, com essa disseminação de escolas, funcionando quase todas na mesma casa de residência dos professores.<sup>55</sup>*

O Estado brasileiro passava por muitas transformações em função da transição da Monarquia à República, e neste contexto destaca-se a educação de trabalhadores e de seus filhos. Portanto, é necessário refletir sobre o andamento das políticas públicas educacionais implantadas no governo de Lauro Nina Sodré, onde através do regulamento de 1890, e sobre este tema Luana Costa Viana defende que “*as mudanças implantadas na educação do Estado do Pará durante o período de 1886 a 1897, no qual o governo de Lauro Sodré aprovou diversos encaminhamentos legais*”. Entre eles, o pesquisador analisou o Regulamento Escolar, programas, horários e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará aprovado em 1890. Entre as alterações estabelecidas pelo referido documento ele ressaltou a introdução da disciplina “*Educação Física, nas escolas primárias, cuja justificativa relacionou-se à necessidade de regenerar a população paraense posto que a mestiçagem supostamente gerasse preguiça e indolência*”<sup>56</sup>, e para o autor a disciplina de educação física era uma forma de estimular todos os alunos e de combater os maus hábitos para manter a ordem.

Para José Veríssimo Dias de Mattos, ao analisar a reorganização da educação escolar brasileira, particularmente no Pará, durante as décadas iniciais do regime republicano, destacou que a Educação Física deveria entrar nos programas escolares brasileiros como estratégias para o desenvolvimento de corpos saudáveis e robustos que atendessem às demandas do mercado de trabalho em expansão no país. Tal posicionamento foi inspirado no ideário já adotado nos países tidos como mais desenvolvidos no período que postulavam serem os exercícios promotores de desenvolvimento moral, do espírito nacional e patriótico dos educandos.<sup>57</sup>

De acordo com Moraes,<sup>58</sup> houve mudanças implantadas na educação do Pará durante o período de 1886 a 1897, no qual o governo de Lauro Sodré aprovou diversos encaminhamentos

<sup>55</sup>VERÍSSIMO, José. A Educação Nacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906. P. 81.

<sup>56</sup>VIANA. Luana Costa. A Colonização de Corpos, Corações e Mentres: Educação e Higienismo em Escritos de Periódicos Pedagógicos no Pará (1891-1912). Tese de Doutorado 2015. no programa de pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Pará. P. 23.

<sup>57</sup>FRANÇA, N. F. A História da Educação Física no Ensino Primário no Estado do Pará (1889-1900). Dissertação (Mestrado em educação). 2012. Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

<sup>58</sup>MORAES, Felipe Tavares de. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 22 e 23.

legais. Entre uma das mudanças está o Regulamento escolar: programas, horários e instruções pedagógicas para as escolas públicas do Estado do Pará aprovado em 1890. Por isso, as alterações estabelecidas pelo referido documento ele ressaltou a introdução da disciplina “Educação Física” nas escolas primárias, cuja justificativa relacionou-se à necessidade de regenerar a população paraense, posto que a mestiçagem supostamente gerasse preguiça e indolência. Portanto, fica claro que esta disciplina iria contribuir para crianças, jovens e adultos mais fortes e preparados para o mercado de trabalho dentro das indústrias na província do Pará.

Segundo José Veríssimo, o ideário higienista influenciou a nova proposta educacional do regime republicano e esteve presente como argumento para a construção de grupos escolares, isso pode ser observado no relatório de 1891, apresentado por Veríssimo, onde preconizava a criação de grupos escolares alegando que era uma prática adotada em países modernos, além de ser uma opção que facilitava a fiscalização. Portanto, o mesmo queria que fossem implementados esses aspectos, pois contribuiriam para a higienização educacional na província do Pará.<sup>59</sup>

Dentro destas concepções com relação à formação do aluno em sala de aula, é importante refletir culturalmente sobre o diálogo, uma vez que permite a perspectiva cultural ao trabalho sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento. Neste sentido, a hierarquização da própria estrutura social e da história cultural, separa-se, sem dúvida, de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social, a qual se dedica exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém, opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações, que constroem cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade.<sup>60</sup>

Na educação paraense existiam pesquisas com relação à produção historiográfica da educação brasileira, inseridas no debate a especificidade da intenção dos republicanos paraenses, uma vez que a ideia era analisar e ultrapassar o modelo educacional e com métodos extremamente rigorosos, os quais verificavam que os castigos físicos existiam e tornavam o meio fundamental da aprendizagem, e de verificar que muitas instalações eram improvisadas e precárias<sup>61</sup>. Portanto, a busca por um modelo que fosse viável para uma aprendizagem que

---

<sup>59</sup>VIANA, Luana Costa. A Colonização de Corpos, Corações e Mentis: Educação e Higienismo em Escritos de Periódicos Pedagógicos no Pará de (1891-1912).

<sup>60</sup>CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Estudos Avançados. V. 5, nº 11, p. 173-191, 1991. P. 183-184.

<sup>61</sup>BARROSO, Wilson da Costa. Educação e Cidadania no Republicanismo Paraense: A Instrução Pública Primária nos Anos de 1889 – 1897. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém. 2006.

avançasse todas as necessidades de ultrapassar o “viés” dos castigos físicos, por isso a busca por um modelo que fosse capaz de sair desta aprendizagem, o qual inovasse por outros caminhos, para a formação que valorizasse o ser humano como um ser que pensa e pode contribuir em sua sociedade, independentemente de classe social.

A vida política nas províncias de todas as regiões foi marcada pelo atraso, uma vez que, o processo educacional não era homogêneo e as leis que regiam esse processo permitiam que as províncias determinassem através do seu governo a sua forma de gerir os projetos e reformas cabíveis de ordem conforme cada nível de instrução, pois o objetivo era manter a ordem. Por isso, argumenta França<sup>62</sup>, *“que as elites paraenses estavam mais preocupadas em sua formação bacharelesca para construir o aparelho administrativo do estado imperial do que o efetivo desenvolvimento educacional na população”*.

É importante que se volte ao passado para refletir da importância da sociedade, desta forma o processo histórico adianta que a sociedade escrava de 1872 tinha um índice de 99,9% de analfabetos e somente 16,85% da população livre na faixa etária entre 06 e 15 anos, além disso, que apenas 12.000 alunos frequentavam a escola secundária. Mas analisou-se onde estão os alunos do ensino primário que estão inseridos dentro de uma população de 8.490.910 habitantes. Por isso, é fundamental resgatar as escolas normais, pois segundo Tanuri,<sup>63</sup> corrobora que as instituições de Niterói, Bahia, São Paulo e Pernambuco foram criadas para os jovens do sexo masculino, todavia, não existiam vagas para as mulheres, mesmo sabendo que mais tarde seriam criadas escolas femininas, além disso, observa-se que a República, antes de 1865, já havia a vontade de criar uma valorização através da escola normal com o início de uma educação feminina para o magistério nacional.

No estado do Pará a educação pública, para o historiador William Gaia Farias, compreende que as transformações foram ocorrendo na gestão do governador Lauro Nina Sodré, e umas das iniciativas foi especificamente a educação, onde foi criada uma instituição no horário noturno para suprir a necessidade de oportunizar aos trabalhadores e a seus filhos, uma vez que estavam inseridos nas fábricas no Estado do Pará.

O ensino público terá no seu currículo um instrumento de inculcação ideológica aos valores positivistas, pois as reformas educacionais introduzem novidades curriculares no

---

<sup>62</sup>FRANÇA, Maria do P. S. G. de Souza Avelino. 1997: Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Lyceu Paraense – 1840/1889. Dissertação apresentada ao departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas, SP.

<sup>63</sup>TANURI, L. M. História da Formação de Professores In: Revista Brasileira de Educação, nº 14. P. 61-88, maio/junho/agosto. 2000, p. 66.

processo de formação do futuro cidadão,<sup>64</sup>. Desta forma, a ideia do Positivismo era manter a ordem e o progresso por meio da lei, pois permitia que o aprendizado da ciência por meio de experiências práticas e com a formação moral e cívica. Com esta última, conseguia-se penetrar na “*alma do povo e conformar os espíritos para uma nova ordem, uma nova humanidade, a sociedade positivista*”. Nesse sentido, o governo defendia acima de tudo que o objetivo era manter dentro das atividades “*lições de coisas*”, o qual estava intrínseco no cidadão um ser que necessita da ordem e do progresso para a sua formação, uma vez que, através da lei foi possível controlar as ideias positivistas de Lauro Nina Sodré. Nesse sentido acredito que essas estratégias de apresentar e colocar em prática um ensino por meio da ordem e de disseminação do conhecimento científico são formas que permitem conseguir e controlar uma sociedade filosófica.

---

<sup>64</sup>IDEM, A Instrução Pública Primária nos Anos de 1889-1897. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém. 2006.

## CAPÍTULO II - A REPÚBLICA NO PARÁ E QUESTÕES SOBRE A EDUCAÇÃO

O processo de transição da monarquia para a República envolve também a compreensão de que a educação no Estado do Pará, enquanto uma política de governo foi analisada como representação de uma política local, e de iniciativa da própria província a partir da segunda metade do século XIX<sup>65</sup>, especificamente no governo de Lauro Nina Sodré. A narrativa que se reflete é que deveria ter dentro das indústrias uma mão de obra qualificada.

Portanto, a reflexão sobre como esse processo permite entender foi através da construção dessas atividades técnicas e de formação profissional que vai haver a possibilidade da construção de fato de mão de obra qualificada, pois, os trabalhadores que estavam inseridos nas fábricas, agora terão a possibilidade de matricular-se na escola noturna que seria criada pelo governo para com esses excluídos da sociedade que contribuíam com o desenvolvimento, mas não faziam parte daquela sociedade elitizada dos grandes proprietários no Estado do Pará.

Este processo de conhecimento era através do próprio trabalho, pois, segundo Araújo<sup>66</sup> adianta que “*A apreensão dos ofícios, tanto para os escravos como para os homens livres, acontecia no próprio trabalho*”. Além disso, Cunha<sup>67</sup> afirma que “*...a partir da crescente urbanização que viria a abrigar a burocracia do Estado metropolitano e atividades de comércio e serviços é que foi sendo diversificada a necessidade consumidora de uma crescente população urbana*”, por isso, “*com a urbanização aumentaram as demandas por sapateiros, ferreiros, carpinteiros, etc...*”. Logo, reflete-se que com o tempo a economia cresceria com os desenvolvimentos, através dos aperfeiçoamentos e técnicas para com esses trabalhadores tendo suas atividades em prática dentro das indústrias.

Conforme José Veríssimo, no Relatório de 1890, onde enfatiza que “*a prosperidade nacional não pode repousar sobre outra base que não a Instrução Pública... ela afetará a sua civilização, a sua cultura e, portanto o seu progresso*”.<sup>68</sup> Além disso, segundo Moraes, José Veríssimo “*é responsável, ao final do governo provisório, por um dos mais minuciosos levantamentos sobre a instrução pública no estado do Pará, traçando algumas considerações*

---

<sup>65</sup>RIZZINI Irma. O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto. A Educação dos Meninos Desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, março de 2004.

<sup>66</sup>ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima, A Educação Profissional no Pará. Belém: EDUFPA, 2007, p. 51.

<sup>67</sup>CUNHA, L. A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

<sup>68</sup> PARÁ, Relatório de Instrução Pública apresentado ao Governador Justo Leite Chermont, pelo Diretor Geral de Instrução Pública José Veríssimo, 1890.

*no que tange a educação, números de escolas, população e professores”.*<sup>69</sup> Analisou-se que a educação na República, especificamente no governo de Lauro Nina Sodré era a única maneira de formar pessoas mais pobres, e dar-lhes a oportunidade de estarem inseridas no mercado de trabalho. Por isso é importante a mensagem do governador:<sup>70</sup> *“tenho também, eu, como todos que tem olhos pra bem ver as necessidades da nossa terra, clamando por medidas e providências que façam de nós, um povo de indústrias múltiplas, explorados a benefícios nossos outros mananciais de riquezas e, dentre todos o principal, o que resulta da cultura.”*

Moraes compreende que o governo era autorizado a promover a introdução de estrangeiros que pretendessem estabelecer-se no Estado como agricultores e industriais. Tais tentativas vão promover diversas regalias aos imigrantes tais como informa o artigo segundo desta lei do Estado do Pará de 1894. Por isso, é necessário apresentar aqui quais são: Indenização das passagens, hospedagem em lugar conveniente até 10 dias, transporte e alimentação gratuito até o ponto onde escolheu para se fixar, tratamento médico gratuito por dois anos, concessão de um lote colonial de 25 hectares, fornecimento gratuito das ferramentas e utensílios indispensáveis<sup>71</sup>, ou seja, percebe-se que a mão de obra estava em falta, e o governo incentivava que muitos imigrantes implantassem as suas fábricas, oferecendo muitos benefícios, entretanto, o governo não criava meios que contribuíssem para formar uma mão de obra qualificada para esta indústria que adentrava com este imigrante com muitas regalias.

De acordo com o governador era importante investir na instrução pública, uma vez que possibilitava desde os primeiros passos, a consolidação dos ideais republicanos. Ainda sob o regime provisório, o governo republicano cuidou seriamente de converter em realidade a prática do dogma fundamental do seu programa – a instrução popular, através das instituições como o *“Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant”*.<sup>72</sup>

Segundo Moraes o *Lyceu Benjamin Constant* visava a educar os filhos da classe trabalhadora, buscando formar trabalhadores também. Para as populações dos interiores (cidades e vilas) foram ofertados alguns institutos e externatos, além disso, o que se queria com a oferta do ensino secundário a esse grupo social é necessariamente fornecer subsídios, a partir do conhecimento científico disponível no ensino técnico, para que a parte da população atingida

---

<sup>69</sup>MORAES, Barbara Danielle Damasceno. Vilas, “Logares” e Cidades: A História da Educação Rural do Pará na Primeira República de 1889 A 1897.

<sup>70</sup> PARÁ, Mensagem do governador, 1 de Fevereiro de 1897. P. 22.

<sup>71</sup>PARÁ, Leis, actos e Decizões do Governo do Estado do Pará, 1894, p. 236.

<sup>72</sup>PARÁ, Mensagem do Governador, Julho de 1894, p. 27-28.

por esse tipo de ensino pudesse trabalhar melhor e fosse incorporada à sociedade de acordo com seu ofício, evitando o descontentamento com as condições sociais nas quais estava inserida e, por sua vez contestasse a ordem republicana que procurava legitimidade frente à opinião pública.<sup>73</sup> Uma vez que permite oportunizar a grande maioria da sociedade em formação para estar inserida dentro das fábricas em Belém do Pará.

O Decreto nº 372, de 13 de julho de 1891 estabelecia como seria distribuída a formação na educação, sendo no Primário, Secundário, Ensino Profissional e Técnico e o Ensino Normal. Para além disso, ficara especificados os locais do ensino primário, que seriam as escolas elementares, escolas primárias, colégio do Amparo, do Instituto paraense Artífices, das escolas noturnas para adultos ou outros estabelecimentos que, por sua natureza e categoria, distribuam o ensino assim denominado neste regulamento. Especifica o artigo quinto que enfatizava o ensino profissional e técnico que tinham de ser ministrados no Instituto de Educandos Artífices e de acordo com as disposições e princípios do presente Regulamento.<sup>74</sup>

A narrativa de Moraes compreende que todos os ensinos com a mesma grade curricular, mantendo uma educação voltada para a criação de um povo patriota, onde disciplinas como a geografia, a história e a educação eram valorizadas. Nesse sentido, os programas eram expedidos pelo Diretor Geral de instrução *“circunstanciados a observações pedagógicas sobre cada uma das matérias do programa, bem assim sobre a distribuição do trabalho e do tempo, além disso, não era permitido aos professores alterar os programas, podendo, entretanto, representar sobre eles, expondo as condições que o estudo e a experiência lhes aconselham”*.<sup>75</sup> Uma vez que podiam ser punidos por influenciar na formação desses alunos, pois o importante na formação era que tivessem conhecimentos adequados para estarem inseridos dentro das fábricas, já que no decorrer dos documentos foi aceito uma grande demanda de imigrantes com os seus benefícios no Estado do Pará.

Portanto, de acordo com Moraes, afirma que:

*Na condição de suporte para a modernização da sociedade brasileira, a educação foi usada em direção ao mundo civilizado e à superação de modo de vida considerados rústicos. A República foi grande fomentadora da educação no Brasil, porém sabemos que o incentivo à instrução não começa com ela, mas é com ela que toma grande*

---

<sup>73</sup>MORAES, Felipe Tavares de. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 108.

<sup>74</sup>PARÁ, Governo Republicano do Estado, 1891, p. 318.

<sup>75</sup>PARÁ, Governo Republicano do Estado, 1891, p. 329.

*fôlego passando a estar em espaço mais longínquos. Ainda assim, a educação permanece pautada em duas vertentes: a educação para a formação do trabalhador obediente; a educação para a formação da elite, do doutor.<sup>76</sup>*

Portanto, analisou-se que existiam duas formações diversificadas, uma voltada para a elite e a outra, conforme a demanda de mercado era preparada, uma formação específica para cada trabalhador, pois as indústrias estavam necessitando de uma mão de obra qualificada para o serviço, no entanto não para a formação de um ser crítico em sua sociedade, especificamente no estado do Pará.

---

<sup>76</sup>MORAES, Barbara Danielle Damasceno. Vilas “Logares” e Cidades: A História da Educação Rural do Pará na Primeira República – 1889 a 1897.

## 2.1- A AURORA REPUBLICANA

*De manhã está junto à forja, ao malho e à bigorna e à noite aquela mão cansada de trabalhar com ferro desenha com tal delicadeza como se estivesse ocupada em apanhar flores durante o dia.*<sup>77</sup>

*Manoel Simplício Torres.* Operário, paraense, 25 anos de idade, moço acanhado e dócil. Tem sua oficina de ferreiro na Rua dos Pariquis na capital do Estado do Pará em Belém, e é infundido de uma melancolia própria dos artistas nacionais. Aluno do *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant*, Simplício foi relacionado para expor dois trabalhos na Exposição Artística e Industrial do Estado do Pará de 1895. Apresentou “um estudo da cabeça de Carlos Gomes” e uma “Paisagem” da região amazônica. Por sua desenvoltura com as artes, o aluno se revelou “uma das grandes glórias do *Lyceu Benjamin Constant* cujo, o curso desde as primeiras Letras e Desenho tem seguido progressivamente<sup>78</sup>”.

“*É inacreditável que um operário tenha mão tão delicada para fazer desenhos tão finos com os expostos por Manoel Simplício Torres*”. Assim descreve Ignácio Moura ao falar das obras do operário e aluno do Lyceu selecionado para a exposição. Continua dizendo que, “*o velho Carlos Gomes com a sua cabeleira esparsa e seu olhar de gênio... está ali perfeitamente traçado*” pela obra de Simplício. E chega a classificar que a obra exposta pelo aluno do Lyceu “*é o melhor retrato de Carlos Gomes*” vista naqueles dias. E a pintura sobre a paisagem é um “*pedaço da natureza, riquíssima de inspirações*”.

*Cecília Iêrecê de Lemos.* Paraense, 22 anos de idade. Filha de Antonio Lemos, notável político e membro da elite dirigente do Pará, onde teve desde criança inclinação para educação artística e nas Belas Artes, sobretudo para a música. Sua educação foi cuidadosamente confiada aos mestres Hermes, Agostinho de Medeiros, Idalina França, Clemente Ferreira e teve aulas e lições de harmonia com Carlos Gomes. Estudou Piano, Violino e compôs uma coleção de canções. Entre elas, “A Província do Pará”, dedicada ao seu pai e a Valsa “Artes e Ofícios na Amazônia” oferecida à escola do *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant* para a exposição artística e industrial de 1895.

De acordo com Ignácio Moura, Cecília sempre foi elogiada por todos por seu talento artístico. O Jornal *A Província do Pará* descreveu uma carta de Carlos Gomes destinada à moça.

<sup>77</sup>MOURA, Ignácio. *A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Benjamin Constant: Os Expositores de 1895*. Belém. Typ do Diario Official, 1895. P.122.

<sup>78</sup>IDEM. *A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Benjamin Constant: Os Expositores de 1895*. Belém. Typ do Diario Official, 1895. P. 122.

O qual afirma em um trecho da carta: *“Uma menina na primavera da inteligência é digna de atenção total. Digna porque a simplicidade eloquente destes pensamentos tem muito valor, porque é indício de que a jovem autora promete novas revelações”*.<sup>79</sup>

Dois sujeitos, dois alunos que estudaram em escolas diferentes, dois artistas e duas histórias que envolvem trajetórias e ocupações diferentes na sociedade belenense participando do mesmo evento e recebendo praticamente os mesmos *“elogios”* por suas capacidades técnicas ligadas à arte. Dois sujeitos que revelam dois lados de uma mesma moeda (social). O da oportunidade diante do que a condição financeira permite, e do outro, a ausência dessa condição que leva o sujeito a dividir a vida entre o lado de artista e o de operário, proletário, trabalhador manual. Foi direcionado a sujeitos, como Simplício, que Lauro Sodré implementou uma das maiores iniciativas voltadas para educação popular no Estado do Pará, a criação de uma escola destinada à instrução de jovens e adultos que necessitavam de formação e qualificação diante das transformações políticas, sociais e econômicas, e da intensificação das demandas industriais e das artes na sociedade.

Em seu Primeiro Governo (1891 a 1897), Lauro Sodré implementou uma concepção política e educacional que dirigiu as reformas profundas da Instrução Pública do Pará, e conseqüentemente foi dada maior preocupação dos republicanos em criar e reformar instituições voltadas para educação popular. Principalmente no que abrange a categoria de jovens, adultos e desvalidos, onde visava a empreender políticas que consolidassem a República Paraense.

No final do século XIX, as exposições artísticas realizadas no Pará seguiam o modelo das exposições universais que ocorreram a partir de 1851 em Londres, na Inglaterra. Essas exposições ocorriam em diversas cidades e reuniam produtos de vários países, *“com exemplos de tudo que representava avanço e modernidade no ramo da ciência, arte e indústria”*.<sup>80</sup> A primeira vez que o Brasil participou foi no ano de 1862, ocorrida em Londres, que pretendia mostrar não só seu potencial industrial ou suas riquezas naturais, mas atrair investidores de novos mercados, além disso, de inserir o país no grupo das nações civilizadas. E ressalta que os

---

<sup>79</sup>MOURA, Ignácio. *A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Benjamin Constant: Os Expositores de 1895*. Belém. Typ do Diario Official, 1895. P. 96.

<sup>80</sup>ALVES, Moema de Bacelar. *Do Lyceu ao Foyer: Exposição de Arte e Gosto no Pará da Virada do Século XIX para o XX*. (Dissertação). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, departamento de História, 2013. P.21. Para aprofundamento, este trabalho aborda o mundo das artes na passagem do século XIX para o XX diante do movimento e desenvolvimento no campo econômico e das diversas iniciativas no campo artístico proporcionado pelo comércio da borracha.

produtos enviados para as exposições universais eram selecionados a partir de mostras e exposições realizadas no âmbito regional e nacional.<sup>81</sup>

De acordo com Alves<sup>82</sup> (2013) se no Brasil a preocupação de vender a imagem de um espaço avançado, no lugar de exótico, era grande, o Pará tinha a mesma preocupação em realizar suas exposições locais e regionais e se fazer representar nas exposições nacionais. De acordo com Ignácio Moura, no Pará, ocorreram algumas exposições realizadas em lugares e contextos diferentes. Para este autor, as exposições de “produtos paraenses” iniciaram em 1866 “no antigo edifício do colégio do Amparo, da qual foi como Presidente o Dr. Frutuoso Guimarães”.<sup>83</sup> Posteriormente, em 1877, a Sociedade Artística Paraense deu prosseguimento à segunda exposição realizada no Palácio de Governo. Depois disso, não se sabe, segundo Inácio Moura, o porquê de não ocorrerem mais exposições desse porte a partir daquela data. Se os motivos foram pelos sacrifícios enfrentados pela Sociedade Artística Paraense e pela Província do Pará ou por estarem ocupados em organizar produtos similares para enviar para o Rio de Janeiro, Paris ou Chicago.

Para Inácio Moura, somente a partir da “Revolução de 1889” que diante “a uma nova corrente de ideias profícuas ativas, instalou-se no Estado do Pará a Sociedade Propagadora do Ensino que, criando o Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant” onde estabeleceu “como preceito regimental a organização de exposições anuais de trabalhos feitos pelos alunos do novo Lyceu e pelos artistas e industriais de todo Estado”, foi que começaram a pensar novamente na continuidade das exposições artísticas e industriais.

A República brasileira trouxe a implantação de um instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno que é, naturalmente, a ideologia. É através dela que ocorre a justificação racional da organização do poder. Esta ideologia entra em cena com os republicanos através das ideias positivistas que foram importadas da Europa e implementadas

---

<sup>81</sup>ALVES, Moema de Bacelar. *Do Lyceu ao Foyer: Exposição de Arte e Gosto no Pará da Virada do Século XIX para o XX*. (Dissertação). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, departamento de História, 2013. Para aprofundamento, este trabalho aborda o mundo das artes na passagem do século XIX para o XX diante do movimento e desenvolvimento no campo econômico e das diversas iniciativas no campo artístico proporcionado pelo comércio da borracha.

<sup>82</sup>IDEM. *Do Lyceu ao Foyer: Exposição de Arte e Gosto no Pará da virada do Século XIX para o XX*. (Dissertação). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, departamento de História, 2013. P.21. Para aprofundamento, este trabalho aborda o mundo das artes na passagem do século XIX para o XX diante do movimento e desenvolvimento no campo econômico e das diversas iniciativas no campo artístico proporcionado pelo comércio da borracha.

<sup>83</sup>MOURA, Ignácio. *A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Benjamin Constant: Os Expositores de 1895*. Belém. Typ do Diario Official, 1895. P. 7.

no Brasil e no Pará.<sup>84</sup> Os desdobramentos políticos e ideológicos do novo regime de governo se estenderam aos jornais, ao campo artístico, à construção de monumentos, aos discursos, às pinturas, às iconografias e, principalmente, à educação. Era preciso, como disse José Murilo de Carvalho, “*formar as almas do povo*” para legitimar o novo regime e alcançar as massas.

Para efetivar a propaganda, o governo republicano utilizava diversos meios como símbolos, imagens, alegorias e mitos da época<sup>85</sup>. José Murilo de Carvalho em sua obra “*A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*”<sup>86</sup> dedica-se a interpretar a estruturação da construção de símbolos e heróis para o imaginário republicano com o objetivo de atingir as massas populares. Isso se desencadeou nas artes, nos discursos oficiais, nas construções, nas ruas e, também, na educação.

No Pará, William Gaia Farias buscou problematizar as manifestações das produções simbólicas propagadas intensamente nos jornais da época, no campo artístico, na construção de monumentos, na educação, nas pinturas e iconografias<sup>87</sup>. De acordo com Farias (2004, p. 66), Lauro Sodré atribuiu atenção especial à educação, defendendo que a “liberdade espiritual” fazia parte da democracia. Que o poder público deveria investir na educação popular. Apoiado em Littré e Comte, defendia que a instrução pública, era o principal dever do Estado no sentido de garantir a democracia. O ensino público gratuito seria talvez o maior benefício a serviço da liberdade, que deveria começar pela liberdade de consciência.

A crença no poder da educação escolar acompanhou esse republicano durante seu primeiro mandato como governador do Estado do Pará. O investimento, em diversos aspectos relacionados à educação ocorreu através da fundação e reorganização de instituições de ensino. Promoveu um programa de criação, reformas e reestruturação de escolas como o Lyceu Paraense e a Escola Normal, o Museu Paraense, o Instituto Paraense de Artífices. Por iniciativa de Sodré criou-se também a Sociedade Propagadora do Ensino, o Lyceu de Artes e Offícios

---

<sup>84</sup>CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República No Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>85</sup>ALMEIDA, Joaquim José de Souza. *A implantação da República no Pará: Da adesão a promulgação da 1ª constituição republicana do Estado*. Ano: 1989; COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: O Monumento à República em Belém - 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu, 2002; FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de Doutorado, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005; MOURA, Daniella de Almeida. *A República Paraense em Festa 1890-1911*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

<sup>86</sup>CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República No Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>87</sup>FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de Doutorado, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

Benjamin Constant e o Orphelinato Paraense. Lauro Sodré ainda criou no Lyceu Paraense um curso de Comércio e outro de Agrimensura “...te ndo d’este último sahido formado macebos que labutavam na vida, trabalhando com muita proficiência.”<sup>88</sup>

Com a criação da Sociedade Propagadora do Ensino, no dia 16 de novembro de 1891, data do segundo aniversário da proclamação da República no Pará, coube a Lauro Sodré, que estava à frente da Sociedade, com o interesse em estabelecer um sistema educacional republicano com o objetivo de divulgar o ensino teórico e prático, sobretudo às classes proletárias e ocupadas da sociedade. Desse modo, ainda de acordo com Farias foi na mesma noite em que a Sociedade Propagadora de Ensino foi criada, e Lauro Sodré teve a proposta do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant para atender as classes proletárias com aulas noturnas, colocando esta escola “entre os mais significativos e bem recebidos projetos educacionais da gestão de Lauro Nina Sodré”.<sup>89</sup>

O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant foi inaugurado no dia 22 de janeiro de 1892. Funcionava no mesmo prédio do Liceu Paraense e representava um importante espaço para construção da hegemonia republicana no Pará. Tratava-se de uma escola de ensino primário com aulas de “portuguez, francez, história universal, geographia, arithimética, algebra e geometria plana, no espaço e descritiva, desenho, pintura e escriptura mercantil ...”. Mas no plano de ensino ainda constavam o estudo da “... mechanica, da phisica e chimica industrial e da arte tachigraphica...”.<sup>90</sup>

Nesta escola os professores e alunos exaltaram a República de várias maneiras, principalmente com discursos inflamados em defesa dos grandes homens do regime e por meio da produção de obras de arte cujas temáticas eram republicanas. Lauro Sodré, Justo Chermont, Paes de Carvalho e Benjamin Constant eram os ilustres personagens dignos de homenagens.

Foi justamente no *Lyceu de Artes Benjamin Constant* e diante da movimentação de ideias da construção de um ideário republicano que ocorreu, em 1895, a terceira exposição artística e industrial do Pará. Na obra intitulada “Exposição do Lyceu Benjamin Constant”, escrita no ano de 1895, Ignácio Moura depositou a importância dos esforços do primeiro

---

<sup>88</sup>FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de Doutorado, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. P. 66

<sup>89</sup>IDEM. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de Doutorado, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. P.67

<sup>90</sup>IDEM. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de Doutorado, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. P.69.

governador constitucional do Estado do Pará, como o responsável por estabelecer o incentivo a diversos aspectos simbólicos envolvendo a arte e o ensino no Estado.

É atribuída a Lauro Nina Sodré a construção do prédio próprio da Biblioteca Pública onde atualmente funciona o Arquivo Público do Estado do Pará e a reforma estrutural do Museu Paraense, que teria sido bastante significativa (na escrita de Ignácio Moura aparece como sendo “uma reforma radical”), cuja direção foi atribuída ao cientista estrangeiro Emílio Goeldi que foi contratado no Rio de Janeiro para dirigir o Museu Paraense. Para além disso, admissão de pessoal competente e da construção de edifícios próprios para a Escola Normal, Colégio do Amparo e Instituto Paraense de Artífices. Deu especial atenção à Academia de Bellas Artes, onde eram ministradas aulas de pinacoteca, desenho, pintura, escultura e apesar de ser sustentado pela Sociedade Propagadora de Bellas Artes, recebia auxílio financeiro do governo do Estado. Além do mais, foi o principal responsável pela criação do Conservatório de Música (mais tarde, Conservatório Carlos Gomes), dirigido em 1885 por Carlos Gomes.<sup>91</sup>

Voltando a terceira exposição artística e industrial realizada no *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant* em 1895, realizada em seções tais: “Ciências e Letras” em que foram expostas obras literárias, geografia do Estado, mapas, trabalhos estatístico sobre o comércio da borracha, um anuário mecânico que resolvia - no dizer de Ignácio Moura – questões do calendário anual, além disso, de ser dotado de grande valor artístico e obras jurídicas.

Na seção de “*Artes e Ofícios*” foram expostas algumas composições musicais, mobília com madeiras da região, prendas feitas por alunas de instituições voltadas para mulheres, exposições de artes de pintores como: Domenico de Angelis, Carlos Wiegandt, George Minchin, Davi Widhopff e Maurice Blaise. Estes dois últimos foram contratados da Europa para ocupar cargo de professores e ministrarem aulas de desenho linear e topográfico para os alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e para o Lyceu Paraense. A contratação desses dois pintores ocorreu diante da necessidade e da preocupação do Governo do Pará em reformar o currículo das escolas e da preocupação por uma instrução mais profissionalizada.

Na mesma seção, o professor de desenho do Lyceu, José castro de Figueiredo, expôs uma série de plantas arquitetônicas e atlas geográficos para o ensino primário. Entre outras

---

<sup>91</sup>FARIAS, William Gaia. A Construção da República no Pará (1886-1897). Tese de Doutorado, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. P. 71.

tantas exposições artísticas, teve a galeria dos alunos do Lyceu, compondo cerca de oitenta quadros representando paisagens de Belém e retratos de homens públicos.<sup>92</sup>

**Imagem 1:** República Mulher Homenagem dos alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant ao Governador Lauro Sodré.<sup>93</sup>



**Fonte:** Jornal o Pimpão IN (Tese de William Gaia Farias, 2005).

**Imagem 2:** Retrato de Benjamin Constant apresentado na Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant

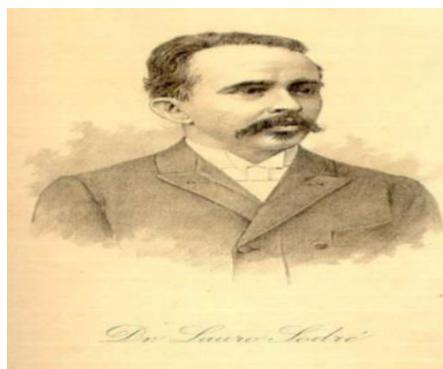


**Fonte:** A exposição Artística e Industrial de 1895.

<sup>92</sup>ALVES, Moema de Bacelar. *Do Lyceu ao Foyer: Exposição de Arte e Gosto no Pará da Virada do Século XIX para o XX*. (Dissertação). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, departamento de História, 2013. P.24. Para aprofundamento, este trabalho aborda o mundo das artes na passagem do século XIX para o XX diante do movimento e desenvolvimento no campo econômico e das diversas iniciativas no campo artístico proporcionado pelo comércio da borracha.

<sup>93</sup>FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese de Doutorado, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. P. 47.

**Imagem 3:** Retrato do Governador Lauro Sodré apresentado na Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.<sup>94</sup> Em 1895.



**Fonte:** A Exposição Artística e Industrial de 1895.

Para além disso, outro ponto importante a destacar na exposição de 1895 foi a valsa intitulada “Artes e Ofícios na Amazônia”, destacada no início deste capítulo, composta por Cecília Irecê de Lemos, que foi oferecida em homenagem ao Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant. De acordo com Ignácio Moura<sup>95</sup>, a Valsa foi “composta na Europa e instrumentada pelo glorioso maestro Carlos Gomes e executada no Theatro da Paz em uma das noites da última temporada lyrica, no meio dos aplausos unanimes da platéa”.

*A jovem compositora deveria ter ficado satisfeitíssima assistindo à consagração pública do seu merecimento e vendo a aplicação do seu trabalho nos benefícios dados ao estabelecimento que cuida da educação do proletariado da sua terra natal. Ela entregou todos os exemplares impressos da sua obra ao presidente da Sociedade Propagadora do Ensino, para serem vendidos em benefício do Lyceu Benjamin Constant, e expõe a brilhante partitura no salão de musica deste certame”.*<sup>96</sup>

A imagem 3 acima, mostra o retrato de Lauro Sodré apresentado na Exposição do Lyceu Benjamin Constant. Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém a 17 de outubro de 1858. Em 9 de novembro de 1876 se alistou como voluntário no 4º Batalhão de Artilharia, destinado à Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro. Já em 1878, tornou-se colaborador da Revista Acadêmica Phoenix Literária, órgãos literários dos alunos da Escola Militar.

<sup>94</sup>FARIAS, William Gaia. A Construção da República no Pará (1886-1897). Tese de Doutorado, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. P. 71.

<sup>95</sup>MOURA, Ignácio. Estado do Pará: **A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant**, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895. P.95.

<sup>96</sup>IDEM: **A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant**, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895. P.95.

Neste espaço Sodré escreveu seus primeiros artigos já baseados nas ideias da doutrina positivista, mostrando que havia absorvido os ideais de um dos ícones da implantação do novo regime no Brasil, Benjamin Constant. Por isso enfatiza que:

*Apesar das primeiras referências à chegada do positivismo no Brasil serem datadas das décadas de 1840 e 1850, a doutrina cotidiana só ganhou força realmente a partir de 1868 quando Benjamin Constant, ao retornar da Guerra do Paraguai, teria fundado uma sociedade de estudos do positivismo. Foi o mesmo Benjamim Constant que introduziu o positivismo na Escola Militar a partir de 1872.<sup>97</sup>*

Desse modo, os republicanos tiveram bastante influência das ideias positivistas, que chegaram ao Brasil a partir da segunda metade do século XIX “*em meio ao cenário marcado pelos debates sobre republicanismo, liberalismo, campanha abolicionista e as transformações urbano-industriais.*”<sup>98</sup>

O incentivo ao ensino profissionalizante foi propagado através da criação de escolas voltadas para o trabalho manual de ofícios destinado aos filhos de trabalhadores pobres. Que através da propagação do ensino profissional, o governo republicano estabelece dimensões que vão desde a construção da hegemonia republicana até aos interesses das elites locais.

Conforme Fonseca (1986) aponta que existiram problemas sofridos por essas instituições, como a falta de recursos materiais e humanos adequados ao ensino industrial. Então, as instituições como as Casas de Educandos Artífices, surgiram e passaram por algumas dificuldades de se manterem, chegando a estabelecer certo fracasso, sem atingirem o objetivo principal da formação de mão-de-obra especializada. A compreensão do ensino de ofícios dirigido aos menores abandonados, a partir das necessidades da indústria, acaba evidenciando para o autor, uma contradição, pois o processo de industrialização, como já foi dito, era quase nulo.

Outro trabalho que merece destaque nos estudos sobre o ensino profissional é o da Historiadora Irma Rizzini, intitulado “*cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*”. A análise abarca o período de 1850 a 1889, abrangendo, portanto, quase 40 anos de história. Sua pesquisa é focada na educação dos

<sup>97</sup>COELHO, Alan Watrin. *Ciência do Governar: Positivismo, Evolucionismo e Natureza em Lauro Sodré*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006. P.32.

<sup>98</sup>BARROSO, Wilson da Costa. *Educação e Cidadania e Cidadania no Republicanismo Paraense: A Instrução Pública Primária nos Anos de 1889 – 1897*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Belém, 2006. p. 56.

meninos nas províncias do Pará e do Amazonas.<sup>99</sup> Portanto, o objeto de análise é o conjunto das instituições educacionais voltadas para a instrução elementar e para a formação de meninos índios e desvalidos. A prioridade recai sobre a educação enquanto uma política de governo, uma vez que, as escolas públicas e os internatos oficiais de formação de aprendizes artífices são, também, os objetos principais da análise. Nesse sentido, o tema do ensino dirigido à formação focalizando as instituições educacionais, criadas em várias províncias brasileiras, durante a segunda metade do século XIX, foi estudado pela autora como iniciativa dos governos provinciais e não do centro político do império. Ou seja, a criação de instituições como as Casas de Educandos Artífices, sobretudo as do Amazonas e do Pará, são analisadas profundamente como representação de uma política local, de iniciativa das próprias províncias.

Rizzini (2004) compreende que é nesse momento de dificuldades que crescem as iniciativas dirigidas à educação dos filhos das camadas populares para o trabalho. Para isso é necessário o direcionamento para os modelos institucionais de educação profissional tanto sob o ponto de vista do funcionamento e da dinâmica interna das instituições, quanto das tendências políticas educacionais que influenciaram a sua organização. Além disso, a população desvalida do Pará e do Amazonas apresentava grande diversidade étnica e cultural, atingindo as instituições educacionais nos aspectos mais fundamentais, pois frequentemente não havia a desejada uniformidade linguística e de costumes. Desse modo, tanto os desvalidos índios, quanto os dos centros urbanos eram “alvo” de uma educação voltada para a disciplina e ordem do trabalho.<sup>100</sup>

Nas oficinas existentes nos colégios espalhados pelos diversos pontos do Brasil, os “irmãos-oficiais” exerciam e ensinavam diversos ofícios. Esse ensino era generalizado

---

<sup>99</sup>RIZZINI, Irma. O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto: A Educação dos Meninos Desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. O envolvimento e os percalços dos governos das províncias amazônicas junto à instrução da população, no período de 1850 a 1889, constituem o objetivo deste estudo. A educação popular é analisada de acordo com o entendimento de seus empreendedores, ou seja, como a instrução elementar e profissional do povo, formado, em geral, pelos filhos dos pobres livres. A população desvalida do Pará e do Amazonas apresentava grande diversidade étnica e cultural, atingindo as instituições educacionais nos aspectos mais fundamentais, pois frequentemente não havia a desejada uniformidade linguística e de costumes.

<sup>100</sup>IDEM. O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto: A Educação dos Meninos Desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História. Rio de Janeiro, março de 2004. P. 08. O estudo revela que o quadro da educação popular se modificou substancialmente nas duas províncias, notadamente no último decênio do Império. Pais de alunos e moradores das pequenas localidades do interior das províncias forçaram a abertura de nichos de participação neste processo, através das cartas aos jornais e às diretorias de instrução pública. Belém e Manaus abrigaram os institutos de aprendizes artífices de maior duração do Império e conheceram um importante crescimento na instrução primária pública, atingindo índices de alfabetização correspondentes às principais capitais do país.

encaminhando-se as crianças para as oficinas conforme as inclinações manifestadas. O ensino de ofícios também foi disseminado pelas corporações de ofícios que se instalaram no Brasil copiando o modelo de organização da Metrópole.

Essas corporações de produção artesanal chegaram a se organizar nos principais centros urbanos da colônia como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, variando a regulamentação para prática de ofícios de uma cidade para outra. No entanto, as corporações não conseguiram se desenvolver plenamente na colônia, fatores como um restrito mercado interno, restrições por parte da Coroa e a própria política econômica liberal, adotada com a vinda da corte levaram à decadência das organizações corporativas.

No Brasil Colônia, enquanto os filhos dos colonizadores recebiam uma educação de caráter humanístico-intelectual, os escravos e homens livres pobres exerciam os mais variados ofícios aprendidos na própria prática. A partir daí, o trabalho manual passa a ser considerado uma atividade imprópria para o homem branco e livre. Além disso, as atividades artesanais como carpintaria, a serralheria, a construção, a tecelagem, entre outras, eram recusadas por estarem associadas aos escravos<sup>101</sup>.

O sistema escravocrata que sobreviveu por mais de três séculos, deixou marcas profundas na construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana. Assim, *“o emprego da mão-de-obra escrava para a execução de atividades artesanais e de manufatura acabou criando a representação de que todo e qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual consistiria em um trabalho desqualificado.”*<sup>102</sup>

O processo de distinção e de distanciamento social desenvolvido durante o período colonial escravista, onde separava ou discriminava as atividades manuais, influenciou tanto na construção de representação sobre a noção de trabalho, quanto *“as estratégias de educação a elas conjugadas, preservando a dicotomia do trabalho manual e intelectual.”*<sup>103</sup>

Desde o início da colonização, a metrópole portuguesa estabeleceu a relação escrava de trabalho no Brasil, se constituindo primeiramente através dos índios e posteriormente com a inserção de negros vindos do continente africano. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, por exemplo, afugentavam os trabalhadores livres dessa condição de atividades. Com isso, o trabalho artesanal e manufatureiro passa a ser designado aos

---

<sup>101</sup>LIMA, Cacilda Comássio. Educação para o Trabalho: A Escola Profissional de Franca (1924-1970). Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, campus Franca, 2007.

<sup>102</sup>MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. P. 71.

<sup>103</sup>IDEM, Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez. 2002. P. 72.

escravos que eram encarregados de toda produção manual, deixando os trabalhadores livres de fora. Pois, nenhum deles queria ser comparado aos escravos ou qualquer outra forma que pudesse caracterizá-los como tais.

No século XIX, em pleno Império brasileiro, o ensino de ofícios manufatureiro se desenvolveu, inicialmente, nos arsenais de Guerra ou de Marinha, chamados também, de estabelecimentos militares. Em 1836 haviam além do arsenal do Rio de Janeiro, o arsenal da Província do Pará, Pernambuco, Bahia, Mato grosso e Rio Grande do Sul, contendo jovens praticando os mais variados ofícios e ensino de primeiras letras.

*Pelo regulamento baixado por decreto de 21 de fevereiro de 1832, eles eram admitidos com idade de 8 a 12 anos e aprendiam, além de um ofício, desenho e as "primeiras letras" pelo método de ensino mútuo. Aos 21 anos de idade, tendo terminado a aprendizagem do ofício, recebiam certificado de mestre numa especialidade e eram contratados como operários efetivos, passando a receber soldo. As atividades dos aprendizes eram controladas de perto por um pedagogo (de preferência chefe de família ou sacerdote maior de 40 anos), auxiliado por um guarda e dois serventes para cada grupo de cinquenta alunos.<sup>104</sup>*

Para serem admitidos nos arsenais e aprenderem um ofício, os aprendizes deveriam ser órfãos, indigentes ou filhos de pais que fossem reconhecidos como pobres. Desse modo, além do objetivo governamental de formação técnica dos artífices para os arsenais de guerra, havia o desejo de propagar o ensino de ofícios estimulando o indivíduo ao exercício do trabalho. Assim, os estabelecimentos militares foram no século XIX, de menores órfãos, pobres ou desvalidos, como matéria-prima humana para a formação sistemática da força de trabalho para seus arsenais.

Nesse sentido, as Casas de Educandos Artífices são outras iniciativas voltadas para a formação de mão de obra que representaram o modelo mais constante no período imperial em termos do ensino de ofícios. Entre os anos de 1840 e 1865, foram criadas dez Casas de Educandos Artífices (ou Colégios de Educandos Artífices) espalhadas pelas capitais das Províncias. Estas são instituições criadas pelo governo brasileiro com objetivo de preparar crianças pobres para desenvolver suas funções na esfera do trabalho e é mais uma iniciativa de propagar o ensino de ofícios.

---

<sup>104</sup>CUNHA, Luiz Antonio. O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000. P.110.

O ensino de ofícios era baseado no modelo de aprendizado das oficinas de artesãos, onde o mestre ensinava aos meninos através da execução de trabalhos orientados por ele. Entretanto, havia uma enorme dificuldade de encontrar mestres qualificados que eram contratados pelo governo, sendo que em muitos casos, as aulas eram dadas até por alunos que tivessem uma formação mais avançada do ofício.<sup>105</sup>

No que concerne a instituição do Pará, observa-se que no ano de 1843, o Lyceu viveu seu ponto máximo, com cerca de 300 alunos aprendendo os mais variados ofícios. Nos anos seguintes, passou por dificuldades em consequências da crise financeira do Governo da Província, o que proporcionou um longo período de decadência. Desse modo, no início da década de 1850, a Casa de Educandos Artífices do Pará entrou em decadência, levando à desistência de muitos alunos, passando a ser fechada por volta de 1852.

Após quase vinte anos do declínio da Casa de Educandos Artífices, mais precisamente em 1872, foi criado Instituto Paraense de Educandos Artífices que se estabeleceu com aulas de primeiras letras, geometria prática e desenho linear; desenho e música, instrução elementar, aritmética, mecânica, desenho, música e ginástica. As oficinas apresentavam-se através do ensino de ofícios de ferreiro, serralheiro, funileiro, sapateiro, curtidor, marceneiro, torneiro e alfaiate. Além do mais, esta instituição passaria por mudanças que estava *“totalmente desvinculadas da experiência anterior, inclusive com novas instalações e endereço, adotando o método do ensino ministrado dentro dos muros da instituição”*.<sup>106</sup>

A reforma constitucional de 1834 estabeleceu dois sistemas diferentes de promover o ensino. O governo geral legislara sobre as faculdades de medicina, os cursos jurídicos e sobre os estabelecimentos que posteriormente poderiam ser criados, por outro lado, as províncias legislariam sobre a Instrução Pública que consistia no ensino primário, profissional e secundário, tendo autorização para fazer o que fosse necessário para promover o seu desenvolvimento. Uma vez que, a partir dessas reformas começou a organizar o ensino nas províncias. Pois, cada província estruturava a instrução como melhor lhe convinha. Por isso, os ensinamentos primário e profissional eram vistos como instrução própria das classes pobres. A instrução era vista como o único meio de promover o desenvolvimento moral, econômico e

---

<sup>105</sup>IDEM. O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000. P. 13.

<sup>106</sup>RIZZINI. Irma. O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto. A Educação dos Meninos Desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História. Rio de Janeiro, março de 2004. P.218.

social do país, que inculcava no indivíduo o amor ao trabalho, onde era considerado o motor gerador do progresso social.

Neste contexto, foi criado pelo presidente da província do Pará, Dr. Alfredo Correa de Oliveira, o Instituto Paraense de Educandos Artífices, pela Lei nº 660 de 31 de Outubro de 1870, destinado às crianças das classes pobres<sup>107</sup>. O Instituto começou a funcionar em 1872, com aulas de primeiras letras e o ensino profissional de marcenaria, carpintaria, funilaria, ferraria, serralheria, e dois, após o funcionamento, tiveram início as aulas de música e desenho.

O Instituto ainda mantinha-se quase que com os mesmos moldes da Casa de Educandos Artífices do Pará. Ou seja, era destinado às camadas populares que tinham que aprender um ofício para se inserir no mundo do trabalho. Por outro lado, o ensino secundário e superior esteve voltado para o acesso das elites, evidenciando assim, que o estado transformava o sistema educacional em um sistema de discriminação social. Desse modo, o Instituto Paraense de Educandos Artífices e as demais escolas profissionalizantes do Brasil, que tinham como objetivo possibilitar a regeneração moral para o trabalho, das camadas pobres da sociedade, visavam, por outro lado, à perpetuação da divisão das camadas sociais. Essas escolas, sem dúvida, constituíram-se em um meio eficiente de reprodução das relações sociais de produção.

Somente através do Decreto nº 726, de 12 de julho de 1899, com o governador do Estado do Pará, José Paes de Carvalho, no período republicano, que o Instituto Paraense de Educandos Artífices passa a denominar-se Instituto Lauro Sodré. Que também recebeu atenção especial do Governador Lauro Sodré em implementar reformas no Instituto Paraense antes de se tornar Instituto Lauro Sodré que propagaria o ensino de ofícios ainda destinados aos filhos de trabalhadores pobres.

Outra instituição que esteve no bojo do conjunto de políticas implementadas para a instrução popular, no governo Lauro Sodré, foi o Orphelinato Paraense fundado em 13 de maio de 1893 por iniciativa da Sociedade Protetora dos Órfãos. Tal associação era composta por membros associados que, por meio de doações e trabalhos voluntários, atuavam em prol dos órfãos e dos desvalidos de Belém<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup>PARÁ, Lei nº 660 de 31 de Outubro de 1870 Art. 1º - Fica criado nesta capital o Instituto de Educandos Paraense, dedicado aos órfãos desvalidos e aos jovens menos favorecidos da fortuna.

<sup>108</sup>PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. Educação de Meninas no Orphelinato Paraense. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013.

De acordo com o Jornal *A província do Pará*, do dia 10 de maio de 1893, era mencionada que dita Associação Protetora dos Órfãos era uma sociedade que pertencia ao governador Lauro Sodré. Podendo ser chamada de natureza filantrópica por característica do objetivo a que se destina. Em mensagem divulgada no Jornal a Província do Pará, em 10 de maio de 1893, Lauro Sodré justificou a criação da Associação Protetora dos Órfãos e do Orphelinato dizendo que “(...) é nas nações regidas pelo sistema político republicano, que dá ao povo o direito de governar-se...”. Depois, no mesmo jornal, do dia 11 de maio, continuou chamando a atenção para os interessados em se associar: por isso, “são convidados os cidadãos que abraçaram a ideia de criação do Orphelinato Paraense para inscreverem-se como membros da Associação Protetora dos Órfãos”.<sup>109</sup>

O jornal explica que no dia 13 de maio de 1893 houve um grande número de adeptos, os quais compareceram à reunião, na qual Sodré expôs pessoalmente os benefícios de se construir um Instituto Protetor dos Órfãos Desvalidos, na cidade de Belém. A maior parte das pessoas que faziam doações ou algum feito em benefício do Orphelinato eram os comerciantes, políticos, médicos, donos de seringais, artistas famosos. Essas pessoas tinham seus nomes publicados nas páginas de *A Província do Pará* e de certa forma, elas queriam ser bem vistas pela sociedade. Selma Garrido Pimenta<sup>110</sup> atribui os objetivos dessas ações como um jogo de interesse entre o jornal, os doadores e o governo, visto que o referido jornal fazia parte, até então, dos aliados políticos do governador, de quem partiu a iniciativa, cujo representante e redator chefe era Antônio Lemos, que como Senador na época também contribuiu com doações para o Orphelinato Paraense.

Na perspectiva de propagar a construção das ideias republicano no Pará ou como afirma Geraldo Mártires Coelho (2006), propagar uma “pedagogia cívica” de uma legitimação das instituições e ações republicanas, deu-se inauguração do Orphelinato, onde ocorreu no dia 15 de agosto de 1893, mesma data em que se comemorava a adesão do Pará à Independência como estratégia do próprio Governador Lauro Sodré.

Desde o período imperial havia outras instituições como os Liceus de Artes e Ofícios que também tinham o objetivo de amparar livres da sociedade. O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, fundado em 1858; o de Salvador, em 1872; o de Recife, em 1880; o de São

---

<sup>109</sup>IDEM. Educação de Meninas no Orphelinato Paraense. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013. P.36.

<sup>110</sup>PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. P. 37.

Paulo, em 1882; o de Maceió, em 1884 e o de Ouro Preto, em 1886 possuíam um diferencial das Casas de Educandos Artífices que era o fato de que os Liceus foram criados pela sociedade civil e sua manutenção era proveniente das doações recebidas dos sócios, embora, também recebiam apoio financeiro do governo.

Vale ressaltar que as Casas de Educandos Artífices e os Liceus de Artes e Ofícios no Brasil Imperial eram fechados para a inserção de escravos. No caso dos Liceus eram permitidos filhos dos sócios ou qualquer indivíduo considerado livre. No que concernem as matérias, estavam divididas em duas: primeiro, com as matérias Aritmética, Álgebra, Geometria Plana e Espacial, Descritiva e Estereotomia, Física aplicada, Química Aplicada e Mecânica Aplicada. O segundo compreendia as matérias de Desenho de Figura, Desenho Geométrico, Desenho de Ornatos, de Flores e de Animais, Máquinas, de Arquitetura Civil e Regras de Construção, de Arquitetura Naval e Regras de Construção, Escultura de Ornatos e Arte Cerâmica, Estatuária, Gravura e Talho-Doce, Água-Forte, Xilografia e Pintura.<sup>111</sup>

As iniciativas do Estado imperial brasileiro, voltadas para o ensino de ofícios, assim como as iniciativas das sociedades civis, estabeleciam ideologias legitimadoras que pretendiam:

*a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação.*<sup>112</sup>

Podemos perceber claramente que a criação de instituições voltadas para a educação profissional no século XIX ocorreu no bojo de atender as preocupações dos governantes com a formação para o trabalho. Pois, apesar da tentativa de propiciar à instalação de fábricas que possivelmente seria o destino dos artífices formados e especializado em algum ofício, as províncias não estavam preparadas para absorver tal demanda industrial. Pois, em plena metade do século XIX, nenhuma Província do Brasil tinha um setor industrial desenvolvido<sup>113</sup>.

<sup>111</sup>CUNHA, Luiz Antonio. O Ensino de Ofícios Manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus. 1979. No processo de constituição do Estado nacional, no Brasil, é possível assinalar a herança colonial, no âmbito do ensino de ofícios, na persistência da aprendizagem em arsenais militares, tanto do Exército quanto da Marinha. No mais, houve mudanças consideráveis.

<sup>112</sup>IDEM. O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacsa, 2000. P. 92.

<sup>113</sup>RIZZINI, Op. Cit., p. 162 “Setor industrial desenvolvido é entendido como um conjunto de fábricas para beneficiamento de matérias primas, nos moldes da fábrica moderna...”

A associação entre a criação dessas instituições e as necessidades da indústria nascente das províncias, era quase inexistente. Além disso, a questão que passa a mudar com a passagem do século XIX para o século XX é a mudança de regime de governo que passou a investir em mão de obra livre diante da crescente indústria nascente no Brasil e a demanda de trabalhadores e proletariado nas capitais do Brasil. Portanto, para o autor Luiz Antonio Cunha<sup>114</sup> (1979), os objetivos políticos e econômicos da formação de trabalhadores com as iniciativas dos republicanos mesclava objetivos ideológicos com objetivos políticos, passando a transformar o ensino de ofícios em controle social, destinada a amparar os filhos dos trabalhadores pobres e agora livres com a propagação de um ideário e uma concepção política educacional nos moldes do pensamento republicano.

---

<sup>114</sup>CUNHA, Luiz Antonio. O Ensino de Ofícios Manufatureiros em Arsenais, Asilos e Liceus. 1979. No processo de constituição do Estado nacional, no Brasil, é possível assinalar a herança colonial, no âmbito do ensino de ofícios, na persistência da aprendizagem em arsenais militares, tanto do Exército quanto da Marinha. No mais, houve mudanças consideráveis.

## 2.2 – AS REFORMAS EDUCACIONAIS (1889 A 1897)

Com a proclamação da República, aquilo que era projetado passa a ser institucionalizado no Governo Provisório (1889 a 1891) tendo na atuação de José Veríssimo, um eminente republicano, a tarefa de sistematizar seu pensamento educacional através de um projeto republicano de educação. Um projeto educacional orientado por ideias do Positivismo e evolucionismo que acarretaram nas ações de descentralização administrativa da instrução pública, reforma do ensino primário, reformulação da educação da infância, reorganização curricular, adoção de novos métodos de ensino, preocupação com a formação de professores do primário são os principais focos da política deste Governo Provisório no Pará e de uma concepção política educacional institucionalizada.<sup>115</sup>

Já no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1891 a 1897), as reformas educacionais seguem a orientação dessa concepção política e educacional republicana, porém seguem outros sentidos daqueles que foram concentrados e tratados no Governo Provisório Lauro Sodré, o qual começa dar ênfase no ensino secundário e profissional tendo como foco a formação da classe operária paraense que representa uma das principais importâncias dada em seu governo, pois a incorporação do proletariado representa um dos elementos que contribuem para a consolidação do regime republicano no Pará através da educação.<sup>116</sup>

O Manifesto Republicano do Pará publicou no *Jornal A República* em 1886, onde inicia sua crítica com o Império dizendo que era necessário caminhar, envidar esforços e trabalhar no sentido de superar o passado que tanto envergonha e construir um futuro que traga a vanglória, ou nas palavras, no lugar onde outrora a mantinha ereto o símbolo da monarquia hereditária, há de se estender o estandarte da República. A ideia de federação, da descentralização política e administrativa são os principais elementos da crítica que o Manifesto do Partido Republicano tecia contra a organização política ligada ou personificadas a monarquia.

De acordo com Felipe Tavares Moraes<sup>117</sup> no *Jornal A República* foi publicada uma série de artigos com o título “Nova Instrução” tratando diretamente sobre a problemática

---

<sup>115</sup>MORAES, Felipe Tavares de. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 110.

<sup>116</sup>IDEM. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 110.

<sup>117</sup>IDEM. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 41.

educacional. Os artigos apresentam questões dos republicanos paraenses acerca da educação seguindo o mesmo tom de crítica proposta pelo Manifesto do Partido Republicano, mas que agora, direcionado para educacional do Império. Procura-se formar uma proposição de educação republicana, pautada pela ciência que seja a negação da educação do Império, a qual era tida como retrógrada e atrasada. Dentro desse discurso, os republicanos paraenses levantavam a importância e valorização de uma instrução popular. “*Pois o Regime republicano é o governo do povo, pelo povo, e segue-se que um dos pontos capitais da forma governamental republicana é a instrução do povo*”, que dizia o *Jornal A República*.<sup>118</sup>

O *Jornal A República* se considerava um “*gladiador*” que promove a “*luta pela razão*”.<sup>119</sup> afirma que era perceptível a atuação dos intelectuais na imprensa no momento de transição do Império para República. No artigo intitulado “*Nova Instrução*”, o articulista Jeferson acredita que a instrução é o cultivo da inteligência. São cidadãos com essa qualificação que a República pretende possuir. “*...homens instruídos, para que saibam expender com a independência do caráter ilibado as verdadeiras ideias do progresso.*”

Desse modo, para o articulista era urgente a implementação de uma instrução do povo, para os filhos do povo. Apelava para que os governantes fossem mais preocupados com a educação popular. Que fossem mais caridosos. Completa dizendo que o século XIX só seria considerado o século das luzes a partir do momento em que a massa popular, a população mais pobre e humilde tivesse um cérebro de pensar livremente, de raciocinar logicamente, de resolver tudo por si. Os republicanos buscavam a incorporação do povo à nação, e isso só poderia ser feito por meio da educação onde, poderia efetivamente levar o cidadão a participar da vida política.<sup>120</sup>

Diante disso, a proposição republicana é pensada como antítese de uma educação imperial que se afirmava a partir da negação do Império considerando a formação de professores, o ensino primário, os métodos pedagógicos, a instrução popular e feminina que pudessem seguir os ditames da moderna ciência pedagógica adotada por países civilizados. Contribuindo para o progresso e civilização do Estado do Pará. Superando assim o atraso provocado pela instrução pública imperial.

---

<sup>118</sup>IDEM. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P.42.

<sup>119</sup>MORAES, Felipe Tavares de. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 42.

<sup>120</sup>IDEM. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 44.

O Primeiro governo de Lauro Sodré (1891 a 1897) seguia os ditames para uma educação moderna da ciência pedagógica. Sodré considerava que a instrução pública era o melhor meio para elevar o nível moral do povo e impor uma consciência pública no novo regime. Assim, investiu no elevado nível da Escola Normal com o intuito de ofertar uma educação científica e literária. Para o ensino secundário equiparou o plano de ensino integral do Lyceu Paraense ao Gymnasio Nacional de acordo com as modificações operadas pelo Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant.

Em Mensagem de Governo de 1891, Lauro Sodré anuncia a intenção de criar um Lyceu de Artes e Ofícios com o objetivo do *“derramamento das luzes da sciencia pelas classes populares... onde fossem ministrados conhecimentos teóricos e práticos especialmente consagrados às classes proletárias.”* De acordo com Moraes<sup>121</sup> a ideia de criação de um Lyceu de Artes e Ofícios foi bem aceita pela opinião pública, o que pode dar como certa a inauguração desse estabelecimento de ensino. Sodré logo encaminhou a reforma do Lyceu Paraense, local onde funcionaria o então Lyceu de Artes e Ofícios.

O Jornal A República divulga através de artigos uma série de publicações enfatizando e dando importância à Reforma educacional promovida pelo então Ministro da Instrução Pública Benjamin Constant. Em consonância com isso, publica também questões sobre Lyceu de Artes e Ofícios enfatizando sua finalidade de oferecer ensino profissional aos trabalhadores paraenses que por meio da instrução técnica e científica poderiam contribuir para o engrandecimento da pátria, e estarem inseridos dentro das fábricas na Província do Pará.

De acordo com Lauro Sodré, buscava elevar o nível moral do povo por meio da elevação da instrução pública a todas as camadas sociais. E o Lyceu de Artes e Ofícios fazia parte deste projeto político que buscava oferecer o ensino teórico e prático a classe operária, onde daria uma solução para incorporação do proletariado à educação. E para o bem da classe trabalhadora, Sodré assegurava que se a escola for bem dirigida daria ótimos resultados em matéria de instrução do proletariado jovens e adultos. Para além disso, na mesma questão, Sodré deu atenção ao campo da educação direcionado a meninos desvalidos, encaminhando a reforma do Instituto Paraense de Educandos Artífices. Uma vez que, esta é uma instituição pública de ensino técnico que venha a se constituir em uma grande oficina formando artistas e trabalhadores.

---

<sup>121</sup>MORAES, Felipe Tavares de. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 60.

É importante destacar que nos anos de 1891 a 1897, em que governou o Pará, Lauro Sodré deu continuidade às reformas educacionais, iniciadas ainda no governo provisório de Justo Chermont (...), que teve como Diretor de Instrução Pública do Pará José Veríssimo. Neste Governo Provisório houve reformas do ensino primário, onde formulou-se novos regulamentos, modificação curricular, adoção de novos métodos de ensino, descentralização da instrução pública e a preocupação com a formação de professores primários.<sup>122</sup>

É a partir desta reforma do Governo Provisório que se implementa, nas palavras de Felipe Tavares Moraes<sup>123</sup> “uma concepção política educacional republicana”, buscando, na ótica dos republicanos, reparar os atrasos de uma educação imperial, utilizando os ditames da moderna ciência pedagógica com o objetivo de propiciar o progresso e a civilização do Estado. Mesmo diante destas reformas, Lauro Sodré deposita mais atenção na formação de professores e em uma educação que siga os princípios da moderna ciência pedagógica e da instrução popular. O foco das reformas educacionais em seu governo reside na reformulação no ensino secundário, profissional e na formação de professores. Daí a necessidade de reformas com as instituições responsáveis pela instrução do povo.

A reestruturação do Lyceu Paraense, do Instituto de Educandos Artífices Paraense e a Criação do Lyceu Benjamin Constant objetivavam sanar uma das problemáticas enfrentadas pelos países europeus que se buscava evitar no Brasil, que era a revolta dos trabalhadores.<sup>124</sup> Nas mensagens de Lauro Sodré sobre o ensino secundário e profissional, a expressão “incorporação do proletariado” é muito presente. Por isso a necessidade de investir na educação artística e industrial com o objetivo de incluir trabalhadores paraenses aos conhecimentos científicos disponíveis à época para incorporá-los à sociedade.

Se no Governo Provisório de Justo Chermont as preocupações com a educação eram principalmente com a reforma do ensino primário, formação de cidadãos patrióticos e regenerados a partir da infância; no Governo de Lauro Sodré por considerar já adequados os esforços do governo anterior, passa a depositar maior atenção ao ensino secundário, profissional e a formação de professores. É especificamente na classe operária que é importante se formar o cidadão patriótico e regenerado. Em resumo, no Governo de Lauro Sodré há uma continuidade

---

<sup>122</sup>MORAES, Felipe Tavares de. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 86.

<sup>123</sup>IDEM. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 86.

<sup>124</sup>IDEM. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011. P. 87.

do Governo Provisório no nível teórico em relação aos objetivos políticos, uma vez que, apenas se diferenciando as finalidades educacionais, para além disso, há uma preocupação em ter uma mão de obra qualificada e preparada para as indústrias no Estado do Pará.

### CAPÍTULO III - O LYCEU DE ARTES E OFÍCIOS BENJAMIN CONSTANT

*O problema estabelecido pela sociabilidade moderna, a incorporação do proletariado, nos países onde a revolução tem eliminado todos os odiosos privilégios de classes, há de resolver-se pela educação e pelo ensino.*<sup>125</sup>

O governador Lauro Nina Sodré atribuiu através das políticas públicas, atenção especial à educação, defendendo que a “liberdade espiritual” fazia parte da democracia e por isso fez algumas investidas na educação popular. Além disso, defendia que a instrução pública era o principal dever do Estado<sup>126</sup> e o ensino público gratuito seria talvez o maior benefício a serviço da liberdade, sobretudo da liberdade de “consciência”.

Conforme Lauro Nina Sodré compreendia ainda que:

*No embate (...) da educação republicana, buscamos aprender a historicidade e os lugares de produção e enunciação destas representações em disputa, de modo a perceber o quanto estas visões permanecem impregnadas pelas próprias concepções produzidas pelos autores e sujeitos que vivenciaram as tensões e as lutas do processo histórico de constituição de uma (nova) ordem republicana. (...) Próprias do jogo de construção/reconstrução (...) lembranças e esquecimentos, luzes e sombras, estas representações em disputa permanecem circunscritas ao âmbito das clássicas análises diagnósticas e prognósticas. Devem, portanto, ser desconstruídas e problematizadas pelo pesquisador da educação na sua operação historiográfica, no diálogo e confronto permanente (...) de compreensão de uma dada realidade histórica.*<sup>127</sup>

O Brasil passava por momentos de transformações, principalmente na educação, onde a melhor saída seria o mercado de trabalho, o que nas palavras do governador<sup>128</sup>, ao destacar que era necessário ter no Estado do Pará uma Escola que formassem trabalhadores, por isso, o Lyceu Benjamin Constant foi criado neste caminho de proletários, sendo voltado para as artes e os ofícios. Sodré defendia que o ensino popular figurou sempre entre os lemas da bandeira,

<sup>125</sup>BRASIL, Lei de nº 173 de 10 de setembro de 1893. Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científico, artísticos, políticos ou de simples recreio. Capital Federal, 10 de setembro de 1893, 5º da Republica. Disponível em: [arisp.files.wordpress.com/.../lei-173-de-10-de-setembro-de-1893.pdf](http://arisp.files.wordpress.com/.../lei-173-de-10-de-setembro-de-1893.pdf). Acesso em: 05/03/2012. p. 17.

<sup>126</sup>FRANÇA, Maria do P.S. G. de Souza Avelino. (1997): Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Liceu Paraense – 1840/1889. Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas. SP, p. 29.

<sup>127</sup>FARIAS, William Gaia. A Construção da República no Pará (1886-1897). Niterói, 2005. (Doutorado). Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. p. 34.

<sup>128</sup>SODRÉ, Lauro. Crenças e Opiniões: Typ. O Diário Oficial, Belém. 1896, p. 399.

que cobria as “falanges republicanas empenhadas nos prélios contra a realeza”. Era necessário que desde a primeira hora da nossa vida governamental começasse o cumprimento da promessa, dados os passos iniciais para levar a realidade àquela legítima aspiração.<sup>129</sup>

Nos discursos do governador era importante ajudar o progresso do espírito associacionista e de controle social, uma vez que eram armas poderosas do progresso em toda parte. Nesse sentido, os esforços resultaram da instituição da Associação Propagadora de Ensino que criou um currículo voltado à formação profissional desses trabalhadores e manteve o Lyceu Benjamin Constant através de doações pelos homens operosos e também empresários que queriam investir em suas fábricas no Estado do Pará.

O projeto educacional do governador considerava que era necessária a criação de uma Sociedade Propagadora de Ensino para levar à frente uma série de medidas necessárias às melhorias da instrução pública paraense, principalmente em direção aos trabalhadores pobres. Diante disso, em 1892 ocorreu a criação do “*Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant*”, sendo uma escola pública de ensino primário, com aulas de português, francês, história universal, geografia, aritmética, álgebra e geometria, desenho, pintura e contabilidade, na época denominada escritura mercantil, constando ainda o estudo da mecânica, da física, química industrial e de taquigrafia, e esta última matéria ajudou muito com o serviço dentro da escola.

Conforme Moura na exposição artística de 1895, afirma que as disciplinas do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant foram primordiais para muitos operários, uma vez que esta escola estava preparando bons operários industriais e excelentes artistas, e os professores que faziam parte desta formação eram reconhecidos por serem destacados nas áreas nas quais ministravam aulas:

<b>PROFESSORES</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
Raymundo Espíndola	Portuguez
Octaviano Paiva	Francez
Capitão sabino Luz	Arithmética
Dr. Ignácio B. de Moura	Algebra
Dr. Henrique Santa Rosa	Geometria e Desenho Geométrico

<sup>129</sup>PIRES. Roberto Scalercio. Fragmentos da Vida “Justa e Perfeita” de Lauro Sodré. Recordações de ordem puramente histórica refletem a fidelidade de meu respeito, de meu carinho e de minha admiração a este verdadeiro estadista. Insigne cidadão prestante, a quem devo melhores horas de minha vida espiritual. Não faz mal que dele, novamente, me ocupe. Foi um grande homem. E não pode ser esquecido em cumprir na educação uma escola que suprisse a necessidade através de aulas noturnas para aqueles que não tinham tempo, pois estavam de dia dentro das fábricas. 2017. P. 454.

Roberto Moreira	Contabilidade
Bernardino Marques	Geografia e História
Maestro José C. da Gama Malcher	Música
José de Castro Figueiredo	Desenho
João Florencio de Mello	Aula Primária

**FONTE:** A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Contant, 1895, p. 28.

Para além disto foi apresentado outro quadro por meio de dados do Jornal *A Província do Pará* de 1895, onde nele podem-se verificar os horários, dias e disciplinas ministradas no Lyceu de Artes Benjamin Constant que contava com 300 alunos que estudavam de segunda a sábado no turno da noite.

#### Horário das aulas do Lyceu de artes e Ofícios Benjamin Constant

Segunda-feira	Aritmética e Agebra	Das 7:00 às 8:00 da noite
Quarta-feira	Geographia e História	Das 7:00 às 8:00 da noite
Sexta-feira	Música	Das 7:00 às 9:00 da noite
Quarta-feira	Geometria Descritiva e Desenho descritivo	Das 7:00 às 8:1/2 da noite
Sexta-feira	Contabilidade e Escripturação mercantil	Das 8:00 às 9:1/2 da noite
Terça-feira	Portuguez e Francez	Das 7:00 às 8:1/2 da noite
Quinta-feira	Geometria e desenho Geométrico	Das 7:00 às 8:1/2 da noite
Sábados	Desenho de Figuras e Ornatos	Das 7;00 às 9:00 da noite
Pará, 21 de janeiro de 1895, - Raimundo Espíndola, 1º secretário		

**FONTE:** Jornal *A Província do Pará*, de 24 de janeiro de 1895, no microfilme das obras raras do CENTUR.

As aulas ocorriam de segunda-feira a sábado, sendo, sempre à noite, o que demonstra a intenção de alcançar as pessoas das camadas populares. Quanto à estrutura curricular, é possível perceber a integração entre artes e ofícios, pois no currículo havia as ciências modernas, desenhos, pintura, música, desenho descritivo de desenho de figuras, além do idioma francês. Não se tratava apenas de formar mão-de-obra somente para uma atuação técnica e para atuação

estritamente mecânica, mas sim formar trabalhadores com refinamento em diferentes ramos das artes.

No quadro abaixo podemos perceber que muitos professores lecionavam mais de uma disciplina. Ademais, alguns destes passaram a ensinar apenas no Lyceu, já que tinham se comprometido com a associação da Sociedade Propagadora do Ensino, esforçando-se para formarem pessoas. Mas cabe destacar que muitos destes intelectuais eram renomados na sociedade paraense e destacados no meio intelectual pelo desempenho de suas habilidades em cargos públicos e em outros círculos. Este é o caso, por exemplo, da disciplina de música, que foi ministrada pelo renomado Maestro José C. da Gama Malcher.

#### Professores de cada disciplina

Dr. Carlos A. C. Novaes	Geografia e História
Zeno Cardoso	Tachygraphia
Dr. Antonio Marçal	Chymica e Phyfica
Hildebrando B. de Miranda	Chymica e Phyfica
Dr. José A. Pereira Guimarães	História Natural

**FONTE:** A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Contant, 1895, p. 29.

Portanto, esses dois quadros apresentam professores que trabalharam nas disciplinas no Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, no entanto, alguns, atuaram em mais de uma disciplina. No Jornal *O Democrata*, 11 de fevereiro de 1892, há a notícia de criação de um curso livre de matemática aos alunos do Lyceu Benjamin Constant, no pavimento térreo do Lyceu Paraense. O curso livre foi iniciado pelo professor Brito Bastos. As aulas aconteciam das 3 às 5 horas da tarde, horário que antecedia o das aulas noturnas, de forma que os alunos matriculados em um dos cursos pudessem frequentar as aulas do currículo principal do Lyceu Benjamin Constant, podendo ter alternativa de complementação da sua formação ou um reforço no campo da matemática.<sup>130</sup>

Para o governo a instrução pública foi fundamental para esses trabalhadores do Lyceu Benjamin Constant e sobre isso, Elson Luiz da Rocha Monteiro<sup>131</sup>, afirma que Sodré buscava favorecer a frequência das classes populares com aulas noturnas e que se tratava de um esforço

<sup>130</sup>JORNAL O Democrata, quinta feira, 11 de fevereiro de 1892.

<sup>131</sup>MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. *Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará na Segunda Metade do Século XIX em 1850-1900*. Tese de Doutorado Apresentada no programa de Pós-Graduação em História. 2014, p. 250.

para levantar o nível moral do povo e de uma maneira melhor de impor à consciência pública o novo regime”.

O governador escreve que *“a sua preocupação era voltada para o ensino técnico”*. Neste sentido *“uma questão de pedagogia, antes é uma questão vital para todos os povos modernos, empenhados nessa luta travada no terreno da produção, (...) o drama da vida das nações policiadas, a Victória a vida há de caber ao mais aparelhado, isto é, ao mais instruído”*.<sup>132</sup> Além disso, tem proporcionado muitas escolas públicas e externatos de ensino secundário por todo o interior do Pará.<sup>133</sup>

*Sem que tenhamos em mira fazer do proletariado uma corporação de acadêmicos ou de sábios, é indispensável ministrar-lhe o ensino geral das ciências, que pondo ao alcance das suas inteligências, as leis naturais que regem todas as ordens de phenomenos, dará em resultado não deixa-lo estranho ao que faz a honra, o bem estar e a força da sociedade no meio da qual é chamado a viver.*

A exposição artística e industrial que ocorreu no *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant*, organizado pelo Diretor da época Ignácio Moura em 1895, pois foi importante a realização para a apresentação dos trabalhos dos alunos e com isso, dos resultados dos alunos do referido Lyceu, o que seria motivo de discursos e orgulho do diretor da instituição de ensino. A exposição estará colocando todos os personagens que participaram deste evento em 1895: *“Pois, realizaram-se muitos estudos através desta revista anual de Artes e indústrias n’este Estado, e sucessivas edições que ocorreram erros e enganos apontados nas edições anteriores. Entretanto segundo Ignácio Moura”*<sup>134</sup>, adverte ainda que *“para outra exposição reuniremos em maior volume não só as observações e notícias que n’este livro vão, como novos esclarecimentos que nos forem dirigidos tanto sobre os produtos expostos n’este anno, como sobre os que têm de sê-lo no próximo vindouro”*.

De acordo com Ignácio Moura adianta que estava preocupado com os resultados da exposição, uma vez que, pela falta de experiências esses expositores não estavam acostumados em se apresentar com um amplo público na exposição artística, portanto, existia por parte do responsável pela exposição teoricamente uma preocupação, todavia, esta exposição foi muito benéfica para o Lyceu Benjamin Constant em relação aos muitos alunos que teriam a

<sup>132</sup>PARÁ, Diário Oficial de 1891, P. 9.

<sup>133</sup>JORNAL A REPÚBLICA, 21/11/1892, p. 1.

<sup>134</sup>MOURA, Ignácio. Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant. Belém, Imprensa na Typ do Diário do Pará. 1895, P. 05.

oportunidades de mostrar os conhecimentos adquiridos em formação dentro desta escola noturna.

Com relação à ideia desta exposição, segundo Moura<sup>135</sup> escreve que nesse estado foi a primeira vez que ocorreu este evento, pois, nesse território da Amazônia teve um evento local, aqui teve a apresentação de Agricultura, Commercio, Industria e Artes e por isso argumenta que no Jornal A Província do Pará já tinha ocorrido uma exposição de produtos paraenses no ano de 1866, especificamente no edifício do Collegio do Amparo, onde na época o atual presidente foi o Dr. Fructuoso Guimarães, que foi pai do Presidente que irá realizar neste estado em 1895, uma exposição, a qual relatará e apresentará todos os trabalhos feitos por esses artistas.

Moura entendia também que “*o certo é que ninguém mais pensou em organizar outra exposição n’este Estado,<sup>136</sup> até que com a revolução de 1889 cedendo a uma nova corrente de ideias profícuas e activas, instalou-se no Estado do Pará a Sociedade Propagadora de Ensino*”, que criou o Lyceu de Artes e Officios Benjamin Constant estabelecendo como preceito regimental a organização de exposições anuais de trabalhos feitos pelos alunos do novo Lyceu de Artes e Officios Benjamin Constant, também pelos artistas e industriais de todo o Estado.

Portanto esta instituição não se afastou das suas dificuldades, pois faria de qualquer forma para realizar o que estava previsto na exposição e na aprendizagem desses artistas no Estado do Pará. Além disso, faziam parte os três Estados que participariam desta exposição, pois segundo Ignácio Moura<sup>137</sup> registra que:

*O Maranhão está se tornando industrial e comercial e não lhe faltarão recursos para brilhantemente apresentar entre nós as eloquentes amostras das suas fabricas e a demonstração cabal do que ainda pode fazer. O Pará, finalmente, goza hoje o conceito de uma terra de bênçãos e de paz, e com a fadiga aceitação do caráter paraense abriria os braços para levantar mesmo sobre si a concorrência das suas duas irmãs.*

Nesse sentido, analisou-se que esta exposição que ocorreu em 1895 foi importante aos estados participarem, pois seriam recebidos de braços abertos, mesmo com todas as

---

<sup>135</sup>MOURA, Ignácio. A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant. Belém, Imprensa na Typ do Diário do Pará. 1895, p. 07.

<sup>136</sup>IDEM: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant. Belém, Imprensa na Typ do Diário do Pará. 1895, p. 07.

<sup>137</sup>IDEM: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant. Belém, Imprensa na Typ do Diário do Pará. 1895, p. 10.

dificuldades, todavia, o fundamental é que se tenham todos os acordos entre os governantes e as assembleias estaduais que habilitarão anualmente os seus governos com os meios que convenham para levar a efeito a ideia desta apresentação de trabalhos. Neste sentido Ignácio Moura adianta que *“Nada teremos a perder, e façamos a Exposição Amazônica, por ser um preparativo da nossa parte para a grande Exposição Americana no Rio de Janeiro, ou para a Universal de Paris em 1900.*”<sup>138</sup>

A Exposição ocorreu no Palácio em que funcionava as aulas do Lyceu Paraense e do Lyceu Benjamin Constant, onde foi realizado à Exposição Artística e Industrial de 1895. Esta exposição tinha onze salas grandes destinadas à pintura, desenho, cerâmica, etc. O edifício é de uma construção antiga e sem estilo, e apesar de apresentar externamente um aspecto senhoril, os cômodos eram arejados, bem divididos e bem apropriados ao que se queria nesta exposição de 1895. As obras novas são de gostos modernos já mandados a executar na administração.<sup>139</sup>

De acordo com Ignácio Moura,<sup>140</sup> o Doutor Pereira Guimarães trabalhava há dois anos para realizar a 1ª Exposição Artística e Industrial do *Lyceu Benjamin Constant*, o que ocorreu na praça calçada a paralelepípedo e a granito, com passeios de pedra e cimento, e com um grande chafariz no seu centro. Ignácio Moura agradecia as iniciativas que ajudaram a realização da exposição que ocorreu antes de 1895 e compreendia que:

*As festas da exposição, que durarão 15 dias, haverá grandes concertos que, estamos certo, satisfarão cabalmente o bom gosto artístico dos visitantes do glorioso certame. Estes saráos musicais serão dirigidos pelos nossos insignes professores Clemente Ferreira, Roberto de Barros e Aureliano Guedes. Ou seja, que essa Exposição apresentaria muitos trabalhos de muitos artistas e professores, pois, percebe-se que também viriam pessoas de outros estados para participarem, por isso, faz-se necessário relatar sobre as artes e ofícios “a composição musical de Cecília Ierecê de Lemos e por Ella gentilmente oferecida ao Lyceu Benjamin Constant, foi impressa na Europa, instrumentada pelo glorioso maestro Carlos Gomes e executada no Theatro da Paz em uma das noites da última temporada lyrica, no meio dos applausos unânimes da platéia.”*<sup>141</sup>

<sup>138</sup>O JORNAL: D’ A Patria Paraense de 1895, P. 11.

<sup>139</sup>MOURA, Ignácio, Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant. Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895, P. 113.

<sup>140</sup>IDEM, Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant. Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895, p. 113-114.

<sup>141</sup>IDEM, Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895, P. 95.

Neste sentido, esta exposição traria frutos positivos para a preparação de muitos trabalhadores para as indústrias, pois permitiria a exposição de muitos trabalhos produzidos por alunos do Lyceu Benjamin Constant que foram apreciados no evento.

Na Exposição foi primordial a coleção de pinturas com uma “*galeria artística dos trabalhos de desenho e pintura dos alunos do Lyceu Benjamin Constant, que compõe-se de oitenta quadros, representando bellas e extensas paysagens, alguns arrabaldes desta capital, a avenida do Largo da Polvora, à estrada de S. José e estudos de diversas cabeças de Bismarck, Floriano, Deodoro, etc*”.<sup>142</sup>. E defende ainda que “estes trabalhos tem o mérito real não só de serem feitos por alunos no seu curso letivo, como de terem sido feitos à noite, sob a luz de kerozene e o espaço de dois em dois dias e no intervalo de uma hora”.<sup>143</sup>

Dentro desses trabalhos feitos à crayon e à borracha destacam-se segundo Ignácio Moura<sup>144</sup> “*os alunos mais distintos desse curso e cujos, os trabalhos reputam-se melhores são: Antonio Ramos, Eustachio Rocha, Zulmiro Barbosa, Angelo Silva, Manoel Araujo, Manoel Simplício Tavares, João Almeida, Emilio Martins da Silva e Thimandro Demosthenes. Quase todos de artistas ou operários de fábricas e oficinas desta capital*”. Além disso, as aulas de desenho do professor José de Figueiredo que a dirige com dedicação ajudaram muitos alunos em sua aprendizagem e a participarem da exposição.

Na obra sobre a Exposição Artística e Industrial Ignácio Moura<sup>145</sup> apresenta os expositores, alunos do Lyceu, da seguinte forma, “*o artista parece tê-lo apanhado em um dos momentos de inspiração ardente e trouxe para o papel a figura corporizada o gênio americano*”. O trabalho de Manoel Simplício Torres destaca a sua aprendizagem e dedicação dentro da escola pois, “*a obra exposta é o melhor retrato de Carlos Gomes que temos visto atualmente*”.

Manoel Simplício Torres era paraense e tinha sua oficina de ferreiro na Rua dos Pariquis na cidade de Belém e era descrito como “*um moço de pouco mais de 25 anos, acanhado, dócil e infundido de uma melancolia própria dos artistas nacionais, mas que a todo momento busca a sua valorização*”. Simplício lutava para ser valorizado, com os artistas do estado do Pará. Portanto, a exposição que ocorreu em 1895, foi uma boa oportunidade para os alunos mostrarem

<sup>142</sup>MOURA, Ignácio. Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895, 1895, P. 119.

<sup>143</sup>IDEM. Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895, 1895, P. 119.

<sup>144</sup>IDEM. Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895, 1895, P. 119.

<sup>145</sup>IDEM, Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895, P. 121.

um pouco do que se aprendia na escola de horário noturno chamada de Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, que funcionava de segunda à sábado.

### 3.1 – PROFESSORES E ALUNOS: ENSINO/APRENDIZAGEM E EXPOSIÇÃO

É importante nesse momento trazer, através da Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios, mais um aluno desta escola. Trata-se do jovem cametaense Augusto Vicente de Leão que produziu um barco a vapor, que denominou *Lauro Sodré*. Tal embarcação foi feita de Jutahy e da cortiça de “*murutyzeiro, tendo os braços e a quilha de madeira branca, a hélice de ferro, e o cano e a borda de folha de flandres. Nada falta para completar a semelhança: convez, mastros, sala de jantar, mezas, bancas, camarotes, etc*”.<sup>146</sup> Este aluno tinha 19 anos de idade e gostava de matemática, além de ser observador e curioso pelas artes náuticas. Sua obra foi bem prestigiada, sendo vendida por 500\$000, mas logo readquirida e doada para ao Lyceu Benjamin Constant e o Opherlinato Paraense para elevar o investimento nas obras destas escolas.<sup>147</sup>

Conforme Ignácio Moura, a exposição ocorrida em 1895, permitiu analisar como muitos artistas e alunos que apresentaram os seus trabalhos, fizeram com que a sociedade percebesse a importância das atividades do Lyceu, já que alguns resultados foram apresentados ao público por 15 dias correntes.

O Lyceu recebia várias contribuições para garantir seu funcionamento. No quadro abaixo são apresentadas algumas destas contribuições.

#### Colaboradores do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant

José Gonçalves de Lemos	10\$000
Amado Joaquim da Silva	10\$000
Deocleciano Antonio P. Lobato	10\$000
Jacinto de Souza Leão	5\$000
Manoel Francisco de Paula	4\$000
Raymundo Balieiro e Silva	5\$000

Fonte: O Jornal A Província do Pará de 3 de agosto de 1892. Hemeroteca da Fundação Tancredo Neves.<sup>148</sup>

<sup>146</sup>MOURA. Ignácio. Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895. P. 186.

<sup>147</sup>IDEM. Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895. P. 187.

<sup>148</sup>JORNAL. A Província do Pará de 3 de agosto de 1892, encontrado no microfilme do CENTUR.

Muitos eram o que ajudavam para a formação desses trabalhadores no Lyceu. Por isso na obra de Ignacio Moura há referências a alguns professores como o professor de Sociologia Diogo Hollanda, “*que não cansar-nos-êmos de recomendar-os não só aos alunos do lyceu Benjamin Constant, como a todas as pessoas, desejosas de aprender, que prezam a ilustração e o adiantamento do espírito*”.<sup>149</sup>

#### Quadro dos Professores (não em exercício).

PROFESSORES	MATÉRIA
Dr. Carlos A. V. de Novaes	Geographia e História
Zeno Cardoso	Lachygraphia
Dr. Antonio Marçal	Chimica e Phyfica
Dr. Hildebrando B. de Miranda	Chimica e Phyfica
Dr. José A. Pereira Guimarães	História Natural

FONTE: O Jornal A Província do Pará de 3 de agosto de 1892.

Esta fonte é relevante uma vez que se atenta para os professores que faziam parte dessa construção de conhecimento para com os alunos no *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant*. Entretanto, os mesmos professores não estavam mais contribuindo em sala de aula desta instituição, pois já estavam afastados de suas obrigações e de suas disciplinas.<sup>150</sup>

Diante da perspectiva do objeto da pesquisa sobre as políticas educacionais implantadas no governo de Lauro Nina Sodré, faz-se necessário dialogar sobre a reforma de Benjamin Constant, pois, dará suporte em analisar o indício de um currículo para o Estado do Pará. Sendo assim, são apresentadas no quadro abaixo, todas as disciplinas do 1º Grau Primário no Rio de Janeiro, de 1890:

#### Disciplinas

Lições de coisas e noções concretas de Sciencias Physicas e História Natural
Contar e Calcular, Aritmética prática até regra de três, mediante o emprego, primeiro dos processos espontâneos, e depois dos processos systemáticos.
Systema métrico precedido do estudo da geometria pratica
Noções praticas de agronomia.
Elementos de geographia e história, especialmente do Brasil.
Leitura e Escrita.
Ensino Prático da Língua Portuguesa.
Instrução Moral e Cívica.

<sup>149</sup>JORNAL. A Província do Pará de 3 de agosto de 1892, encontrado no microfilme do CENTUR.

<sup>150</sup>BARROS, Jônatas Barros e. A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930). Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2010.

Desenho.
Elementos de música.
Gymnastica e exercícios militares.
Trabalhos manuaes (para os meninos).
Trabalhos de agulha (para as meninas).

FONTE: BRASIL. Decreto nº 981 – de 8 de novembro de 1890.<sup>151</sup>

Como é possível observar, as Ciências Físicas e a História Natural foram associadas à Lição de Coisas e na reforma de Leoncio de Carvalho estava isolada, com o nome de Noções de Coisas. Todavia, “*A Química, que fazia parte desta reforma, deixou de constar na reforma Benjamin Constant*”<sup>152</sup>.

Diante dessas narrativas e reflexões torna-se importante apresentar neste momento quais as disciplinas que contribuíram para a formação desses trabalhadores que tinham pouco tempo específico para se dedicarem aos estudos, pois trabalhavam em fábricas ou oficinas próprias conforme apresentado pelo aluno Manoel Simplício. Portanto, os saberes destas disciplinas eram muito importantes.

Na trigésima primeira sessão de 13.01.1891 do Congresso, Lauro Sodré em um dos seus discursos argumentou no Art. 70 do projeto que:

*Coloco-me, porém, em oposição flagrante ao que dispõe o número 2 do parágrafo 1 do artigo citado, por não compreender, no regime que estamos inaugurando, os motivos que atuam no ânimo dos confeccionadores deste esboço, para consignarem a eliminação dos analfabetos. Saber ler e escrever é possuir um instrumento de instrução, apenas e, vós haveríeis de descobrir entre os chamados iletrados quem possuísse maior soma de luzes, mais larga dose de bom senso. Além disso, um só é o fenômeno social de que todas aquelas manifestações são sintomas. Por isso, não posso dar o meu voto a este verdadeiro esbulho com que se tenta ferir todos os que não sabem ler e escrever, ainda que trabalhem na obra do progresso da Nação, como aqueles que tiveram a fortuna de aprender a assinar o seu nome, curto estalão por onde a lei quer aferir a capacidade moral do cidadão brasileiro*<sup>153</sup>.

<sup>151</sup> PARÁ, Decreto, nº 981 de 8 de novembro 1890.

<sup>152</sup> BARROS, Jônatas Barros e. A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930). Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2010, P. 24.

<sup>153</sup> PIRES. Roberto Scalercio. Fragmentos da Vida “Justa e Perfeita” de Lauro Sodré. Recordações de ordem puramente histórica refletem a fidelidade de meu respeito, de meu carinho e de minha admiração a este verdadeiro estadista. Insigne cidadão prestante, a quem devo melhores horas de minha vida espiritual. Não faz mal que dele, novamente, me ocupe. Foi um grande homem. E não pode ser esquecido em cumprir na educação uma escola que suprisse a necessidade através de aulas noturnas para aqueles que não tinham tempo, pois estavam de dia dentro das fábricas. 2017. P.484.

Portanto, analisou-se nesse discurso que o governador estava se opondo em relação à exclusão dos analfabetos, uma vez que era fundamental o processo de aprendizagem na República, pois contribuiria para esse analfabeto ter uma melhor educação, e nesse sentido, negou de votar contra esse projeto devido a não oportunidade da maioria da sociedade no processo de aprendizagem no Estado do Pará.

### 3.2 – O QUE ENSINAR? DISCIPLINAS, CONTEÚDOS E MATERIAIS

O *Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant* expressava a preocupação da Sociedade Propagadora do Ensino em investir em um modelo de formação de trabalhadores na diretriz das artes e ofícios, o que pode ser percebido no quadro de professores, disciplinas e conteúdos ensinados. Por isso, no quadro a seguir demonstra o diretor, os professores, matérias e o quantitativo dos alunos do Lyceu Benjamin Constant.

Diretor: Dr. Pereira Guimarães	Professores:	Matéria:	Alunos:
	Raymundo Espindola	Português	Mais de 200 alunos em 1895
	Dr. Octaviano Paiva	Francês	
	Bernardino Marques	História Universal	
	Bernardino Marques	Geografia	
	Capitão Sabino Luz	Aritmética	
	Dr. Ignacio B. de Moura	Álgebra	
	Dr. Henrique Santa Rosa	Geometria	
	Dr. Henrique Santa Rosa	Desenho geométrico	
	João de Castro Figueiredo	Pintura	
	Roberto Moreira	Contabilidade	
	Maestro José C. da Gama Malcher	Música	
	José de Castro Figueiredo	Desenho	
	João Florêncio de Mello	Aula primária	

**FONTE:** A Exposição Artística e Industrial do lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant

De acordo com Ignácio Moura na Exposição Artística e Industrial<sup>154</sup> registra que: “O *Lyceu Benjamin Constant* já tinha preparado bons operários industriais e excelentes artistas. Além disso, eram conhecidos nas oficinas e fábricas os operários que frequentavam as aulas na referida escola pelo desembaraço com que procuram aplicar os conhecimentos teóricos que nas aulas recebem”. Acrescenta ainda Ignácio Moura que seria muito importante por parte dos mestres das oficinas que incentivasse os operários a frequentarem as aulas dentro desta instituição Benjamin Constant por se tratar de ensino gratuito e facultativo a toda pessoa.

Conforme a Revista Oficial de Ensino A escola declara que:

*O ensino teórico do Lyceu consta de um curso primário integral, no qual são ensinadas as seguintes matérias indispensáveis: leitura e lições de cousa, estudos práticos da língua materna, grammatica, portugueza, arithmetica pratica; geometria*

<sup>154</sup>MOURA, Ignácio. Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895, P. 28.

*plana, noções geraes sobre os sólidos, geographia geral primária, particularmente do Brazil e especialmente do Pará, noções de cosmographia, exercícios primários de cartographia, história do Brazil precdida de idéas geraes sobre a história universal, instrução moral e cívica, leitura e explicação das constituições estadual e federal, desenho à mão livre, escriptura e desenho linear geométrico.*<sup>155</sup>

Todas essas matérias estão distribuídas no plano de ensino, além da sua formação em tempo hábil de seis anos. O curso prático do *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant* ocorria em duas seções: 1ª em Belas artes, abrangendo o estudo de desenho, pintura, escultura, arquitetura e música, e no 2ª de Ofícios e Artes, indispensáveis e compatíveis com os recursos que a sociedade que o mantém, por isso a importância deste Lyceu Benjamin Constant em oportunizar a esses alunos em sua formação.

Desta forma analisa-se a importância da formação, visto que, não era obrigatório frequentar todos os dias. O prédio funcionava com os alunos do Lyceu Benjamin Constant, que não tinham acesso à biblioteca. Entretanto, segundo na revista “A Escola”<sup>156</sup> enfatiza “o regulamento de 14 de Fevereiro de 1898, promulgado pelo Conselho Administrativo da Sociedade e pelo qual rege-se presentemente o Lyceu Benjamin Constant, mandou que ficasse anexas ao plano de ensino do estabelecimento as cadeiras de francês e contabilidade e determinou a organização de uma biblioteca especial, franca à consulta dos alunos e de todas as pessoas que o desejarem fazer e pesquisar, independentemente de qual aluno fosse.”. Portanto, todos tinham acesso a esta biblioteca, por meio do regulamento supramencionado e aprovado.

O *Lyceu Benjamin Constant* iniciava as suas aulas no dia 23 de janeiro e terminava no dia 09 de novembro. As aulas noturnas e a sua frequência eram “obrigatórias sob pena de eliminação”, por certo número de faltas. Para além disto “a matricula na aula do estabelecimento é facultada de 2 de janeiro à 30 de abril de cada ano. Todavia, que os analfabetos tivessem aulas em qualquer mês do seguinte ano letivo”<sup>157</sup>. Percebe-se certa priorização e preocupação por parte do governo em não proibir a entrada dos analfabetos no estabelecimento de ensino, porém, analisou-se que existe um período de matrícula e frequência sob um número de falta para ser desligado de sua formação teórica e prática do Lyceu Benjamin Constant.

---

<sup>155</sup>FONTE: A ESCOLA, Revista Oficial de Ensino de 1900, P. 129.

<sup>156</sup>FONTE: A ESCOLA, Revista Oficial de Ensino de 1900, P. 480.

<sup>157</sup>FONTE: A ESCOLA, Revista Oficial de Ensino de 1900, P. 480.

O *Lyceu Benjamin Constant* era dirigido pelo presidente da Sociedade Propagadora de Ensino, de acordo com o regulamentar e este era mantido com os rendimentos do patrimônio desta associação, que em 1898 ascendia a 117.063\$910, além dos auxílios recebidos do Estado e da municipalidade de Belém. Esta escola atendia cerca de 300 alunos por ano, conforme o quadro a seguir que cobre o período de 1892 a 1900:

Alunos por ano do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, de (1892 à 1900).

1892	424 alunos
1893	259 alunos
1894	320 alunos
1895	280 alunos
1896	350 alunos
1897	357 alunos
1898	384 alunos
1899	280 alunos
1900	247 alunos
Total	2.901 alunos

**Fonte:** A Revista A Escola, ano I, 30 de agosto de 1900.

Segundo a Revista *A Escola*<sup>158</sup> o “*atestado melhor da utilidade demonstrada de tal estabelecimento não precisa ele citar em seu favor. A eloquência dos números e na hipótese esmagadora*”. Pois, a concorrência nas matrículas com relação a uma vaga era enorme todos os anos, evidentemente, que as dificuldades eram grandes, uma vez que, esses alunos trabalhavam de dia nas fábricas e à noite iam para a escola se formar em uma determinada profissão no Estado do Pará.

Segundo Lauro Sodré, o *Lyceu Benjamin Constant* era um instituto de ensino popular de letras e artes, cuja fundação ocorreu nos primeiros momentos de seu governo. Nos primeiros cinco anos o *Lyceu Benjamin Constant* esteve sob a direção de Pereira Guimarães. Portanto, o ensino popular “*figurou sempre entre os lemas da bandeira, que cobria as phalanges republicanas empenhadas nos prélios contra a realeza*”.<sup>159</sup> É possível perceber que as investidas nesta escola significava a realização de uma das primeiras experiências de ensino dentro de um modelo republicano no Pará.

O *Lyceu Benjamin Constant*, ao que tudo indica deveria consolidar a ordem. Por isso, nos registros de Lauro Sodré ao tecer comentário a respeito da instituição daria a “*iluminação dos espíritos, abrindo as consciências aos conhecimentos dos deveres cívicos*” o que levaria à

<sup>158</sup>IDEM, A ESCOLA, Revista Oficial de Ensino de 1900, P. 481.

<sup>159</sup>SODRÉ, Lauro. Crenças e Opiniões. Diário Oficial, Belém, 1896. P. 399.

“*pacificação das classes sociais, a harmonia entre o capital e o trabalho*”<sup>160</sup>. Desse modo, compreende-se que os discursos acerca da instrução escolar foram produzidos ao longo dos anos iniciais da República paraense que buscavam legitimar o regime político que ia se constituindo a partir de 1889, bem como vislumbrava a instrução ministrada nas escolas como construtora da ordem e do progresso.<sup>161</sup>

Com a implantação da República a educação teria a possibilidade de melhoramento, pois, passava por muitas dificuldades, principalmente por faltas de escolas, professores, e de uma formação técnica voltada para o mundo do trabalho. Além disso, a precariedade do ensino apareceu quase como práxis dentro dos relatórios e pronunciamentos das autoridades republicanas paraenses.

A proposta do nome da escola foi sugerida por Lauro Sodré, sendo assim por todo Estado e até fora dele, uma febre de coadjuvação filantrópicas à benemérita instituição: “*quermesses, benefícios theatraes, sarãos e concertos público*”. De tudo se tirou esmolas avultadas enquanto choviam de todos os pontos do interior, donativos elevados e ofertas preciosíssimas.<sup>162</sup> Muitas foram as contribuições para com esta instituição, pois ajudaria para com os objetivos do governador do estado do Pará, em implantar uma escola de formação técnica para o mercado de trabalho nas indústrias.

De acordo com William Gaia Farias,<sup>163</sup> a República publicou um ofício enviado pelo governador Lauro Sodré ao Diretor da Escola Normal agradecendo a contribuição para as despesas do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant, que tratava-se da autorização de professores e funcionários, para que o governo descontasse o valor correspondente a uma diária de seus vencimentos a ser utilizada em benefício daquele estabelecimento de ensino. Além disso, no mesmo jornal os alunos do Externato Vitor Hugo, fizeram suas contribuições. Portanto, a criação do Lyceu de artes e Offícios Benjamin Constant está entre os mais significativos e bem recebidos projetos educacionais da gestão de Lauro Sodré. Pois, para o governador era fundamental a contribuição de todos para esta instituição, que possibilitaria no Estado do Pará a saída do analfabetismo, e uma mão de obra para o mercado de trabalho.

O programa de ensino estava pautado na formação específica no ensino primário, com especialidades técnicas, direcionadas às artes plásticas, comércio, indústria e comunicação, e que o fundamental para o governador Lauro Nina Sodré era formar uma mão de obra qualificada

<sup>160</sup>SODRÉ, Lauro. Crenças e Opiniões. Diário Oficial, Belém, 1896. P. 399.

<sup>161</sup>COSTA, Edivando da Silva. Civilizar a Nação pela Instrução: Formação de Professores e Ensino Primário no Pará em (1891-1909), em Belém, 2015, P. 16.

<sup>162</sup>FARIAS, William Gaia. O Alvorecer da República no Pará. Belém: Açai, 2008, P. 63-64.

<sup>163</sup>IDEM. O Alvorecer da República no Pará. Belém: Açai, 2008, P. 65.

para o mercado de trabalho. Além disso, Farias,<sup>164</sup> afirma que “a disponibilidade de recursos didáticos para alunos do Lyceu Paraense, não era utilizado pelos alunos do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant, apesar das escolas funcionarem no mesmo prédio e contava com uma estrutura administrativa independente e de um projeto político-pedagógico diferenciado, a primeira vista delineava-se por caminhos da sociologia e educação positivista. Todavia, acima de tudo, republicano. Apesar de tudo construía uma formação voltada por caminhos da sociologia”. Nesse sentido o historiador William Gaia Farias compreende que;

*O Lyceu de artes e Offícios Benjamin Constant também funcionava como um espaço importante para a construção da hegemonia republicana. Neste viés, professores e alunos da referida escola exaltaram a República de várias maneiras, principalmente com discursos inflamados em defesa dos grandes homens do regime e por meio da produção de obras de arte cujas temáticas eram republicanas.*<sup>165</sup>

Refletira que muitos alunos elogiaram o governo de Lauro Nina Sodré, pois muitos faziam questão de exaltar o governador do estado do Pará. Neste sentido, é importante declarar que era um projeto voltado em prol de uma capacitação através de oficinas de carpintaria, marcenaria e tipografia, com o intuito em aprenderem uma profissão, pois esses ajudariam no processo de aprendizagem para com os trabalhos dentro das fábricas. E acrescenta que os pequenos trabalhos realizados ficariam nas oficinas, no próprio Lyceu Benjamin Constant. Por isso, muitos desses trabalhos seriam mostrados pela exposição artística de 1895, e apresentada por Ignácio Moura.

A importância com relação em analisar de forma contínua esta formação de trabalhadores, uma vez que, a pesquisa nos mostra em até certo ponto um positivismo muito forte realizado pelo governador através da sua construção de sua vida profissional. A formação do governador quanto ao positivismo foi fundamental para sua política educacional, especificamente no Lyceu Benjamin Constant.

---

<sup>164</sup>IDEM. O Alvorecer da República no Pará. Belém: Açai, 2008, P. 69.

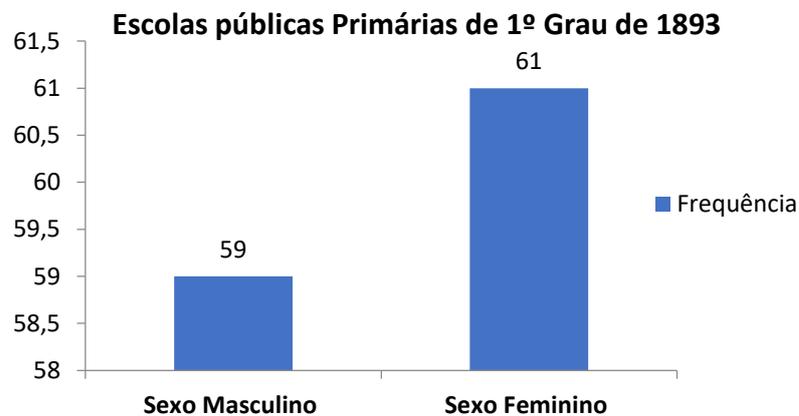
<sup>165</sup>IDEM. O alvorecer da República no Pará. Belém: Açai, 2008, p. 69.



FONTE: Jornal O Pimpão, Belém, 15/08/1891, p. 04. República-Mulher: homenagem dos alunos do Lyceu de Artes e Ofício Benjamin Constant ao governador Lauro Sodré.

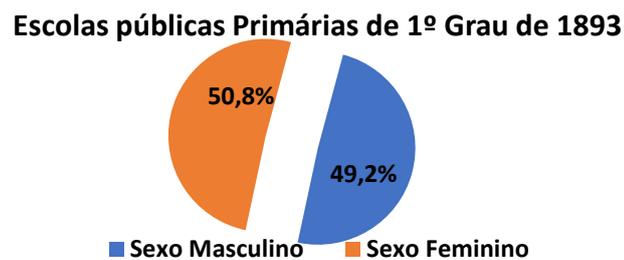
É importante apresentar as frequências escolares no ano de 1892 dos alunos que estudavam à noite, por isso apresenta-se o gráfico abaixo e também o gráfico 2, com os dados de forma em percentagem das frequências dos alunos da escola primária.

**Gráfico 1.**



FONTE: Revista de Educação e Ensino, ano III – Vol. III – nº 09, setembro de 1893.

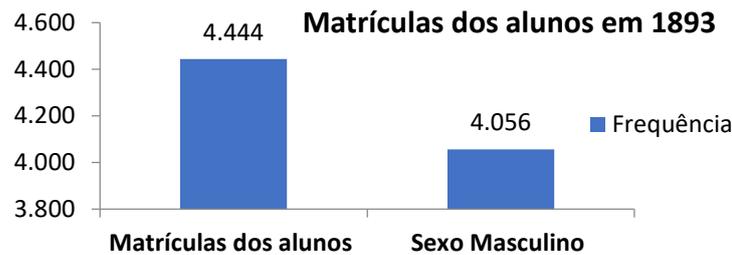
**Gráfico 2.**



FONTE: Revista de Educação e Ensino, ano III – Vol. III – nº 09, setembro de 1893.

Na escola Primária considera-se importante apresentar no Gráfico 3, pois apresenta através das frequências escolares no ano de 1892 dos alunos que estudavam à noite em Belém do Pará, onde a maioria era de alunos masculinos, evidentemente que a formação era voltada especificamente para a formação que exigia força e era para as classes menos favorecidas.

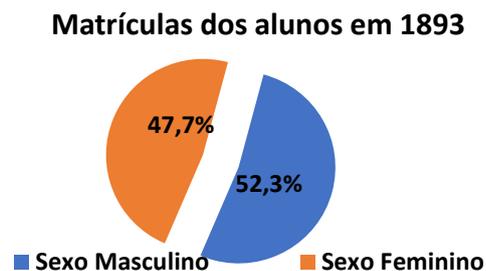
Gráfico 3.



**FONTE:** Revista de Educação e Ensino, ano III – Vol. III – nº 09, setembro de 1893.

Desta forma que observa-se que 47,7% são alunos do sexo feminino e 52,3% são alunos do sexo masculino. Como as aulas ocorriam à noite, e a maioria dos alunos são do sexo masculino, uma vez que, se percebe uma formação para atuarem nas fábricas da província do Pará.

Gráfico 4.



**FONTE:** Revista de Educação e Ensino, ano III – Vol. III – nº 09, setembro de 1893.

É importante analisar que muitos alunos buscavam essas escolas, pois verifica-se que a estatística estabelecida e a necessidade de apresentação da diferença entre os sexos masculinos e femininos, uma vez que possibilita a pesquisa diferencia-se esses trabalhadores e de seu filhos,

além disso, a forma efetiva é analisar este percentual do quantitativo de cada aluno do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.<sup>166</sup>

Desta forma o quadro apresentado nos estabelecimentos, reflete o quantitativo em todos os distritos particulares o qual chega a 9.701 alunos, mais especificamente o número maior de alunos está com o sexo feminino, todavia, com o decorrer do tempo percebe-se uma lentidão em todos os distritos, pois vai acrescentando que a mulher (aluna), vai tornando presente em todos os distritos. A matrícula era realizada a partir do findo do ano e verificou-se que 280 alunos se inscreveram para concorrerem em ser aluno da escola normal, o qual participaria do exame, porém, analisa-se que 248 eram do sexo masculino e 32 do sexo feminino.

Com o tempo o sexo feminino tornou-se mais presente nas escolas particulares. Havia uma falta de comprometimento por partes dos alunos, para aprender esta profissão, e também pode se refletir sobre a falta de tempo disponível de muitos trabalhadores em aderirem horas extras dentro das fábricas, pois, esses trabalhadores ficavam o dia todo produzindo dentro das fábricas. Por isso, uma alternativa de justificativa seria a de que também estavam muito cansados em irem para o Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant aprenderem uma formação voltada a ofícios e artes, o que era bastante valorizada pela elite intelectual que formava a Sociedade Propagadora do Ensino. Nesse sentido, a Revista declara que “*o povo instruído, pensa, trabalha e produz, o que a escultura é para um pedaço de mármore, a educação é para a alma humana*”.<sup>167</sup> Portanto, independentemente de qual classe social, todos os seres humanos tem o direito de uma formação mais crítica em sua sociedade.

O governador Lauro Nina Sodré tinha uma preocupação em tirar essas crianças das ruas, muitas vezes, por seus pais terem morrido na guerra, também por terem sido abandonadas nas ruas, entretanto, de forma política e econômica a melhor saída seria para esses trabalhadores uma escola voltada através da ordem e do progresso no controle de uma sociedade em implantar um currículo que suprisse as necessidades de uma formação para uma mão de obra qualificada para o mercado trabalho.

Acredita-se que a escola Benjamin Constant, seguindo as concepções do governador Lauro Nina Sodré de tirar das ruas as crianças abandonadas, seria uma forma de oportunizá-las e de inseri-las em um determinado lar. Por isso, é importante refletir sobre o conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico - prática) e o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural

---

<sup>166</sup>FONTE: ENSINO, Revista de Educação de. Anno III – Vol. III – nº 09, setembro de 1893. P.166.

<sup>167</sup>FONTE: ENSINO, Revista de Educação, anno, III – Vol. III - nº 09 de setembro de 1893, P. 166.

pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo onde liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo. Muitos da sociedade no Estado do Pará não tinham uma formação através da dialética, pois, o que existia era uma forma técnica e profissional para estarem inseridos no mercado de trabalho nas grandes indústrias.<sup>168</sup>

Conforme Barroso,<sup>169</sup> afirma que “*a crença nos princípios do progresso individual e social pela ciência estava presente quando adotou o plano de ensino integral do Ginásio Nacional para o ensino do Lyceu Paraense e na criação e efetivação do Lyceu de Artes e Ofícios*”. Além disso, acrescenta o autor que confessava está “*convencido de conseguir o derramamento das luzes da ciência pelas classes populares, por meio do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant*”, onde se previa que fossem ministrados conhecimentos teóricos e práticos, especialmente consagrados às classes proletárias. Todavia, no sentido profissional e técnico que todos esses alunos que estudavam nesta instituição pudessem aprender uma profissão e que pudessem estar inseridos no mercado de trabalho dentro das indústrias no Estado do Pará.

Para que o governo não tivesse muito gasto para com este trabalhador, fundam a criação desta escola no horário da noite, pois conforme Barroso<sup>170</sup> apresentou a responsabilidade para com uma sociedade particular chamada sociedade propagadora de ensino, que seria a responsável por implantar um currículo que suprisse todas as necessidades deste trabalhador que não tinha tempo para estudar de dia, além de perceber sobre os custos do Estado que seriam diminuídos através desta instituição. E com a criação do ensino agrícola, ministrado especialmente sob o ponto de vista prático, único verdadeiramente e útil, fugindo da formação de doutores agrônomos, que na vida pública fazem do pergaminho título para entrar no grande exército do funcionalismo, fugindo ao campo das atividades industriais, e que seria de fundamental importância esta escola agrícola, uma vez que se refletiu de quantas foram criadas nos Estados Unidos da América do Norte, e em 1888, fundaram-se 26 escolas. Portanto o discurso do governador visava a uma formação “*teórica e prática para o mercado de trabalho*

---

<sup>168</sup>GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. V. III, P. 13.

<sup>169</sup>BARROSO, Wilson da Costa. Educação e Cidadania e Cidadania no Republicanismo Paraense: A Instrução Pública Primária nos Anos de 1889 – 1897. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Belém, 2006, p. 119.

<sup>170</sup>IDEM. Educação e Cidadania e Cidadania no Republicanismo Paraense: A Instrução Pública Primária nos Anos de 1889 – 1897. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Belém, 2006, p. 119.

*nas grandes indústrias, deixando de lado o seu compromisso para um ser mais crítico e de formação em sua sociedade, especificamente no Estado provincial do Pará. E os documentos segundo LE GOFF,<sup>171</sup> declara que não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento”, e resulta do esforço da sociedade histórica para impor o futuro. Por isso, dependerá sempre desta manipulação do historiador em desvendar conforme o processo histórico, quais os documentos que ele próprio dependerá para servir para a sua pesquisa. Evidentemente que não existe um documento já pronto ou feito, todavia, que é necessário que este documento seja desmontado para o pesquisador, pois dentro da sua análise será fundamental que descubra sobre a importância deste processo histórico. Buscou-se, portanto, tornar possível que dos documentos podem sair muitas pesquisas de qualidade. Por isso, sobre esses documentos para essa pesquisa, a qual se debruça sobre o governo de Lauro Nina Sodré, que muito contribuiu para a formação da maioria da sociedade, uma vez que, o índice apontava que 75% das pessoas eram analfabetas em todo o Brasil. Neste sentido, observa-se a importância desse governador em implantar uma escola à noite que suprisse a necessidade das pessoas que trabalhavam de dia, e só tinham tempo de estudarem à noite. Além disso, observa-se que as escolas existentes não supriam todas as necessidades de todos que moravam na Província do Pará.<sup>172</sup>*

---

<sup>171</sup>LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: Enciclopédia Einaudi: Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v. 1 (Memória – História). P. 103-104.

<sup>172</sup>IDEM. Documento/Monumento. In: Enciclopédia Einaudi: Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v. 1 (Memória – História), P. 103-104.

### 3.3 - A SOCIEDADE PROPAGADORA DE ENSINO: CRIAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ATUAÇÃO.

*Tão sincera e tão ardorosa é em mim a fé republicana, que eu confundo no mesmo culto à Pátria e à República, noções que no meu espírito já se identificaram, porque eu não concebo a Pátria senão livre, grande e feliz, e só da República, ao que sinto, essa liberdade, essa grandeza, essa felicidade hão de provir.<sup>173</sup>*

Com a entrada do governo provisório de Lauro Sodré, no Pará em 1891, no início da República, implantou uma Associação que ficasse responsável pela educação dos “operários” que trabalhavam nas indústrias. Nesse sentido, é necessário compreender como surgiu essa associação, por isso, volta-se no período anterior de 1876, onde foi criada no Rio de Janeiro uma Sociedade de simpatizantes do positivismo, mais que acima de tudo, com as ideias de Augusto Comte.

No ano seguinte dois jovens da Sociedade, o fluminense Miguel Lemos e o maranhense Teixeira Mendes, os quais foram expulsos da Escola Politécnica, foram para Paris, na França, onde aderiram ao positivismo religioso. Além disso, os positivistas estavam em buscas de conhecimentos e permaneceram até 1880. No entanto, decidiram que no ano seguinte de 1881 voltariam ao Brasil.

O fluminense Miguel Lemos assumiu a direção da sociedade positivista e a transformou em uma igreja positivista, a qual declarou que começou a apresentar em prática os ensinamentos de Comte<sup>174</sup>. Desta forma, todos que fizessem parte dos dogmas dentro da igreja não poderiam assumir cargos públicos. Exemplo claro foi do ex-presidente da Sociedade Positivista, Joaquim Ribeiro de Mendonça, que foi excluído por ser proprietário de escravos, outro foi Benjamin Constant, um dos futuros proclamadores da República, que saiu por ser professor da Escola Militar.

Todavia, Benjamin Constant mandou uma carta em 1882 esclarecendo que mesmo sendo funcionário público não o impediria de fazer parte do positivismo, pois deixou claro que não aceitou esses dogmas do positivismo e terminou argumentando que foi quebrada a solidariedade que existia como membro da Associação, por isso nesse momento saiu desta importante associação.<sup>175</sup> Para além disso, todos os positivistas não podiam aceitar cargos

<sup>173</sup>SODRÉ, Lauro. Crenças e Opiniões: Typ, O Diário Oficial, Belém, 1896, P. 300.

<sup>174</sup>CARVALHO, José Murilo de. A França nos Trópicos: in: A Humanidade como Deusa. Revista História da Biblioteca Nacional, 2009, P. 42.

<sup>175</sup>SODRÉ, Lauro. Crenças e Opiniões: Typ, O Diário Oficial, Belém, 1896, P. 339.

públicos, especialmente em escolas públicas de ensino superior, e que deveriam ser homens civis comuns sem responsabilidade para com a sociedade positivista.

De acordo com Miguel Lemos e Teixeira Mendes, foram chefes no controle da Igreja, e desenvolveram uma intensa atividade, que segundo a Revista História, afirma que “foi a atividade do proselitismo e propaganda das ideias positivistas”<sup>176</sup>. E ainda publicaram centenas de folhetos e de artigos em jornais e organizaram várias celebrações cívicas, conferências, desfiles e monumentos. Nos folhetos e nos artigos de jornal a prática generalizada da época era o anonimato, todavia, todos que faziam parte do positivismo tinham que assinar e colocar os seus endereços, a data e o local de nascimento, sendo uma regra as ideias de Comte de “Viver as claras”. Uma vez que todos da sociedade deveriam conhecer o homem do positivismo. Pois, as ideias de Comte é pensar na continuidade das suas ações perante a sociedade, por isso adiantava que;

*As suas estranhas práticas religiosas, os quais, os positivistas despertaram forte reação. Para alguns, eram ridículos, para outros, fanáticos religiosos ou malucos, lunáticos alheios à realidade nacional. Todavia, muitas das campanhas que organizaram e das teses que defenderam, embora, de fato, contrárias a ideias, valores e práticas nacionais, nada tinham de malucas.*<sup>177</sup>

As ideias positivistas lutaram pela abolição da escravidão, além do mais, foram muito importantes para a maioria da sociedade, uma vez que, nesta sociedade de baixa renda não tinha quem lutassem por suas ideias e seus direitos para com os seus objetivos de uma cultura social.

Com a saída da monarquia para a República possibilitaria uma educação mais propícia para o processo de formação, por isso, conforme Jorge Nagle (1976) aponta que com a entrada da República,<sup>178</sup> que:

*A República recebe uma herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização: Democracia, Federação e Educação constituíam categorias inseparáveis apontando a redenção do país. A República proclamada recebe assim um acervo rico para pensar e repensar uma doutrina e um programa de educação.*

<sup>176</sup>CARVALHO, José Murilo de. A França nos Trópicos: in: A Humanidade como Deusa. Revista História da Biblioteca Nacional, 2009, P. 42.

<sup>177</sup>IDEM, A França nos Trópicos: A Humanidade como Deusa. Revista História da Biblioteca Nacional, 2009, P. 44.

<sup>178</sup>NAGLE, Jorge. (1976). Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU: Rio de Janeiro: FENAME.

O governador Lauro Nina Sodré criou uma Sociedade Propagadora de Ensino, para que fosse de fato construída uma escola. Por isso, fez logo um convite para todas as pessoas de classes altas e operosas do sábio administrador, de estarem presente no dia 9 de Junho de 1891, pois, tinha que fundar nesse estado uma associação de ensino teórico e prático, sobretudo para às classes proletárias e ocupadas da sociedade, e a mesma “Sociedade que foi instalada no dia 16 de Novembro de 1891”.

A sua primeira diretoria: os Srs. Drs. Pereira Guimarães, Alexandre Tavares, Valente do Couto, Gentil Bittencourt, Ó d’Almeida, Henrique Santa Rosa e Vasconcellos Drumond, Victor Bezerra, Tenente-Coronel João Gualberto da Costa e Cunha, Leandro Campos, Visconde de S. Domingues, Major Ignácio Nogueira, George Sumner, Carlos Wiegandt e Raymundo Espindola. Esta diretoria eleita foi reeleita três vezes, onde fizeram parte dela os seguintes cidadãos: Drs. Antonio Marçal, Pedro Chermont, Barão de Marajó, Alvares da Costa, Octaviano de Paiva Junior e Elias Vianna, Raymundo Saraiva, já falecido, José Marques Braga, Francisco da Silva Aguiar, José de Castro Figueiredo, Egydio Leão de Salles, Manoel Antonio de Castro, Tenente-Coronel Raymundo Alves da Cunha e Candido de Moura<sup>179</sup>.

O governador Lauro Nina Sodré tinha muitos aliados para colaborar para com a Sociedade Propagadora de Ensino, por isso, é importante resgatar uma tabela, que visualiza o quanto esses colaboradores davam mensalmente. Apresenta as contribuições de todos os sócios, uma vez que, irão contribuir para com os objetivos desta associação. Desta forma, na tabela abaixo, consta os números de sócios e os valores de cada membro e sócio.

**Sociedade Propagadora de Ensino: Diretores e contribuição mensal de todos os tipos de sócios.**

Total de Diretores: 28	28 Diretores que fizeram parte da Sociedade propagadora de ensino.
Sócio benemérito	Lauro Nina Sodré.
Sócios remidos	Um total de 54 membros, sendo 6 companhias e uma tesouraria.
Sócios fundadores não remidos	Um total de 126 membros, sendo dois falecidos.
Contribuição mensal de cada sócio	1\$000 réis.

**FONTE:** A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant.

<sup>179</sup>MOURA, Ignácio, Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa no typ do Diário Oficial, 1895, P. 25.

Conforme Ignácio Moura<sup>180</sup> que “*A Sociedade propagadora de Ensino tem um capital de 75:157\$930 réis representado em apólices da Dívida Estadual e Federal, depósitos na Caixa Econômica, e bens moveis e utensílios*”. Além disso, a importância desta Sociedade no Estado do Pará permite analisar que as contribuições eram arrecadadas todo mês, e que os sócios, a maioria era de homens e mulheres da alta sociedade. Relata ainda que “O rendimento anual é de 2:540\$000 e a sua despesa é de 15:300\$000”. Além do mais, o Estado tinha benefícios. O autor<sup>181</sup> narra que “*os benéficos serviços que esta útil a Associação tem prestado ao nosso meio industrial e artístico votam subvenções anuais onde tem contribuído para a prosperidade social*”, e a subvenção estadual anual foi de 15:000\$000 e o Municipal de 5:000\$000”. Portanto, esta Associação tem recebido do governo de Lauro Nina Sodré.

Nessas reflexões é importante apresentar uma tabela que demonstra que além dos que contribuíam mensalmente tinham outras pessoas da sociedade e fora dela, que ajudavam o Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant. Por isso, a importância da tabela abaixo com os nomes:

#### **Contribuição do Lyceu Benjamin Constant**

Luiz Lavigne: um bilhete do benefício promovido pela comissão.	5\$000 réis
Donativo do capitão Adholfo Lemos de Souza.	69\$000 réis
Um bilhete de loteria remetido pelo dr. Chefe de segurança.	5\$000 réis
Mensalidade de outubro a dezembro: D. Rosa Francisca de Oliveira Godinho.	3\$000 réis
D. Maria Francisca do Valle Paiva.	3\$000 réis
Raul Paes de Azevedo.	3\$000 réis
Leandro Ferreira Campos.	3\$000 réis
Pedro Paulo de Oliveira Santos.	3\$000 réis
Luiz Domingos da Silva.	3\$000 réis
D. Maria Amélia Valente do Couto.	3\$000 réis
Luiz D. Juvenal Tavares.	3\$000 réis
D. Maria da Silva Santa Rosa.	3\$000 réis

<sup>180</sup>IDEM, Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa no typ do Diário Oficial, 1895, P. 25.

<sup>181</sup>IDEM, estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa no typ do Diário Oficial, 1895, P. 25.

Luiz Gonçalves Velloso.	3\$000 réis
D. Maria Cavallero da Veiga Cabral.	3\$000 réis
Dr. Antonio Marçal.	3\$000 réis
Dr. João José Godinho.	3\$000 réis
Marcos Nunes.	3\$000 réis
João Cancio da Silva Castro.	3\$000 réis
Marcellino de Lima Barata.	3\$000 réis
João Alberto da Silveira.	3\$000 réis
Manoel Antonio de Pinho.	3\$000 réis
João de Amorim Lima.	3\$000 réis
Dr. José Luiz coelho.	3\$000 réis
Dr. Haydde Rosa Godinho.	3\$000 réis
Juventino Jayme de Almeida.	3\$000 réis
Constantino E. Wan-Meyll.	3\$000 réis
<b>Tota arrecadado:</b>	<b>148\$000 réis</b>

**Fonte:** O Jornal A Província do Pará em 14 de fevereiro de 1892. No microfilme das obras raras do CENTUR.

Este quadro permite analisar que muitos sócios que contribuía mensalmente para a Sociedade Propagadora de Ensino, muitas vezes pagavam a sua mensalidade trimestralmente, além disso, outros homens e mulheres ajudavam de forma diferente, ou seja, comprando um bilhete feito pela comissão, outros compravam bilhetes de loterias, enfim, de uma forma ou de outra esta associação teria fundo suficiente para investir na instituição do *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant*.

Portanto, dentro desta pesquisa realizada é importante apresentar esses quadros, porque permite refletir sobre importância de todos que fizeram parte desta instituição, uma vez que a sociedade era diferente. e muitas pessoas não tinham nenhum conhecimento, entretanto, muitos tinham, especificamente os professores, mesmo sabendo que a diferença salarial era muito grande, todavia, permite, analisar dentro do governo de Lauro Nina Sodré, que era importante formar as pessoas para fazerem parte desse processo de formação, pois, as indústrias estavam se inserindo na Província do Pará, e era preciso uma mão de obra qualificada. Assim, na visão e gestão do governador, que implantaria através da Sociedade Propagadora de Ensino uma escola que suprisse essa necessidade, além disso, com um currículo que visasse uma formação específica e profissional para aqueles que buscassem por meio do *Lyceu Benjamin Constant*. Sendo assim, no primeiro ano desta instituição foi matriculado trezentos alunos.

O governo tinha o compromisso de prestar esclarecimentos em relação aos benefícios recebidos e despesas realizadas, portanto se faz necessário apresentar neste momento através do Jornal *A província do Pará*, de 8 de março de 1896, um quadro mostrando uma synopse do caixa da Sociedade Propagadora de Ensino.

#### **Saldo e entradas para o caixa da Sociedade**

<b>Saldo de 1891</b>	1:058\$100
Caixa Econômica	12:000\$000
Donativos: juros das 8 apólices doadas pela diretoria da praça do Commercio de 1893, destinados a prêmios aos alunos.	400\$000
Banco Norte do Brasil	18:000\$000
Mensalidades e jóias: recebidos de 1891	520\$000
Idem de 1895	1:544\$000
Apólices estaduais: 6 sorteadas em 31 de dezembro de 1891	6:000\$000
2 ditas em 31 de dezembro de 1895	2:000\$000
Subsídio: recebido do thesouro (94-95)	20:000\$000
Idem para a exposição	5:000\$000
Idem da Intendência	5:000\$000
Juros: Recebido de 1894	350\$000
Idem de 1895	3:000\$000
Exposição: <b>Receita própria</b>	12:810\$390
Benefício Lyrico	5:522\$000
Soma total	93:819\$750

**FONTE:** Jornal A Província do Pará, de 8 de março de 1896. No micro filme do CENTUR.

O quadro mostra que a sociedade tinha muitos benefícios, subsídios, apólices, mensalidades e jóias que contribuía para a criação do *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant* que formaria operários que estavam inseridos e trabalhando nas fábricas de dia e a noite estavam adquirindo uma formação dentro desta escola noturna, para além disso, adquiriram esta formação profissional em seis anos, a partir dasua formação no ensino primário e mais dois anos em algum curso específico escolhido em sua formação.

**Quadro com a saída de réis desta Sociedade Propagadora de Ensino**

Caixa Econômica	533\$000
Donativos: Importância despendida em prêmios aos alunos	251\$000
Banco Norte do Brasil	35:800\$000
Honorários e gratificações: Aos senhores professores empregados do lyceu	12:710\$000
Apólices gerais: compras de 16 ditas do typo 03 a 05 de juros	14:800\$000
Móveis e utensílios	130\$000
Contas a pagar: Ditas de 04 e custo ano	30\$500
Expediente	76\$000
Exposição: várias despesas	27:232\$070
Saldo de 1896	975\$412

FONTE: A Província do Pará, de 8 de março de 1896.

É importante analisar neste documento que no final destes benefícios e despesas existia um parecer que afirma que a comissão de finanças da Sociedade Propagadora de Ensino, encarregada especialmente as formas dos estatutos, de examinar o balanço geral e contas apresentadas pelo thesoureiro Sr. José de Castro Figueiredo, vem apresentar o seu parecer julgando-o em condição de aprovação. A comissão examinou toda a escripta e folga em reconhecer que tem sido feita com a maior regularidade, clareza e asseio, as despesas acham-se todas convenientemente documentadas. A receita durante o ano de 1895, foi de 6::778\$000 e a despesa de 41:559\$838, acusando, portanto, um saldo de 20:220\$262 com que elevou-se o capital da sociedade a 93::352\$692. Assina Sociedade Propagadora de Ensino, em 9 de fevereiro de 1896, Henrique Santa Rosa, Francisco da Silva Aguiar e Sabino Henrique da Luz. Portanto demonstra que *“esta associação trabalhava de forma transparente anualmente e apresentava no congresso através de uma comissão todas as suas despesas e benefícios para que fossem aprovadas as suas contas”*.<sup>182</sup>

No jornal Folha do Norte de 1897 enfatiza que a Sociedade Propagadora de Ensino solenizou a cerimônia de entrega das medalhas da Exposição do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant aos expositores premiados, e dos diplomas de sócios beneméritos aos Sr. Dr. Lauro Sodré e José Antonio Pereira Guimarães, presidente daquela Associação.<sup>183</sup>

Foi rigorosamente executado todo magnífico programa de solenidade, certamente digna de comemorar a celebração em Belém, do proveitoso certame das artes industriais e ciências,

<sup>182</sup>FONTE: O JORNAL. A Província do Pará, de 8 de março de 1896.

<sup>183</sup>FONTE: O JORNAL. Folha do Norte, de domingo, 24 de janeiro de 1897.

que se levou a efeito no último ano passado. Usaram belamente da palavra o Sr. Dr. Lauro Sodré, que, com patrióticas frases, encerrou a sessão. O Sr. Arthur Viana, membro da diretoria do Lyceu Benjamin Constant, recitou uma vibrante poesia. A magnífica orquestra, sob a regência dos maestros Gama Malcher e Roberto de Barros, assim como as distintas violinistas e harpistas dd. Virginia Bloch e Esmeralda Cervantes foram delirantemente aplaudidas. Foi uma belíssima festa, bastante concorrida, que ofereço ao público a Sociedade Propagadora de Ensino. Portanto, os melhores trabalhos da exposição, especificamente dos alunos do Lyceu Benjamin Constant ganharam premiação por esta Associação criada pelo governador do Estado Lauro Sodré.<sup>184</sup>

No Diário de Notícias<sup>185</sup> de 1896, enfatiza que a Sociedade Propagadora de Ensino promoveu a distribuição de prêmios aos alunos que mais se distinguiram o ano passado nas aulas do Lyceu Benjamin Constant, onde receberam um convite para a noite de 22 do corrente no Theatro da Paz, nesse sentido, os alunos premiados foram:

#### **Alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant**

Curso Secundário:	Cesário José de Araújo	Primeiro lugar
Curso secundário:	Silvestre Falcão, Antonio Ramos e Miguel Quintiliano de Moraes	Segundo lugar
Mensões Honrosas	Alvaro Innocente Theobaldo R. de Menezes, Zulmino Barboza, Angelo Silva, Emílio Martins da Silva, João Almeida e Vicente Silva	
Curso Primário	Thomé Luiz da Silva	Segundo Lugar
Mensões Honrosas	João Benevenuto Sampaio, Heliodoro dos Santos Ferreira e Manoel Avelino de Freitas.	
Aulas de Música	Quintiliano de Moraes	Medalha de ouro
Aulas de Música	Vicente Silva e Thomé Luiz da Silva	Medalha de Prata

**Fonte:** O Jornal Diário de Notícias, de terça feira 21 de janeiro de 1896. No micro filme do CENTUR.

Este documento mostra os alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant recebendo os prêmios, em relação aos seus desempenhos como alunos da instituição. Por isso receberam os seus prêmios no teatro da paz, e, portanto, existia por parte desta Sociedade Propagadora um incentivo aos alunos que se destacavam em suas matérias.

<sup>184</sup>FONTE: O JORNAL. Folha do Norte de domingo, 24 de janeiro de 1897.

<sup>185</sup>FONTE: O JORNAL. Diário de Notícias, de terça feira, 21 de janeiro de 1896.

O jornal *Correio Paraense*<sup>186</sup>, afirma que o Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant já se ressentia demais, da falta de dedicação e zelo da sua diretoria. Já prevíamos que acontecesse, pois não é o parco salário de cem mil réis mensais, que recebe ali um professor, coisa que valha um sacrifício de uma ou duas horas de lições. Ou seja, os professores não recebiam para ministrarem aulas, e também os sócios já não são procurados pelo cobrador da Sociedade Propagadora de Ensino, para satisfazerem as suas mensalidades. E, existia uma falta de compromisso por parte da diretoria que tomava conta da administração e também os salários dos professores, quando eram pagos eram muito pouco, além de suas gratificações. Todavia, os professores se importam com as lições que se obrigaram a dar aos seus alunos. Além de fundarem com entusiasmo esta escola.<sup>187</sup>

Conforme o jornal paraense “*O Lyceu de Artes e Ofícios, enquanto o povo iludido acreditava não ter em si o gérmen destruidor da politicagem, parecia que havia de prosperar e os professores trabalhavam desinteressadamente e raro era então o dia em que não entrasse para os seus cofres um importante donativo pecuniário. Além disso, não era justo que no Lyceu Benjamin Constant, os professores trabalhassem de graça. No entanto, a Sociedade Propagadora de Ensino fundadora do Lyceu, não foi ouvida a respeito d’essas gratificações; entretanto seus sócios continuam a pagar regularmente as suas contribuições, por trimestre e o Estado a auxiliar as despesas do seu custeio com 15:000\$000*”.<sup>188</sup> Existia uma verba própria para o pagamento dos professores, evidentemente que não ganhavam o suficiente para estarem ministrando aulas noturnas dentro da escola.

Segundo o *Jornal A Província do Pará*,<sup>189</sup> compreende que o “*Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, de ordem do sr. dr. presidente da Sociedade Propagadora de Ensino convida os senhores expositores premiados pelo jury da exposição de 1895, abaixo declarados, a virem buscar os cartões que lhes darão entrada no palco do theatro da paz, onde se realizará a solenidade da entrega das medalhas às 8 ½ horas da noite de 22 do corrente. Portanto, estará aberta a secretaria do Lyceu Benjamin Constant, todos os dias úteis, das 8 às 11 horas da manhã, até 31 do corrente, além disso, convido os alunos premiados nos exames do ano próximo findo, a virem buscar os seus ingressos*”. Nesse sentido são apresentados alguns quadros de premiação:

<sup>186</sup>FONTE: O JORNAL. *Correio Paraense*, quinta-feira, de 19 de outubro de 1893, número 434.

<sup>187</sup>FONTE: O JORNAL. *Correio Paraense*, quinta-feira, de 19 de outubro de 1893, número 434.

<sup>188</sup>FONTE: O JORNAL. *Correio Paraense*, quinta-feira, de 19 de outubro de 1893, número 434.

<sup>189</sup>FONTE: O JORNAL. *A Província do Pará*, domingo, de 17 de janeiro de 1897.

### Expositores premiados da Exposição Artística e Industrial

Domenico De Angelis
Carlos Wilgandt
Fábrica de Cordas Perseverança
Professor Severiano Bezerra d'Albuquerque
Manoel Vianna Coutinho

**FONTE:** A Província do Pará, domingo, de 17 de janeiro de 1897.

### Estudantes premiados do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant

Alvaro Inocêncio	1º Prêmio
Silvestre M. Falcão	2º Prêmio
Innocencio de Oliveira Bentes	2º Prêmio
Zulmiro Barbosa	2º Prêmio
Joaquim Tavares Rodrigues	2º Prêmio
Vicente Silva	2º Prêmio
Cesário José de Araújo	2º Prêmio
José Pantaleão Valente Lobo	2º Prêmio

**FONTE:** Jornal A Província do Pará de 17 de janeiro de 1897.

O segundo quadro mostra os estudantes do Lyceu Benjamin Constant recebendo as menções honrosas no theatro da paz:

Luiz Demosthenes
Américo Guilherme do Amaral
José Lousada
Raymundo da Costa e Souza
Angelo M. Vicente de Moraes
Jacyntho Sampaio Ferro
Joaquim Ramalho Teixeira
Perminio de Oliveira e Silva
João Gualberto de França Messias
Recebendo da Secretaria do Lyceu Benjamin Constant, em 15 de janeiro de 1897 – O Secretário, Raymundo Espíndola.

**FONTE:** Jornal A Província do Pará de 17 de janeiro de 1897.

Esses quadros são importantes, uma vez que mostra que todos esses alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, mesmo estando trabalhando nas fábricas de dia, demonstravam terem um objetivo muito grande em conquistar o seu espaço através da formação em determinada área de profissão a qual almejava. Para além disso, o governo premiava a maioria dos alunos que se dedicava dentro da instituição do Lyceu Benjamin Constant. Todavia, é importante perceber que dentro dos cursos, havia uma evasão grande, pois os cursos eram muitos longos. Ronaldo Araújo enfatiza que a evasão era alta, o que se atribuía ao longo tempo de duração dos cursos, à necessidade imediata que os alunos tinham de trabalhar e às péssimas condições de funcionamento das oficinas, cuja, a precariedade refletia-se na falta de maquinário e de ambiente adequado para as atividades. Ou seja, o que se percebia era que não se tinha um local e o tempo era muito longo e apropriado para esta formação.<sup>190</sup>

No *Jornal A Província do Pará* foi proferida uma solenidade à inauguração desta instituição, por isso é importante apresentar esta narrativa do vice-governador Gentil Bittencourt o qual afirma que:

*Grande número de pessoas assistiu anti-ontem à noite, a sessão de abertura do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, fundado pelos auspícios da Sociedade Propagadora de Ensino. Presidiu a sessão o Sr. Dr. Gentil Bittencourt Vice-governador do Estado. Proferiu um breve discurso, no qual comunicou ao auditório haver-lhe telegrafado do Ceará o Sr. Dr. Lauro Sodré pedindo fossem abertas n'aquela dia as aulas do lyceu, em comemoração à data da morte do intemerato fundador da República brasileira.<sup>191</sup>*

O período mostra que a inauguração da escola no horário noturno foi muito importante para a formação desses trabalhadores, e também pelos trabalhos benéficos de Benjamin Constant por acreditar em uma educação que pudesse ser de todos da sociedade, por isso, o reconhecimento como fundador da república.

É importante analisar que a Sociedade Propagadora de Ensino criou uma escola que formasse trabalhadores com especificações em determinadas áreas, por isso, o *Jornal A Província do Pará* de 1892 apresenta um discurso do presidente desta associação, que enfatiza que:

*Seguiu-lhe com a palavra o presidente da diretoria da Sociedade Propagadora de Ensino, dr. Pereira Guimarães, que dirigiu frases de ensino aos matriculados,*

<sup>190</sup>ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. *A Educação Profissional no Pará*. Belém: EDUFPA, 2007.

<sup>191</sup> FONTE. O JORNAL. *A Província do Pará* de 29 de janeiro de 1892.

*salientou os esforços dos membros daquela sociedade em levar a efeito a fundação do lyceu, e, saudando o Sr. Dr. Gentil Bittencourt, na sua qualidade de primeiro magistrado do Estado, agradeceu aos presentes o seu concurso áquella festa. Orou em terceiro lugar o administrador técnico das officinas do Diário official, Sr. Antonio Joaquim de Lima, por parte da sociedade mecânica paraense. Encerrada a sessão o Sr. dr. Vice-governador ergueu vivas ao dr. Lauro Sodré, a memória de Benjamin Constant e a classe artística.<sup>192</sup>*

Diante deste discurso esta associação de Ensino será responsável por implantar um sistema de ensino no Lyceu Artes e Ofícios Benjamin Constant. A narrativa de Felipe Tavares de Moraes<sup>193</sup> é importante, pois adianta que “*as reformas da Escola Normal e do Lyceu Paraense, eram concebidas como indispensáveis para levantar o nível da instrução pública, no qual a formação do ‘mestre’ transformaria a escola no templo de ciência e democracia*”. Esta reflexão estaria sendo implantada no governo provisório de Lauro Nina Sodré de 1889 a 1891. E as palavras de Moraes afirmam que;

*O relatório de Antônio José Ferreira Braga apresenta as suas preocupações com a instrução e a sua incompatibilidade com os desenvolvimentos materiais da província. Considera que a falta de professores, de escolas e de alunos é a tríade negativa que marca a educação da província. Reputa, ainda, que a formação de professores é um elemento estrutural para melhorar a educação, tanto que faz referência a Grécia que, para conquistar a sua independência e liberdade, primeiro fechou as portas das escolas primárias até que a Escola Normal fornecesse o número necessário de mestres para o ensino.<sup>194</sup>*

Foi necessário fechar as portas de escolas primárias *a priori* para que se preocupassem em formar professores que contribuíssem com a formação desses alunos, e a Sociedade Propagadora de Ensino seria a responsável por implantar no Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant um currículo para os trabalhadores.

Nesta instituição foram implantadas, através do currículo, duas sessões para esta formação. Enfatiza que no dia 02 de janeiro estarão abertas as inscrições a todos os que desejarem matricular-se nas aulas do Lyceu Benjamin Constant, para os que deverão os

<sup>192</sup>FONTE, O JORNAL. A Província do Pará em 29 de janeiro de 1892.

<sup>193</sup>MORAES, Felipe Tavares de. Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém. 2011, p. 25.

<sup>194</sup>IDEM: Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os Sentidos de uma Concepção Político Educacional Republicana. Dissertação de Mestrado. Belém. 2011, p. 50.

matriculados dirigir-se ao ilustríssimo Sr. Dr. José Antonio Pereira Guimarães, à rua nova de S'antana, n 52. Além disso, as aulas começarão a funcionar no dia 22 de janeiro próximo e o curso do Lyceu, está na forma do artigo 11 dos estatutos que abrange as seguintes matérias divididas em duas seções:

### Primeira seção

Português
Aritmética
Geografia, especialmente do Brasil
História, especialmente prática
Algebra Elementar
Geometria
Geometria descritiva – Noções de perspectivas e sombras
Phyfica e Chimica
História Natural
Mechanica Aplicada
Noções de direito pátrio e de economia política

**FONTE:** O Jornal A Província do Pará, 24 de janeiro de 1892, no microfilme do CENTUR.

### Segunda seção

Desenho Lyneair
Desenho de ornatos e fibras
Desenho de figuras
Desenho de machinas
Desenho de architextura
Música
Pintura

**FONTE:** O Jornal A Província do Pará, 24 de janeiro de 1892, no microfilme do CENTUR.

Portanto, além destas seções o estudo será o mais prático possível, o curso primário, onde poderão matricular-se, mesmo aqueles que não tiverem a menor noção de ensino. Ou seja,

mesmo sem um prévio conhecimento nas matérias, todos os alunos matriculados tinham a oportunidade de estarem se formando no Lyceu Benjamin Constant.

Entretanto, pensava que o mais importante para esses trabalhadores fossem adquirir qualquer tipo de conhecimento, e fossem inseridos dentro das fábricas para o “saber produtivo”<sup>195</sup>, por isso, é fundamental analisar nesta Associação Promotora do Ensino, que era a responsável por implantar um sistema de ensino, no Lyceu de Artes Benjamin Constant fundado em 1891.

No governo provisório de Lauro Nina Sodré, Elson Luiz da Rocha Monteiro<sup>196</sup> destaca que esta Sociedade de ensino foi criada em 09 de julho de 1891. Também nas reflexões de Ignácio Moura, registra que o objetivo da Sociedade foi investir no ensino teórico e prático, sobretudo nas classes proletárias, na formação para o mercado de trabalho. E a ideia do governador era formar e qualificar dentro da Sociedade uma mão de obra preparada para o mercado industrial no Estado do Pará.

Desta forma as concepções político-educacionais republicanas, uma vez que, permite verificar as ideias do governo de Lauro Sodré, no sentido, da substituição de regime político da monarquia para com a entrada da República, pois, a formação desses trabalhadores jovens e adultos, muitas vezes não tinha acesso a uma educação de qualidade. Analisa-se que o tempo disponível que existia foi implantado pelo governador.

A instituição do *Lyceu Benjamin Constant* foi fundamental para a formação desses trabalhadores em adquirirem uma formação adequada para o mundo do trabalho. O governador foi comunicado numa quinta-feira à noite por meio de um telegrama, sendo-lhe informado da instalação de aula naquele momento: “*congratua-se convosco pela realização da patriótica instituição, devido aos vossos esforços. Concorrência enorme. Trezentos alunos matriculados – Gentil Bittencourt*”.<sup>197</sup> Além do mais, o Lyceu Benjamin Constant possui cerca de 45000\$000, dos quais quarenta convertidos em apólices da dívida do Estado, quatro contos recolhido a caixa econômica, sendo o excedente destinado à compra de mobília e a mais despesas necessárias e também o Congresso votou em seu benefício de 10.000\$000, e a sua despesa era de 400\$000 réis.

No *Jornal A República* de 1886, o intelectual positivista chamado Theófilo Braga registra que:

---

<sup>195</sup>ARAÚJO. Ronaldo Marcos de. A Educação Profissional no Pará. Belém, EDUFPA. 2007, p. 186.

<sup>196</sup>MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará na Segunda Metade do Século XIX em 1850-1900. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em História em 2014, p. 187.

<sup>197</sup>JORNAL: A Província do Pará em 29 de janeiro de 1892. No micro filme das obras raras do CENTUR.

*À medida que a educação pública se alarga, a indústria se multiplica, que as opiniões se racionalizam, os indivíduos adquirem um maior grão da sua consciência e procura afirmar por todas as formas a própria independência. É nessa fase de transformação que o Estado se imobiliza, concentrando a autoridade nos privilégios dinásticos, apoiando-se nas classes atrasadas, conservadoras por instinto, e embaraçando o progresso individual por uma regulamentação importuna e atrofiadora chamada a centralização administrativa.<sup>198</sup>*

Nesse cenário existiram outras Sociedades e preocupações de cunho civilizatório que contribuíram com as propagações das ideias positivistas. Uma delas foi dos “Estudos Paraenses”, que foi analisada na Revista de Estudos Paraenses. Esta Sociedade segundo Ignácio Moura<sup>199</sup>, que em suas reuniões no palácio do governo foi instalada definitivamente no dia 12 de Outubro de 1893, em comemoração ao aniversário da descoberta da América. Acrescenta ainda que na inauguração “o Presidente Exm. sr. Barão de Marajó enfatizou que tem por fim estudar todas as questões de sciencias e letras cuja a solução possa trazer qualquer desenvolvimento à futura Amazônia”. As publicações da Sociedade Paraense com relação à ciência e às letras eram divulgadas a cada três meses. Fazendo parte das instituições de caráter civilizatório de Lauro Sodré.

Observaram-se as leis às quais apresentaram em seus artigos os vencimentos, atribuições dos professores de música. Conforme o quadro abaixo:

#### **Instituto de Educandos de Artífices Paraenses**

Artigo: 1: o professor de música do Instituto de Educandos Artífices Paraense Vencimento mensal.	Ordenado: 1.600.000 réis. Gratificação: 800.000 réis.
Artigo: 2: A cadeira de música do Instituto Paraense.	Será provida efetivamente por concurso.
Artigo: 3: Os vencimentos marcados no artigo 1: da presente lei.	Só começará a ser pagos ao professor depois da nomeação do concurso, o qual recebeu-se com a máxima brevidade.
Artigo: 4: Revogam-se de reposição ao contrário.	
Mando, portanto, a todas as autoridades e assim o conhecimento e execução desta lei pertencerem o que fielmente a cumpram e façam cumprir. O Secretario do Estado a faça imprimir, publicar e correr.	
Palácio do Governo do Estado confere isto do Pará, 9 de janeiro de 1892, 4: da República.	

**FONTE:** Lei n 10 de 09 de janeiro de 1892.

<sup>198</sup>JORNAL: A República, 07/09/1886.

<sup>199</sup>MOURA, Ignácio. Estado do Pará: A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant, Belém, Imprensa na Typ do Diário Oficial, 1895, p. 43.

Muitos professores de música do Instituto tinham um vencimento e uma gratificação anual, mas que só poderiam exercer esta profissão quando os mesmos fizessem concursos para concorrerem para esses cargos, todavia percebe-se nesta lei que todas as reposições em contrário que o secretário publique, imprima e faça divulgar a todas as pessoas que queiram concorrer a este cargo e que se inscrevam dentro do período proposto. Neste sentido, as vagas para professor de música tinham as suas atribuições, ordenados e gratificações. Outra significativa lei de 1892<sup>200</sup>, que contribuiu para refletir-se sobre o governo provincial que foi o Lyceu Paraense, que declarava no primeiro artigo a dispensa de 18 meses de trabalhos letivos João Baptista Ferreira Penna, o qual está implícito a sua liberação.

### Lyceu Paraense

O Congresso do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei:	
Artigo 1: fica dispensado por espaço de 18 mezes, dos trabalhos lectivos do Lyceu Paraense;	O respectivo centro de Geometria e Trigonometria João Baptista Ferreira Penna.
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que fielmente a cumpram e façam cumprir.	
O Secretário de Estado á faça imprimir, publicar e correr.	
Palácio do Governo do Pará, 11 de agosto de 1892, assinado por Lauro Sodré. Sessindo de secretário assinado grifo Egidio Leão Salles.	

**FONTE:** Lei nº 32 de 11 de Agosto de 1892.

Acrescenta-se que nessa lei que muitos professores do Lyceu Paraense tinham algumas regalias, por exemplo, de se afastar por um período de 18 meses de função como professor, exemplo claro que observo neste momento é o do professor de Geometria e Trigonometria, neste sentido, fica claro a todas as autoridades que o governador quem liberou de suas funções e que a façam a cumprir, conforme sua autoridade.

Muitas das ações do governador do Estado do Pará foram importantes, uma vez que, analisa-se através da lei<sup>201</sup>, que contribui com uma Escola de Agricultura e uma Escola de Fazenda Agrícola, onde torna explícito que essas escolas terão um curso que contribuirão para esta formação, por isso, é necessário que se apresente quadro abaixo:

<sup>200</sup>PARÁ, Lei nº 32 de 11 de Agosto de 1892.

<sup>201</sup>PARÁ, Lei nº 53 de 27 de agosto de 1892.

### Escola de Agricultura e de Fazenda Agrícola

Autoriza o Governador do Estado a criar <b>uma Escola de Agricultura e uma Fazenda Agrícola</b> , onde julgar mais conveniente.	
Parágrafo Único:	A Escola terá um curso theorico com folheto e outro prático, ao qual ficará assim cada Fazenda modelo.
<b>Artigo 2:</b> O governo poderá despende com a fundação da Escola e Fazenda modelo:	Até a quantia de <b>trezentos contos de réis</b> cuja verba será consignada no orçamento de 1893.
<b>Artigo 3:</b> Revogam-se as disposições em contrário.	
Mando, portanto, <b>a todas as autoridades</b> a quem o conhecimento e execução desta lei, pertencerem, que fielmente a cumpram e façam cumprir.	
O Secretário de Estado, a faça imprimir, publicar e correr.	
Palácio do Governo do Estado do Pará, 27 de agosto de 1892, 4 da República. Assinado: Lauro Sodré Secretario Assinado Egídio Leão Salles	

**FONTE:** Lei número 56 de 29 de agosto de 1892.

Portanto, compreende-se que dentro da política educacional do governo de Lauro Nina Sodré, ampliava-se a profissionalização, criando Escolas que contribuíssem para a formação de pessoas que deveriam estar inseridos no mercado de trabalho. Nesse sentido, um exemplo claro é a construção de duas Escolas: uma de curso teórico e a outra de prática que ficaria responsável pela Fazenda Modelo. O governo de Lauro Nina Sodré fazia um investimento de até Trezentos contos na construção dessas escolas e o orçamento tinha sido aprovado em 1893, para a construção de uma biblioteca pública.<sup>202</sup>

O Governador Lauro Nina Sodré sempre em sua política educacional se preocupou com a profissionalização desses trabalhadores jovens e adultos, por isso, criou a lei,<sup>203</sup> onde autoriza a despende diversas importâncias com os serviços do Estado, especificamente no regulamento do Lyceu Paraense, onde mostra no quadro abaixo:

### Novo Regulamento do Lyceu Paraense

Approvo o Decreto n 417 de 28 de Outubro de 1891, que dá novo Regulamento ao Lyceu Paraense.	
O Congresso do Estado decretou e eu sanciono a lei seguinte:	
<b>Art:1:</b> Fica Approved o Decreto n 417 de 28 de Outubro de 1891, que dá novo Regulamento ao Lyceu Paraense, podendo o Governador parar as modificações precisas para accomodal-o ao Regulamento:	<b>Do Ginnasio Nacional</b> , afim de que possa esse Estabelecimento gosar das vantagens garantidas pelo Decreto nº 1389 de 21 de fevereiro de 1891 do Governo Federal.
<b>Art:2:</b> Revogam-se as disposições em contrário.	

<sup>202</sup>PARÁ, Lei nº 56 de 29 de agosto de 1892.

<sup>203</sup>PARÁ, Lei nº 57, de 30 de agosto de 1892.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem fielmente a cumpram e façam cumprir.
O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de Agosto de 1892, 4 da Republica. Assinado Lauro Sodré
Publicado nesta Secretaria do Estado do Pará, em 1 de Setembro de 1892. Assinado: Egídio Leão Salles.

**FONTE:** LEI nº 57, de 30 de agosto de 1892.

Analisa-se que o Governador estabeleceu um novo regulamento através do Decreto<sup>204</sup>, que dá novo Regulamento ao Lyceu Paraense, para a criação de um ginásio dentro do Lyceu paraense. Portanto, reflete-se *a priori* sobre a importância desta construção, pois, o próprio governador é quem assina por primeiro e segundo o secretário Egídio Leão Salles, uma vez que a maioria dessas leis educacionais o próprio secretário assinava em baixo, por isso, torna importante essas políticas educacionais dentro deste governo, o qual criaria depois da inauguração da República uma formação voltada sobre indústrias no Pará.

Em seus programas, o Governador Lauro Nina Sodré tinha uma preocupação muito grande para com todas as pessoas, de estarem formadas profissionalmente, as quais lhe permitiriam trabalharem nas indústrias de typografia, mecânica, ferreiro, etc... no Pará, entretanto dentro desta Lei,<sup>205</sup> percebe-se um certo apadrinhamento para com o diretor do Lyceu Paraense, o qual receberia seis meses de licença. Neste sentido, as reflexões do governador em apresentar através da lei uma licença ao diretor desta escola, e analisar que dentro desta instituição o próprio diretor tinha certas regalias por parte do governador do Estado. Reflete-se sobre certas medidas apresentadas pelo governador em relação ao diretor do Lyceu Paraense de conceder por seis meses a sua licença, todavia, não deixa claro, as justificativas desse afastamento. Assim, depreende-se que existia mais uma vez um laço político entre esses homens em relação ao processo de política educacional no Estado do Pará.

O próprio governador Lauro Nina Sodré equipara através da Lei<sup>206</sup> os vencimentos do professor de música da escola Normal aos das lentes do mesmo estabelecimento. Por isso, a importância em refletir o porquê desta equiparação em seus ordenados e gratificações para com os mesmos.

Na Escola Normal existia uma diversidade nos ordenados dos professores e também nos de lentes, por isso, reflete-se que com esta lei implantada pelo governador, tornaria equiparados todos os ordenados recebidos por estes professores. Portanto, é fundamental refletir sobre os

<sup>204</sup>PARÁ, Decreto nº 417 de 28 de outubro de 1891.

<sup>205</sup>PARÁ, Lei nº 66, de 30 de agosto de 1892.

<sup>206</sup>PARÁ, Lei nº 71, de 5 de setembro de 1892.

pensamentos positivistas apresentados pelo governador, uma vez que, valorizava o papel do professor no mesmo estabelecimento. Isto pode ser um caminho para compreender a importância na investida em 1892, em uma política voltada, às classes mais pobres, pois havia em seu plano de governo um discurso cientificista o qual declarava que era necessário implementar políticas voltadas que priorizassem esses conhecimentos, pois através das instituições governamentais, especificamente nas ciências. Nesse propósito, organizou um conjunto de instituições educativas, entre elas destacam-se o Museu Paraense, Liceu Paraense, a Escola Normal, Sociedade de Estudos paraenses, Sociedade Propagadora do ensino e a Biblioteca Pública. Por isso, Lauro Sodré buscava, através do seu programa, que essas instituições contribuíssem para a formação das classes mais pobres no Estado do Pará.

Conforme José de Arimateia Gouveia dos Santos.<sup>207</sup> Registra que:

*Nesse rol de obras há reforma do Instituto Paraense de Artífices em um suntuoso prédio para crianças pobres de todo o estado, o instituto do Liceu de Artes e Ofícios para público adulto, e para crianças “desvalidas” associação protetora dos órfãos e Colégio Nossa Senhora do Amparo.*

A visão de Lauro Sodré era tornar possível que as classes menos favorecidas tivessem oportunidades em se formarem, dependendo de suas idades em cada profissão voltadas para o mercado de trabalho. Além disso, esta formação técnica não oneraria o Estado, no entanto, também, não formaria um ser crítico em sua sociedade.

Conforme Santos<sup>208</sup> a ideia positivista de Lauro Sodré era justamente aumentar a mão de obra com uma formação técnica onde o salário seria menor. Todavia, a preocupação do governador era justamente em não formar um cidadão de nível superior, pois, na sua concepção aumentariam as despesas com os cofres públicos. Para tanto, o cidadão com o diploma superior iria compor um exército de funcionários, que, conseqüentemente aumentariam os gastos com os cofres públicos.

No Pará a ideia positivista era oferecer uma mão de obra qualificada, contudo sem impactos significativos de retorno à sociedade. Portanto, analisou-se no programa de Lauro Sodré, que a sua ideia era de manter um “*obstáculo ao progresso, e isto ocorreria somente por causa da insuficiência de um ensino técnico capaz de fazer amar cada um o ofício, que poderia*

---

<sup>207</sup>SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no Governo de Lauro Sodré (1892-1921). Anais eletrônicos do 15<sup>o</sup> Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016.

<sup>208</sup>IDEM. Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no Governo de Lauro Sodré (1892-1921). Anais eletrônicos de 15<sup>o</sup> Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia Florianópolis, Santa Catarina, de 16 a 18 de 2016, p. 06-07.

*eleger, os meios e as oportunidades*”.<sup>209</sup> Neste sentido, o fundamental para Sodré era manter sempre uma capacitação voltada para as classes mais pobres, e de um ensino técnico voltado às indústrias, pois, nas fábricas não exigia uma mão de obra com nível superior e sim com um ensino técnico, por isso, o programa de Lauro Sodré foi fundamental, pois a grande maioria da sociedade era analfabeta.

Entretanto, segundo Santos<sup>210</sup> “*Sodré possuía a crença que quanto mais instruída fosse uma população, melhor seria o desenvolvimento da nação*”. E nessa conquista, o país ou Estado estariam em condições de enfrentar as disputas de mercado internacional acirradas entre os povos modernos, por isso, o governador tinha uma visão muito estratégica, pois permitia pensar a formação como sendo fundamental, pois enfatiza que:

*A organização do ensino técnico, disse já alguém, não é uma simples questão de pedagogia, antes é uma questão vital para todos os povos modernos empenhados na luta travada no terreno da população e das permutas. Nos torneios, de que hoje se entretece o drama da vida das nações policiadas, a vitória há de caber aos mais aparelhados, isto é aos mais instruídos.*<sup>211</sup>

Nestes modos, o governo tentava tornar sempre possível uma capacitação aos trabalhadores, onde estariam inseridos no mercado de trabalho, uma vez que, permitia não só no estado do Pará, mais também em outras províncias e até mesmo no mercado internacional essa sua capacitação. Além do mais, Sodré tinha em mente as ideias positivistas de sua formação, o qual privilegiou algumas instituições que contribuiriam para esta capacitação, de tirar das ruas pessoas como jovens órfãos e desvalidos abandonadas, por todo o país, além disso, foi fundamental refletir nas concepções do governador em implantar instituições que contribuíssem para o programa do seu governo.

Conforme Selma Garrido Pimenta<sup>212</sup>, o governo implantou “*O Opherlinato Paraense, que foi criado pela Associação Protetora dos Órfãos, em Belém, e era mantido por associados e por doações*”, todavia, percebe-se que no decorrer do tempo esta instituição pediria ajuda à

<sup>209</sup>IDEM, *Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no Governo de Lauro Sodré (1892-1921)*. Anais eletrônicos de 15<sup>o</sup> Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia Florianópolis, Santa Catarina, de 16 a 18 de 2016, p. 24.

<sup>210</sup>IDEM. *Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no Governo de Lauro Sodré (1892-1921)*. Anais eletrônicos de 15<sup>o</sup> Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia Florianópolis, Santa Catarina, de 16 a 18 de 2016, p. 07.

<sup>211</sup>IDEM. *Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no Governo de Lauro Sodré (1892-1921)*. Anais eletrônicos de 15<sup>o</sup> Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia Florianópolis, Santa Catarina, de 16 a 18 de 2016, p. 06-07.

<sup>211</sup>SODRÉ apud SANTOS, 1892, p. 24.

<sup>212</sup>PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Saberes Pedagógicos e Atividade Docente*, 2012, p. 30.

Intendência Municipal de Belém. Além disso, Pimenta <sup>213</sup> enfatiza que *“no ano de 1900, os recursos arrecadados passaram a ser insuficientes para manter a instituição, e o principal representante colaborador na época, seria o intendente Antônio José Lemos”*. Diante disso, analisou-se que mesmo sendo opositores, politicamente, Lauro Sodré e Antônio Lemos buscavam inserir e dar oportunidades a esses órfãos desvalidos da sociedade.

Acredita-se ser importante reconstruir a definição desta instituição, pois, segundo Houaiss,<sup>214</sup> a palavra “orfanato”, em seu Dicionário da Língua Portuguesa, significa *“estabelecimento assistencial, público ou particular, que tem por finalidade abrigar e educar órfãos, ou crianças abandonadas”*. Ou seja, analisa-se *a priori* que no decorrer do tempo, que a assistência vai se transformando conforme as necessidades dos seres humanos, especificamente desde a idade média. Neste sentido, Pimenta apud Marcílio compreende que *“que durante a Idade Média a preocupação com o destino das crianças ‘enjeitadas’ passou a ser institucionalizada, de forma que os mosteiros passaram a aceitá-las, para que seguissem a carreira sacerdotal”*.<sup>215</sup>

No governo de Lauro Sodré analisou-se a preocupação em criar estas instituições, com o intuito de tirar das ruas essas crianças, pois segundo Pimenta<sup>216</sup>, que *“com o passar dos anos, os orfanatos foram ganhando novas configurações e passaram não só a abrigar crianças como também a educá-las para um ofício, e no caso das meninas, para serem ‘boas mães’ e excelentes ‘donas de casa’*. No Pará, *“Em 1804, foi criado o Recolhimento das Educandas pelo bispo Manoel de Almeida Carvalho. A instituição objetivava amparar e educar meninas índias. Além disso, passou a proteger e educar meninas órfãs, pobres e desvalidas”*. No decorrer do tempo, observou-se que essas instituições vão se transformando em acolher essas crianças desamparadas. Neste sentido, destacava-se o Orphelinato Paraense o qual era mantido por associados e por doações, por isso, nesse primeiro momento não se caracterizava como público, nem como privado, mas como uma instituição filantrópica sem fins lucrativos.

De acordo com Pimenta<sup>217</sup> compreende que, *“a Associação Protetora dos Órfãos, no Relatório da Intendência Municipal de Belém, publicado em 1902, fundou o “Orphelinato Paraense”, no dia 13 de maio de 1893. Ele foi instalado em 15 de agosto do mesmo ano e, em 1906 tornou-se Orfanato Antônio Lemos. Tal associação era composta por membros associados*

---

<sup>213</sup>IDEM, 2012, p. 30.

<sup>214</sup>HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Ed. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia: RJ, 2009, p. 473.

<sup>215</sup>PIMENTA apud MARCÍLIO: Saberes Pedagógicos. 2012. P. 30.

<sup>216</sup>PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente, 2012, P. 31.

<sup>217</sup>IDEM, (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente, 2012, P. 32.

que, por meio de doações e trabalhos voluntários, atuariam em prol dos órfãos e dos desvalidos de Belém. No *Jornal A Província do Pará* de 1893, segundo Selma Garrido Pimenta<sup>218</sup>, que a Associação Protetora dos Órfãos “é uma sociedade cuja iniciativa pertence ao honrado governador Lauro Sodré e foi fundada no dia 13 do corrente, podemos desde já chamá-la filantrópica tal o fim a que se destina”. Além do mais, a criação desta instituição foi fundamental, pois, Pimenta<sup>219</sup>, afirma que “para criar a Associação Protetora dos Órfãos, o jornal<sup>220</sup> relatou que foi distribuída uma circular, dirigida ao grande número de cidadãos reconhecidos por seu espírito protetor para que viessem a fazer parte da Associação como sócios”. Nas palavras do Governador “Cabia a eles contribuir mensalmente com uma quantia em favor dos pobres e desamparados. Portanto, passaria uma “folha circular que deveria ser preenchida e em seguida entregue no palácio do governo”. Além do mais, os sócios contribuiriam para essas pessoas mais pobres e desamparadas.

Conforme o governador Lauro Nina Sodré em sua justificativa sobre a criação e colaboração dessas pessoas mais pobres e desamparadas foi fundamental e importante, pois:

*Bem sabeis que só pela cultura da inteligência e pelo trato esmerado do coração pode o homem, no seio da coletividade, em que vive, ser um elemento realmente útil à sociedade. E nas nações regidas pelo sistema político republicano, que dá ao povo o direito de governar-se, é de necessidade primordial incutir nos espíritos a grande verdade da ciência, os sagrados princípios da moral, sob cujo benefício influxo podem se formar sólidos caracteres, cidadãos capazes de compreender e defender os direitos inamissíveis que a Constituição e as leis lhe asseguram.*<sup>221</sup>

O governador queria que as pessoas tivessem igualmente uma inteligência através da cultura, e que estava de encontro com a constituição que estabelecia a inteligência, a coletividade e útil à sociedade, por isso, todos que se sentissem abraçados por esta causa, deveriam preencher e entregar ao palácio do governo por meio de uma circular, onde poderiam contribuir com esta instituição.

Segundo Selma Garrido Pimenta<sup>222</sup> considera que o Orphelinato Paraense era necessário a preparação do homem e a mulher para estarem inseridos e livres em sua sociedade, nesse

<sup>218</sup>IDEM, (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente 2012, P. 32.

<sup>219</sup>IDEM, (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente 2012, P. 35.

<sup>220</sup>O JORNAL: A Província do Pará de 10 maio de 1893.

<sup>221</sup>SODRÉ in A PROVÍNCIA DO PARÁ, 10 de maio de 1983, P. 1.

<sup>222</sup>PIMENTA, Selma Garrido (ORG.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente, 2012, P. 35.

sentido, fora importante que esta aprendizagem fosse conforme o que estabelecia a constituição da República. As palavras do governador que esta instituição colocassem os ideais em prática, uma vez que, seguia pela filosofia de Augusto Comte. E era necessário controlar as órfãs e de fazê-las úteis à própria sociedade.

No jornal Caridade<sup>223</sup> registra que através de um documento é um meio de comunicação que permite analisar todas as informações, pois o jornal é um meio que informa e esclarece a sua opinião. Desta forma Michel Foucault,<sup>224</sup> aponta que “*compreende a interpretação do documento como um discurso. Nesse sentido, as fontes não se propõem apenas a transmitir informação, mas também se constitui um produtor de sentido*”. A análise e a reflexão permitem formar opiniões através dos documentos, cientificamente, pois a busca por essas fontes contribuirá para o objeto da pesquisa.

De acordo com Ernesto Cruz<sup>225</sup>, as informações vindas dos jornais são por pessoas que vivenciam e escrevem para a mídia e informam pelos jornais os seus temas, fatos, personalidades, além disso, informa para todas as classes da sociedade. No jornal do Orphanato queria informar ou reforçar na sociedade paraense a ideia sobre a importância de se construir um espaço para amparar e educar órfãs.

O governador Lauro Nina Sodré acompanhava muitas informações vindas da Europa, pois em suas palavras das instituições da França, analisou na guerra em 1870, o qual arrojou milhares de crianças à orfandade, e que perderam na guerra os seus pais, por isso, aderiu como sócios dessas crianças, o qual permitiria de certa forma minimizar que fossem para as ruas. No jornal A Província do Pará<sup>226</sup>, informou que com o intuito de conseguir sócios para compor a Associação Protetora dos Órfãos argumentava a importância que existiam que muitos órfãos existentes no Brasil e no mundo necessitavam inserir-se nessa instituição, pois permitiria uma vida mais digna e mais controlada pela Província do Pará.

Os documentos permitem analisar que com a mesma finalidade foi criada a Associação Protetora dos Órfãos, onde o jornal A província do Pará,<sup>227</sup> anunciava que todas as pessoas podem ajudar e contribuir com esta instituição do Orphanato Paraense, pois se inscrevem sendo membros da Associação Protetora dos Órfãos e que logo em seguida teria uma reunião prévia, no dia 11 de maio, no horário noturno na sala do palácio do governo.

---

<sup>223</sup>O JORNAL. Caridade, 1893, P. 6.

<sup>224</sup>FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves – 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

<sup>225</sup>CRUZ, Ernesto. Governo do Estado do Pará. As Obras Públicas do Pará, 2011, P. 37.

<sup>226</sup>JORNAL: A Província do Pará, de 07 de setembro de 1893, P. 3.

<sup>227</sup>JORNAL. A Província do Pará, de 11 de maio de 1893, p. 2.

De acordo com Sodré que a diretoria provisória da Associação da qual fazia parte como presidente o Dr. José Henrique Cordeiro de Castro, como secretários ficaram Phileto Bezerra e Dr. Bento Miranda, e compondo o conselho administrativo estava Dr. José Paes de Carvalho, A. Berneaud, Dr. Theotonio de Brito, capitão E. Ponte, Dr. Paes de Andrade, Antonio Pinho, Dr. F. Hardmann, Leandro campos, Emilio Martins e Visconde de São Domingos. Neste sentido no dia 19 de maio passou a ser anunciado o valor das mensalidades de 1\$000 (mil réis), que poderiam ser pagas em período trimestral ou, um valor único de 100\$000 (cem mil réis), pelos sócios. Além disso, que a previsão de instalação do Orphelinato estava marcada para o dia 15 de agosto e seria adiantado por força do governador.

Conforme Leticia Pantoja “*A sociedade belenense estava ansiosa e esperando esta instituição de caridade, pois, passou a receber doações de várias partes do Estado para que fosse inaugurado e que pudesse imediatamente receber as meninas desamparadas*”.<sup>228</sup> Por isso, destacavam-se as pessoas que contribuíam com esta instituição, pois entre eles estavam os comerciantes, os políticos, os médicos, os grandes proprietários da borracha, artistas famosos. Neste sentido, torna importante relatar que todas as pessoas que contribuíssem tinham os seus nomes publicados nas páginas do jornal A Província do Pará, que de certa forma, as pessoas queriam ser bem vistas pela sociedade, para além disso, muitas dessas pessoas tinham apadrinhamentos com o governador, e os seus nomes eram colocados na mídia do *Jornal A província do Pará*.

No *Jornal A Província do Pará* anunciava em suas páginas as várias doações vindas de todo o Estado, bem como feitos curiosos como o de Paulino de Brito e o do maestro Gama Malcher que encarregaram de compor um Hino, com o propósito de que as Órfãs no dia da inauguração pudessem pedir bênçãos para os seus protetores. No entanto, não se encontraram nas fontes da letra do hino, a autoria dos referidos autores, mas no jornal *A Província do Pará*<sup>229</sup> traz um poema de autoria de Paulino de Brito dedicado às órfãs, onde declara que: “*Senhores, neste momento, a ideia que nos consagra é a liga do sentimento contra um déspota – a desgraça: há no mundo uns entesinhos sem lar, sem pão, sem carinhos, sem pais e sem mães também. Além do mais, nos batem chorando à porta: quem tem a fibra de tão morta que lhe*

<sup>228</sup>PANTOJA, Leticia Souto. *Trilhos, Veios e Caminhos da Cotidianeidade das Camadas Populares de Belém*, Tese de doutorado. São Paulo, 2015. A pesquisa discute alguns grupos, dentre o expressivo segmento de trabalhadores pobres urbanos, entreteceram práticas de apropriação e de uso dos espaços cidadão, a partir das quais forjaram suas identidades sociais no contexto de uma cidade que se metropolizava, ao mesmo tempo em que convivia com o fastígio de um dos setores mais importante da economia local, o dos negócios de exportação da borracha nativa.

<sup>229</sup>JORNAL: A Província do Pará de 10 de fevereiro 1895, P. 2.

não abra? Ninguém!”. Portanto a importância que todos podem corroborar para com esta instituição, ajudando essas crianças desamparadas e nas ruas.

De acordo com Pimenta conceitua que *“havia nesse período uma forma de pedagogia cívica, com o objetivo de fazer com que os cidadãos legitimassem as instituições republicanas, e era “uma tentativa de criar um imaginário republicano na sociedade paraense”*<sup>230</sup>. Por isso, a importância da declaração de Selma Garrido Pimenta pois:

*Utilizar essas estratégias de inaugurar monumentos e realizar eventos nas datas significativas para o regime republicano, como ocorreu com o Orphelinato, pode ser entendido como um recurso estratégico utilizado por Lauro Sodré, adepto das ideias republicanas, na época governador, e o criador da Associação Protetora dos Órfãos.*

Neste sentido, lembrar sempre das pessoas desses feitos significativos no governo, pois a memória estaria sempre viva para qualquer acontecimento, pois permitia nas pessoas que o governador cumpria e sensibilizava outros a ajudarem as pessoas mais pobres e desvalidas da sociedade no estado do Pará. Além disso, as palavras do governador do Estado registram que *“...comemora hoje o grandioso acontecimento político, em virtude do qual a antiga Província aderiu ao brado – Independência ou morte repercutido no Ypiranga”*. Os quais *“as festas consagradas a essa patriótica comemoração alia-se ao fato da inauguração do Orphelinato Paraense, caridosa instituição cuja iniciativa partiu do ilustre Governador do Estado Lauro Sodré”*<sup>231</sup>. E a festa de inauguração do Orphelinato Paraense que ocorreu na Avenida São Mateus, nº 102, atual Padre Eutiquio, esquina com a Rua Santo Amaro, no dia 15 de agosto de 1893, às 9 horas da manhã, e que em seguida funcionou na Rua dos Mundurucus, número 30. Além disso, a sua diretoria foi composta por um diretor, um tesoureiro e um secretário, que eram Dr. José H. Cordeiro de Castro, Manoel Ignácio da Cunha e Euclides de Farias. E o prédio que iria comportar os espaços e formidáveis acomodações, e de um pátio com árvores frutíferas.

Conforme Pimenta<sup>232</sup> compreende que *“Não foi possível saber quem era o real proprietário do prédio onde alojava o Orphelinato, no entanto, as fontes apresentam dados que demonstram que os espaços para funcionamento do Orphelinato eram alugados”*, e que no decorrer o prédio foi para a Vila de Santa Izabel. Analisou-se nas fontes que não foi encontrado o valor exato do aluguel, mas que se tornaria um prédio próprio em Santa Izabel.

<sup>230</sup>PIMENTA, Selma Garrido (ORG.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente, 2012, p. 43.

<sup>231</sup>JORNAL: A Província do Pará, 15 de agosto de 1893, P. 1.

<sup>232</sup>PIMENTA, Selma Garrido (ORG.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente, 2012, p.44.

De acordo com Pimenta<sup>233</sup> esta instituição almejava instalar outras dentro da instituição de caridade. Contudo o Orphelinato Paraense, no destacado no jornal A Província do Pará<sup>234</sup> que “*acha-se inaugurado nesta cidade o primeiro dos asilos de órfãos desvalidas, a Associação Protetora dos Órfãos que pretendia estabelecer nesta cidade*”. Portanto, as ideias positivistas do governador Lauro Nina Sodré estavam se consolidando em suas políticas educacionais, e ao mesmo tempo, que corroborava tirando das ruas essas crianças da miséria e permitia ao mesmo instante um controle por meio da ordem e garantia literalmente a constituição do Estado.

Referindo-se a esta instituição refletir sobre o Estatuto a ser criado pelo Decreto Federal<sup>235</sup>, o qual regulava a organização das associações que viessem a serem fundadas para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição. No artigo primeiro o referido decreto instituía que “*as associações que se fundarem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos, ou de simples recreio, poderão adquirir individualidade jurídica, inscrevendo o contrato social no registro civil da circunscrição onde estabelecerem a sua sede*”, nesse sentido o decreto visava ter o controle dos vários tipos de instituição e essas por sua vez, ao serem registradas, tornar-se-iam legítimas.

No segundo artigo a inscrição far-se-á vista do contrato social, compromisso ou estatutos devidamente autenticados, os quais ficarão arquivados no registro civil. Assim, torna fundamental registrar a Associação Protetora dos Órfãos e do Orphelinato, onde estes deveriam possuir uma lei. No terceiro artigo a denominação, para fins de associação do instituto, foi importante que a associação fosse administrada ativamente e passivamente em juízo, as quais essas relações para com terceiro e os membros respondessem ou não subsidiariamente pelas suas obrigações como representantes da associação e contraíssem em nome da instituição.

---

<sup>233</sup> IDEM, Saberes Pedagógicos e Atividade Docente, 2012, P. 45.

<sup>234</sup>JORNAL: A Província do Pará, de 17 de agosto de 1893, P. 3.

<sup>235</sup>PARÁ, Decreto Federal de nº 173 de 10 de setembro de 1893.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do primeiro governo de Lauro Nina Sodré, de 1891 a 1897, vem sendo apresentados documentos em relação à formação dos trabalhadores, com o intuito de comprovar, através da criação de uma Sociedade Propagadora de Ensino, a qual criou uma instituição noturna para essas pessoas que buscavam a formalização de uma profissão: marceneiro, tipógrafo, mecânico, alfaiate, enfim, que buscavam estarem inseridos no mercado industrial, uma vez que muitas áreas estavam sem este profissional. Por isso, o governador em sua formação, já se tinha esta preocupação de criar esta associação, pois, contribuiria para os alunos do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant em estarem limitados em uma formação profissional, para além disso, estariam inseridos no mercado industrial. Nesse sentido, mostraram-se nesta pesquisa, através dos documentos: fontes, relatórios, revistas, fotografias, jornais, que esta formação profissional partiu de um programa apresentado pelo então candidato Lauro Nina Sodré.

Diante destas situações o governador Lauro Nina Sodré sabia que era necessária a entrada da República, pois, possibilitaria uma melhor educação para a sociedade mais pobre, e teriam mais oportunidades de formação, por meio do programa apresentado pelo governo da província do Pará.

A busca por esta formação profissional evidencia que os alunos teriam que matricular-se para terem a possibilidade de melhoria de vida, talvez sob diferentes expectativas. O *Jornal de A Província do Pará*, em 05 de novembro de 1895, registra que se matricularam no estabelecimento de instrução 280 alunos, sendo 156, no curso primário e 124 no curso secundário. Ou seja, naquele ano de 1895, a instituição aderiu, além da formação profissional, o ensino secundário, com 59 alunos. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que no decorrer do tempo muitos alunos do *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant* tiveram também a oportunidade de se formarem no ensino secundário, caso desejassem.<sup>236</sup>

Os trabalhadores precisam entender que esta formação torna possível, depois de seis anos, uma profissionalização, que os coloca em atividade prática dentro das fábricas, e os conhecimentos e as atividades adquiridas, podem ser utilizados em seu cotidiano profissional. Para além disso, o conhecimento adquirido em formação torna possível que esses trabalhadores, jovens e adultos, atuem e tenham um emprego na indústria provincial do Pará.

---

<sup>236</sup>JORNAL: A Província do Pará de 5 de novembro de 1895.

É importante enfatizar que a partir dos documentos de relatórios, de revistas, de jornais, de mensagens do governador, além dos referenciais de livros, de dissertações e de teses, foi possível que se investigasse e se entendesse sobre o processo de criação, propostas curriculares, argumentações políticas e sobre a identificação de alguns professores e alunos do *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant*.

Portanto, o estudo apresenta que esses indivíduos que já trabalhavam nas indústrias, teriam que se matricular nesta instituição do *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant*, onde poderiam ter uma formação, para estarem preparados e inseridos como verdadeiros profissionais dentro das indústrias. Conforme Monteiro, foi a abolição da escravatura que representou, no dizer de muitos, a mais importante revolução social ocorrida no Brasil, pois foi a única que mudou o modo de produção e as relações de trabalho, e de modernidade que vigoraram ao longo do século XIX.<sup>237</sup>

De acordo com Lauro Nina Sodré era necessário que em 1891 procurasse mostrar as benesses políticas naquele atual momento, por isso em sua mensagem compreendia que:

*Somos um grande Estado, que hoje, na posse de sua autonomia e gerindo-se ao seu alvedrio, vê rasgado de si uns grandíssimos horizontes, e desenhada a perspectiva de um futuro de propriedades imensas. (...) Consigamos nós moralmente subir às eminências do nível das criações da natureza, saibamos proficuamente utilizar as nossas forças, e é certo que podemos rever para o Estado do Pará em um futuro não remoto, uma situação das mais prósperas e das mais felizes. Para encetar essa vida nova não devem saltar nos infundados receios de que possam periclitir as instituições políticas vigentes. (...) A lei da persistência faz que ainda, sob a República, subsistam como triste legado do cahido regimen, vícios e abusos, que só o evoluer dos tempos conseguirá eliminar. Tenhamos, porém, fé nas instituições vigentes, a cuja sombra se vão educando as novas gerações.*<sup>238</sup>

A mensagem do governador apresenta que o fundamental do período era a mudança de regime, pois era a única saída de modificação para uma vida nova. Por isso, é importante que se analise a formação dos trabalhadores jovens e adultos, como fundamental para a melhoria do Estado do Pará, uma vez que a mão de obra qualificada era importante para os grandes proprietários de fábricas, além disso, muitos desses proprietários eram sócios efetivos da Sociedade Propagadora de Ensino, que contribuíram mensalmente com mil réis para a criação

<sup>237</sup>MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará na Segunda Metade do Século XIX em 1850-1900. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em História em 2014, p. 258.

<sup>238</sup>PARÁ: Mensagem de Lauro Sodré de 1891. P. 12-13.

do Lyceu Benjamin Constant e que os nomes dos mesmos eram colocados, diariamente, no *Jornal A Província do Pará*.

Não obstante, no programa de gestão do primeiro governo de Lauro Nina Sodré fica clara a sua prioridade em relação a uma política educacional republicana, que possibilitasse às classes menos favorecidas um caminho de formação. Nesse sentido a ênfase principal do seu projeto educacional foi a formação para a classe operária, uma vez que a incorporação do proletariado representaria um dos elementos que contribuiriam para a consolidação do regime republicano.

Contudo, não se deixa de refletir sobre a possibilidade de muitos outros estudos voltados a este primeiro governo, pois se acredita que esses alunos que se formaram contribuíram em sua formação profissional para uma mão de obra qualificada nas indústrias em Belém do Pará. Para além disso, tem-se um exemplo claro desta escola noturna, o aluno Manoel Simplício que, mesmo trabalhando o dia todo como ferreiro, estudava à noite, e se formou no Lyceu Benjamin Constant e também no ensino secundário e/ou superior.

Portanto, a pesquisa analisou que a formação no *Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant* possibilitou às classes de operários e trabalhadores, a saída para uma formação e seguimento para o ensino superior. Entretanto, a própria instituição que formava não queria que os trabalhadores tivessem uma formação crítica para o ônus do governo. E ficou comprovado, através dos documentos, que em todos os anos a disputa por essa vaga era muito concorrida, uma vez que a necessidade desta mão de obra contribuiria para o mercado de trabalho.

Saliente-se que esta pesquisa é apenas o começo para novas pesquisas no âmbito do primeiro governo de Lauro Sodré, em Belém do Pará.

## **FONTES PESQUISADAS**

### **REVISTAS:**

**A Escola:** Revista Oficial de Ensino, Belém, publicação mensal, 1900, 129p.

**A Escola:** Órgão dos Alunos da Escola Normal, ANNO I, Num 5, Pará, Belém, i de Agosto de 1892.

**A ESCOLA:** REVISTA DO PROFESSORADO DO PARÁ, Diretoria Geral da Educação e ensino Público. PAULINO DE BRITO, ANNO I, 1934, P. 123.

**A Revista da Época,** Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1905.

**Educação e Ensino:** anno III – Vol. III – nº 09, setembro de 1893.

**Educação e Ensino:** publicação mensal, anno I, nº I, julho de 1897.

**História:** A França nos Trópicos In Carvalho, organizada por Luciano figueiredo – Rio de Janeiro: sabin, 2009.

\_\_\_\_\_: A Era da Escravidão In Albuquerque, organizada por Luciano figueiredo – Rio de Janeiro: sabin, 2009.

### **JORNAIS:**

A Província do Pará. Belém: Typographia do Futuro, 1893;

A Província do Pará de 8 de março de 1896.

CARIDADE. Belém: Corporação Artística do Sr. Tavares Cardoso e Cia, 1893.

Tribuna Operária, anno I, Brazil – Estado do Pará, Domingo, 10 de julho de 1892. Nº 68. Ignácio Moura.

Crônicas dos Jovens de 1886: A Origem dos fundadores da Primeira Escola de Engenharia do Pará. Imprensa Oficial do Estado do Pará. 2009, P. 14.

Correio Paraense, quinta-feira, de 19 de outubro de 1893, número 434. Diário noticioso, comercial e literário.

O Diário de Notícias, de terça feira, 21 de janeiro de 1896.

O Democrata, quinta feira, 11 de fevereiro de 1892.

Folha do Norte de domingo, 24 de janeiro de 1897.

### **LEIS:**

**BRASIL.** Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm). Acesso em: 25/04/ 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição (1891). Legislação da Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Constituição Federal. Pelotas e Porto Alegre, RS: Techenique& irmão editores - livraria universal, 1896.

\_\_\_\_\_. Lei de nº 173 de 10 de setembro de 1893. Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científico, artísticos, políticos ou de simples recreio. Capital Federal, 10 de setembro de 1893, 5º da Republica. Disponível em: [arisp.files.wordpress.com/.../lei-173-de-10-de-setembro-de-1893.pdf](http://arisp.files.wordpress.com/.../lei-173-de-10-de-setembro-de-1893.pdf). Acesso em: 05/03/2012.

**PARÁ.** Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.

**OFICIAL,** Diário. Em 24.02.1891.

**PARÁ,** Governo Republicano do Estado, 1891, p. 318.

**PARÁ,** Governo Republicano do Estado, 1891, p. 329.

**PARÁ,** Leis, actos e Decizões do Governo do Estado do Pará, 1894, p. 236.

#### **MENSAGENS:**

MENSAGEM DE SODRÉ; documentos, 1893.

\_\_\_\_\_; documentos, 1894.

\_\_\_\_\_; documentos, 1895.

\_\_\_\_\_; documentos, 1896.

Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré. Governador do Estado em 1º de julho de 1892, p. 28.

Mensagem do Governador, Julho de 1894, p. 27-28.

#### **OBRAS RARAS DO CENTUR NOS MICROFILMES:**

O Jornal A província do Pará, quinta feira, 02 de abril de 1891.

O Jornal A Província do Pará em 14 de fevereiro de 1892.

O Jornal A Província do Pará de 3 de agosto de 1892.

**RELATÓRIOS:**

**PARÁ.** Relatório do Governo da Província do. Falla como Exm.º Sr. Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléa Legislativa da Província do Gram-Pará em 16 de junho de 1879, p. 6.

**PARÁ,** Relatório de Instrução Pública apresentado ao Governador Justo Leite Chermont, pelo Diretor Geral de Instrução Pública José Veríssimo, 1890. Typ. De Tavares Cardoso & Comp. 29-travessa de S. Matheus-29, 1891, disponível na Biblioteca Arthur Viana, Setor de Obras Raras. Códice de registro 37(811.5)047.

**A ABOLIÇÃO,** 13.6.1888, Transcrito em Sodré, 1896, P. 267-273. O Manifesto Republicano do Pará de 7 de setembro de 1888, Resumido em Sodré, L. 1896, P. 35-37).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, José Coelho da Gama e. **A Amazônia: As províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil**. Lisboa: Tipografia Minerva, 1883, p.120.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A Educação Profissional no Pará**. Belém: EDUFPA, 2007.

\_\_\_\_\_, As Novas “**Qualidades Pessoais**” Requeridas pelo Capital. Revista Trabalho e Educação, Belo Horizonte: NETE/UFMG, N 5, jan/jul. 1998.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. 5. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

APPLE, Michael. **Trabalho Docente e textos: economia política das relações de classe e de Gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: **Uso e mau uso dos arquivos** – In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo. Contexto, 2005.

BARROSO, Wilson da Costa. **Educação e cidadania e cidadania no republicanismo paraense: a instrução pública primária nos anos de 1889 – 1897**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Belém, 2006.

BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

BARROS, Jônatas Barros e. **A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930)**. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2010.

BIRN, Anne-Emanuelle. Child health in Latin America: **historiographic perspectives and challenges**. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**. vol.14 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2007.

\_\_\_\_\_. O Nexo Nacional-Internacional na Saúde Pública: o Uruguai e a circulação das políticas e ideologias de saúde infantil (1890-1940). In: **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v.13, n.3,p.675-678. Jul/set. 2006.

BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo. Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996. Encycropédia.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República No Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. **Estudos Avançados**. V. 5, nº 11, p. 173-191, 1991.

COELHO, Alan Watrin. **Ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. **BARÃO DE MARAJÓ: Um Intelectual e Político entre a Amazônia e a Europa (1855 – 1906)**. Tese de doutorado apresentado no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Pará em 2015.

COIMBRA, Coimbra. **Crônicas dos Jovens de 1886: A Origem dos fundadores da primeira Escola de engenharia do Pará**. Belém, Gráfica da Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2009, P. 14).

COSTA, Edivando da Silva, **Civilizar a Nação pela Instrução Pública: formação de professores e ensino primário no Pará em (1891 – 1909)**, em Belém, 2015.

CRUZ, Ernesto. **Governo do Estado do Pará: As Obras Públicas do Pará**. Volume I, 1967.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata – São Paulo**: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999, p. 50. O presente trabalho procura contribuir para a história de Manaus, identificando a representação dos igarapés, durante o seu primeiro processo de urbanização, acontecido quando do favorecimento econômico da borracha, entre os anos de 1880 e 1915.

DIDEROT, D. D’ALEMBERT, J. Enciclopédia ou dicionário raciocinado das ciências das artes e dos ofícios. **Por uma sociedade de letrados**. São Paulo: Editora UNESP, 1989. P. 52-53.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves – 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Niterói, 2005. (Doutorado). Departamento de História. Universidade Federal Fluminense.

\_\_\_\_\_. **O Alvorecer da República no Pará**. Belém: Açaí, 2008.

FRANÇA, Maria do P.S. G. de Souza Avelino. (1997): Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: **O Liceu Paraense – 1840/1889**. Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas. SP.

FRANÇA, M.; FRANÇA, S. Colégio Nossa Senhora do Amparo: **casa de oração, educação e trabalho**. Revista HISTEDDBR. Campinas, p. 175-186, outubro. 2011.

FRANÇA, N. F. **A história da educação física no ensino primário no Estado do Pará (1889-1900)**. Dissertação (Mestrado em educação). 2012. Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

FRANCO, Maria Laura P. B. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 3 ed. Rio, J. Olympio, 1974, 2v.

FREIRE E SCHOR, Ira. **Medo e Ousadia** – O Cotidiano do Professor, tradução de Adriana Lopez; técnica de Lólio Lourenço de Oliveira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GAL, Roger. Coleção “Saber Atual; In: **A História da Educação**. Difusão Européia do Livro, rua Marques de Itu, 79. São Paulo, 1954.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Quaderni del carcere**. 4 v. Torino: Einaudi, 1975.

GROBE, Cristiana Maria Petersen. Manaus e seus Garapés: **A construção da cidade e suas representações** (1880-1915) Dissertação de Mestrado apresentada em 2014. Apud Edineia Mascarenhas Dias. A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914 – 1991), p. 13.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**: tradução Cid Knipel Moreira – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Ed. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia: Rio de Janeiro, 2009.

IBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo, Cortez, 2000. (Coleção Questões da nossa Época; v. 77).

LACERDA, Franciane Gama. **Educação para o trabalho e para a civilização no Pará da virada do século XIX para o XX**. Faculdade de História/UFPA. PIBID/CAPES. Belém. 2010. Disponível em: [HTTP://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada9/files/mqb3foxz.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/files/mqb3foxz.doc). Acesso em 26/03/2014.

LE GOFF, J. **Documento/Monumento**. In: Enciclopédia Einaudi: Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v. 1 (Memória – História).

LIMA, Cacilda Comássio. **Educação para o Trabalho**: A Escola Profissional de Franca (1924-1970). Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, campus Franca, 2007.

LUNA FREIRE, Maria Martha; LEONY, Vinícius da Silva. **A caridade científica**: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). Hist. cienc. saúde-Manguinhos vol.18 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2011.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, K. **O capital** – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MASETTO, M. T. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo, 2003.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. 2007.

MENDES apud BENJAMIN CONSTANT, 1936, p. 18-19. IMPRENSA NACIONAL, RIO DE JANEIRO. (Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República Brasileira) em Obras Raras.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.  
\_\_\_\_\_, Educação, Qualificação Profissional e o Desafio do trabalho. In: O Emprego na Globalização. São Paulo: Bom Tempo, 2001.

MORAES, Barbara Danielle Damasceno. **Vilas, “Logares” e Cidades: A História da Educação Rural do Pará na Primeira República de 1889 A 1897**. (Dissertação de mestrado apresentada em 2013, no programa de pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Pará).

MORAES, Felipe Tavares de. **Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os sentidos de uma concepção político educacional republicana**. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará na Segunda Metade do Século XIX em 1850-1900**. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em História em 2014, p. 187.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. **Guerras e Batalhas: Revista História da Biblioteca Nacional: In Órfãos do Ódio**, 2009, p. 48-53.

MOURA, Daniela de Almeida. **A República Paraense em Festa**. (1890 a 1911). Dissertação de Mestrado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2008.

MOURA, Ignácio. Estado do Pará: **A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant**, Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895.

MOURÃO, Leila. Memória da Indústria Paraense, 1987. FIEPA.

NAGLE, Jorge. (1976). **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU: Rio de Janeiro: FENAME.

NUNES, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves. Tese de doutorado defendida em 2017.

OLIVEIRA, A de Almeida. **O Ensino Público**. São Luis: s.n, 1874.

PANTOJA, Leticia Souto. **Trilhos, veios e caminhos da cotidianidade das camadas populares de Belém**, Tese de doutorado. São Paulo, 2015.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições, 1889-1930**, DIFEL, Rio de Janeiro-São Paulo, 1978.

PIRES, Roberto Scalercio. **Fragmentos da Vida “justa e perfeita”** de Lauro Sodré. 2017. Gráfica e Editora Express Ltda. ME. Vilhena.RO, P.637.

RIBEIRO, Vera Masagão. **As Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cad. CEDES vol.21 no.55 Campinas Nov. <http://dx.2001doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto**. A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História. Rio de Janeiro, março de 2004.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação Brasileira**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSSEAU, Jean Jacques. **Os Pensadores: Do contrato Social**, em História das Grandes Ideias do Mundo Ocidental: Abril S.A. Cultura e Indústria, São Paulo, 1ª edição – março 1973.

SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. **Ciência e a Modernidade no Ensino Agrícola no Pará no governo de Lauro Sodré (1892-1921)**. Anais eletrônicos do 15<sup>o</sup> Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

\_\_\_\_\_. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felicias R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. **Revista brasileira de História**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>, Universidade Federal Fluminense.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: **Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SOARES, Karol Gillet. **Sobre As Formas de Morar na Belém da Belle-Époque**, no período de 1870-1910.

SODRÉ, Lauro. **Crenças e Opiniões**: Typ, O Diário oficial, Belém, 1896.

\_\_\_\_\_. In: Constant Benjamin: **Fundador da República Brasileira**, rio de Janeiro, Typ, Hildebrandt, Rosário 153, 1972, P. 6-7).

SOUZA, R.F. **Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. **“Ciencia y moral en la escuela primaria: Un proyecto favorable al orden y la construcción de la nación brasileña”**. In: Revista de Estudios del Curriculum, v. 2, janeiro, 1999, pp. 115-144.

TANURI, L. M. “História da formação de professores” In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago. 2000.

SÔNIA, M. da S. Araújo, “José Veríssimo: vida, obra e personalidade”, In: **José Veríssimo: raça, cultura e educação**, org. Sônia M. da S. Araújo (Belém: EDUFPA, 2007), 29.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

VIANA, Luana Costa. **A colonização de corpos, corações e mentes: Educação e Higienismo em escritos periódicos pedagógicos do Pará (1891 à 1912)**, tese de doutorado apresentada em 2015 no programa de pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Pará.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **A Política e as Letras: entrevistas da New Left Review: tradução André Glaser**. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

### **ANEXO: A BIOGRAFIA DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ**

A apresentação da biografia de Lauro Nina Sodré por meio da política na formação, nascimento, idade e cidade, com base em duas tabelas elaboradas a partir de fontes.



#### **VIDA POLÍTICA DE MODO GERAL**

Militar: const. 1891
Deputado Federal pelo Pará 1891
Governador do Pará 1891 a 1897
Senador pelo Pará 1897 a 1902
Candidato à Presidente da República 1898
Senador pelo Distrito Federal 1903 a 1912
Senador pelo Pará 1912 a 1917
Governador do Pará 1917 a 1921
Senador do Pará 1921 a 1929

**FONTE:** WEBSITE: <http://www.pa.gov.br>: Lauro Nina Sodré: Partido Republicano Federal, Governador do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 à 1º de fevereiro de 1897.

### LAURO NINA SODRÉ E SILVA

<b>ANO/IDADE</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>CIDADE</b>
1.1) 11 à 16 anos	1.1) Inicial: Lyceu Paraense	1.1) Capital do Império: Rio de Janeiro
1.2) 1876 - 19 anos	1.2) Cadete da Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro	Ingressou como cadete na Escola Militar de Praia Vermelha
1.3) 1878 - 21 anos	1.3) Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG). Docente de Economia Política.	1.3) Fundou junto com outros colegas o clube secreto republicano.
1.4) 1885 - 28 anos.	1.4) Participou ativamente da criação do Clube Republicano do Pará.	1.4) no Estado do Pará.
1.5) 11.04.1886 - 29 anos.	1.5) Deputado pelo Estado do Pará (Não exerceu).	1.5) Estado do Pará.
1.6) 1888 – 31 anos.	1.6) Foi maçom e recebeu o título de “filiandro livre”.	1.6) No estado do Pará.
1.7) 1890 – 33 anos.	1.7) Foi Eleito Deputado à Constituinte Federal.	1.7) no Rio de Janeiro.
1.8) 1891 – 34 anos.	1.8) Foi eleito e permaneceu até em 1897 como governador do Pará.	1.8) no Estado do Pará.
1.9) 1897 – 40 anos.	1.9) Eleito Senador pelo Distrito Federal em uma campanha relâmpaga de sete dias.	1.9) em Brasília.
1.10) 1904 – 47 anos.	1.10) Foi eleito grão-mestre do Grande Oriente do Brasil e soberano grande comendador do Rito Escocês Antigo e aceito.	1.10) em Belém do Pará.
1.11) 1905 – 48 anos.	1.11) Foi libertado e anistiado.	No Rio de Janeiro

**FONTE:** WEBSITE: <http://www.pa.gov.br>: Lauro Nina Sodré: Partido Republicano Federal, Governador do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 à 1º de fevereiro de 1897.